Ficha de Integração SIAFEM - 0098875564

Unidade Gestora:
080329

Gestão:
00001

MUDAPAH2:
NÃO

Objeto do processo:
Aquisição de gás de cozinha

Tipo de licitação:
5 - DISPENSA DE LICITACAO

Presencial/Eletrônico:
Eletrônico

Convênio (Selecionando SIM, PREENCHER OBRIGATORIAMENTE OS CAMPOS DE CNPJ A DESCRIÇÃO RESUMIDA):
Convênio Não

CNPJ:
-

Natureza da Despesa:
-

Natureza da Despesa 2:
-

Natureza da Despesa 3:
-

Natureza da Despesa 4:
-

Natureza da Despesa 5:
-

Município SelMunicipio:
-

Signatário Cedente:
-

Signatário Convenente:
-

Data Celebração:
-

Data Publicação:
-

Data Início Vigência:
-

Data Fim Vigência:
-

Valor Total:

-

Valor da Contrapartida:
-

Situação:
-

Descrição Resumida do Objeto do Convênio:
-

Ata de Registro de Preço:
Não

Finalidade do Processo:
Contratação Direta Com Disputa para aquisição de material de consumo

---

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Antonio Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 25/02/2026, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0098875564** e o código CRC **0925FE6E**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

MEMORANDO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

MEMORANDO Nº 007/2026/SECOMSE

Senhora Dirigente Regional de Ensino,

Solicito, pela competência, que seja autorizada a abertura de processo, visando a aquisição de gás de cozinha para a Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga.

Atenciosamente,

Pirassununga, 25 de fevereiro de 2026.

Fernando José Bertanholi de Andrade
Chefe de Seção
Seção de Compras e Serviços – SECOMSE

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Fernando José Bertanholi De Andrade**, **Chefe de Seção**, em 27/02/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0098879365** e o código CRC **5F11EE6E**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

Informações Básicas

ARTEFATO DIGITAL	UASG	EDITADO POR	ATUALIZADO EM
	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	FERNANDO	25/02/2026

Outras informações

CATEGORIA	Nº DA CONTRATAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO
Compra, inclusive por encomenda: Bens de consumo	07/2026	SEI Nº 015.000159757/2026-88

Requisitante

ÓRGÃO: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SETOR REQUISITANTE – Serviço de Administração e Finanças
Responsável pela demanda: Débora Bruna Nunes Barbosa Soares Cargo: Chefe de Serviço de Administração e Finanças - SEAFIN E-mail: prs.secomse@educacao.sp.gov.br Telefone: (19) 3565-9000

DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:
16/03/2026

PREVISÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:
30/12/2026

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Média – garantir a continuidade do atendimento à demanda da cozinha na Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga, a qual realiza preparações para cafés em reuniões pedagógicas e orientações técnicas.

1. Descrição sucinta do objeto

1.1. Solicitação de contratação de aquisição de gás de coiznha (botijões de 13 kg), nos termos da tabela abaixo,

conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.	Unidade	18	R$ 140,00	R$ 2.520,00
TOTAL MENSAL ESTIMADO					R$ 280,00
TOTAL ESTIMADO PARA O PAGAMENTO ÚNICO					R$ 2.520,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

2. Fundamentação legal

2.1. Contratação com base no artigo 75, inciso II da Lei federal nº 14.133/21.

3. Justificativa da necessidade

3.1. A contratação em questão se faz necessária para viabilizar o preparo dos cafés servidos durante as reuniões pedagógicas e orientações técnicas na Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga.

3.2. Por conseguinte, justificada a necessidade da contratação da aquisição, declaramos que:

> "O contrato nº 8/2025 celebrado com a empresa Amã Comércio de Instalações de Gás, CNPJ: 74.261.652/0001-16, teve início em 03 de abril de 2025 e término em 30 de dezembro de 2025.

4. Estimativa de quantidade e valores

4.1. A estimativa de quantidades e valores da contratação está prevista no campo 1, além da descrição sucinta do objeto, cujo valor total estimado é de R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais) para o exercício de 2026.

5. Vinculação ou dependência com outro DFD

5.1. A execução deste DFD não tem dependência prévia com execução de outro DFD.

Fernando José Bertanholi de Andrade

Chefe de Seção

Seção de Compras e Serviços - SECOMSE

Débora Bruna Nunes Barbosa Soares

Chefe de Serviço

Serviço de Administração e Finanças - SEAFIN

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Fernando José Bertanholi De Andrade**, **Chefe de Seção**, em 27/02/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Débora Bruna Nunes Barbosa Soares**, **Chefe de Serviço**, em 27/02/2026, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0098957156** e o código CRC **E03172BE**.

ESP-DIR.ENS.-REG.PIRASSUNUNGA

Documento de Formalização da Demanda 12/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 12/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
PIRASSUNUNGA	03/04/2026 00:00	80329	FERNANDO JOSE BERTANHOLI DE ANDRADE

Descrição sucinta do objeto

Aquisição de gás de cozinha GLP, para Diretoria de Ensino de Pirassununga.

2. Justificativa de Necessidade

Justifica-se a necessidade da aquisição de gás de cozinha em função da preparação de café servido durante as reuniões pedagógicas realizadas na Diretoria de Ensino de Pirassununga.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	Gases comprimidos e liquefeitos			1,00	2.300,00	2.300,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

FERNANDO JOSE BERTANHOLI DE ANDRADE

Diretor I - NCS

DENISE CAMARGO GOMIDE

Autoridade competente

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

Conforme disposto no inc. II, art. 8 do Decreto Estadual nº 68.017 de 2023, e considerando ainda a baixa complexidade do objeto a ser adquirido e seu diminuto valor estimado, **informa-se que não será elaborado o Estudo Técnico Preliminar – ETP e Matriz de Riscos**, no qual, todas as informações necessárias para a contratação constará no Termo de Referência.

Encaminhe-se à Seção de Compras e Serviços – SECOMSE conforme proposto.

Pirassununga, 25 de fevereiro de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy
Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 06/03/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0098986593** e o código CRC **54EAA0E0**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

TERMO DE REFERÊNCIA

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
Processo Administrativo nº 015.000159757/2026-88

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gás de cozinha (botijões de 13 kg) com entrega parceladas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	***ESPECIFICAÇÃO***	***CATSER***	***UNIDADE DE MEDIDA***	***QUANTIDADE TOTAL***	***VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)***	***VALOR TOTAL (se não for sigiloso)***
01	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*18*	*R$ 140,00*	*R$ 2.520,00*

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da data de assinatura do termo de contrato, improrrogável, na forma dos artigos 106 e 107, caput, VIII, da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos baseia-se primordialmente na necessidade de garantir o fluxo de utilização da cozinha no preparo de cafés para reuniões pedagógicas e orientações técnicas.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-0-000061/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 24/09/2025;

III) Id do item no PCA: 21;

IV) Classe/Grupo: 6830 – GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 9900161545/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos objetos, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá orientar os seus funcionários para que sigam as melhores práticas e diretrizes visando a efetiva sustentabilidade ambiental, em especial nas etapas de descarte de materiais.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Nesta contratação, não será exigida quaisquer marcas ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não será vedada utilização de quaisquer marcas de produtos utilizados nos serviços.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será parcelado conforme necessidade da Contratante, com previsão de entrega a partir de abril até dezembro. Caso não sejam utilizadas todas as cotas contratadas, o empenho será parcialmente cancelado não dando direito de indenização ao CONTRATADO.

5.2. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Avenida Prudente de Moraes, 2900, Centro, Pirassununga/SP, Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023 , art. 17).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021 , art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023 , art. 17, inciso IV).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021 , artigo 117, § 2º).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023 , art. 18, inciso II e III).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.15. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º)

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de

atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 .

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008 .

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021 , que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024 .

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada, sendo duas cotas de botijões 13 kg a partir do mês de abril de 2026 e término em dezembro de 2026. Caso não sejam utilizadas todas as cotas contratadas, o empenho será parcialmente cancelado não dando direito de indenização ao CONTRATADO.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.16. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.18. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.20. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.21. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 ;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor se considere isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 , estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.33. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.34.1 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021 , art. 65, §1º).

8.34.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.34.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

*8.34.4 Caso o fornecedor apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo **OU** patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor estimado da contratação.*

8.35. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.36. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.36.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

Outras comprovações

8.37. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.38. Tratando-se de consórcio:

8.38.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.38.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.38.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.38.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.39. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.39.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.39.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.39.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.39.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 080329;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 12122081561780000;

IV) Elemento de Despesa: 33903024;

V) Plano Interno: 0536.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pirassununga, 26 de fevereiro de 2026.

Fernando José Bertanholi de Andrade

Chefe de Seção

Seção de Compras e Serviços – SECOMSE

Documento assinado eletronicamente por **Fernando José Bertanholi De Andrade**, **Chefe de Seção**, em 04/03/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099125266** e o código CRC **C64BA56D**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

APROVO o Termo de Referência e seus Adendos constante nos autos como DOC.SEI: https://sei.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=116108183.

Pirassununga, 26 de fevereiro de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy
Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 03/03/2026, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099137288** e o código CRC **8914A434**.

Compras.gov.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
3/2026	80329	Rascunho	RODRIGO ANTONIO FERREIRA

Título: Aquisição de gás de cozinha - P13

Observações:

Total de itens cotados: 1

Valor total da pesquisa de preços: R$ 2.428,2000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
461517 - Botijão Para Gás Uso: Doméstico , Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança	Unidade	18

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 124,4900	R$ 142,4362	R$ 134,9000	Coeficiente de Variação: 18,1448% Desvio Padrão: 25,8447 Maior Preço: R$ 225,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	370	Unidade	R$ 284,0000	26/02/2026	Não

Id da Compra

98031505900012026

Comprado em

26/02/2026

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual Aquisição de cargas de gás de cozinha (GLP) de 13 KG e Botijão de Gás (GLP) de 13 KG , para atender asdemandas das secretarias municipais de: Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Assistência Social e Saúde, da Prefeitura Municipal de São Luiz Roraima.

Esfera

Estadual

UASG

980315

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

GONCALVES LIMA E CIA LTDA

Marca/modelo

AmazonGás

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	40	Unidade	R$ 129,9900	25/02/2026	Sim

Id da Compra

180111105900022026

Comprado em

25/02/2026

N° do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo - água e gás, para uso da Delegacia Seccional de Polícia de Araçatuba e demaisUnidades subordinadas

Esfera

Estadual

UASG

180111

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

DISTRIBUIDORA BIZARIX LTDA

Marca/modelo

supergasbras

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB - Compras.gov.br	65	Unidade	R$ 228,0000	25/02/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98209505900072026	25/02/2026	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Sistema de registro de preço para eventual aquisição de gás de cozinha, com entrega continua, para atender as necessidades desta municipalidade

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	982095	SISRP	Pregão

Fornecedor	Marca/modelo
LECY VANIA LEAL MARTINS	BOTIJÃO GÁS USO DOME

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	150	Unidade	R$ 130,0000	24/02/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98004406000292026	24/02/2026	1	AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE 13KG, BOTIJA DE GÁS 13KG, RECARGA DE ÁGUA MINERAL DE 20L E GALÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20L, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSA

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	980044	SISPP	Dispensa

Fornecedor	Marca/modelo
G S COLARES DISTRIBUIDORA LTDA	gas

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
PA/Belterra	Belterra	68143000	150

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	70	Unidade	R$ 133,0000	23/02/2026	Sim

Id da Compra
92545806000222026

Comprado em
23/02/2026

Nº do Item
1

Objeto da Compra
Aquisição, sob demanda, de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) acondicionado em botija de 13Kg, para o período de 12 meses.

Esfera
Estadual

UASG
925458

Forma
SISPP

Modalidade
Dispensa

Fornecedor
J. M. ROCHA REPRESENTACOES LTDA

Marca/modelo
Fogás

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RR/Boa Vista	Avenida Capitão Ene Garcez	69301160	70

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	90	Unidade	R$ 145,0000	23/02/2026	Sim

Id da Compra
98068107000092027

Comprado em
23/02/2026

Nº do Item
1

Objeto da Compra
O presente Contrato tem por objeto a aquisição de material de consumo, consistente em recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botija de 13 KG, da marca Amazon Gás, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, no atendimento às Unidades de Saúde Municipais do Município de Candeias do Jamari – RO

Esfera
Estadual

UASG
980681

Forma
SISPP

Modalidade
Inexigibilidade

Fornecedor
BRASCOM COMERCIO E SERVICOS LTDA

Marca/modelo
AMAZON GÁS

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RO/Candeias do Jamari	Candeias Jamari	76860000	90

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	220	Unidade	R$ 138,0000	20/02/2026	Sim

Id da Compra

98582105900112026

Comprado em

20/02/2026

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo GLP (gás de cozinha), envasado em botijões de 13 kg (P-13) e 45 kg (P-45),destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo /RJ e de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo o preparo regular da alimentação escolar e demais atividades que dependem desse insumo essencial.

Esfera

Estadual

UASG

985821

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LUIZ GUSTAVO JARDIM TOLEDO SILVA

Marca/modelo

conforme edital

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 187,0000	20/02/2026	Não

Id da Compra

16004105900072026

Comprado em

20/02/2026

N° do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Gás Liquefeito Petróleo (GLP)

Esfera

Federal

UASG

160041

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	49	Unidade	R$ 226,0000	19/02/2026	Não

Id da Compra
98125305900022026

Comprado em
19/02/2026

N° do Item
6

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços visando aquisição de botijões e recargas de gás GLP (13kg e 45kg), de interesse das diversasSecretarias do Município de Horizonte/CE.

Esfera
Estadual

UASG
981253

Forma
SISRP

Modalidade
Pregão

Fornecedor
MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo
VASILHAME 13KG

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	654	Unidade	R$ 226,0000	19/02/2026	Não

Id da Compra
98125305900022026

Comprado em
19/02/2026

N° do Item
2

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços visando aquisição de botijões e recargas de gás GLP (13kg e 45kg), de interesse das diversasSecretarias do Município de Horizonte/CE.

Esfera
Estadual

UASG
981253

Forma
SISRP

Modalidade
Pregão

Fornecedor
MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo
VASILHAME 13KG

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	160	Unidade	R$ 135,1200	19/02/2026	Sim

Id da Compra
98782305901062025

Comprado em
19/02/2026

N° do Item
2

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gás GLP

Esfera
Estadual

UASG
987823

Forma
SISRP

Modalidade
Pregão

Fornecedor
ADENILSON AUGUSTIN

Marca/modelo
SEM MODELO

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	456	Unidade	R$ 124,4900	19/02/2026	Sim

Id da Compra
98782305901062025

Comprado em
19/02/2026

N° do Item
1

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gás GLP

Esfera
Estadual

UASG
987823

Forma
SISRP

Modalidade
Pregão

Fornecedor
ADENILSON AUGUSTIN

Marca/modelo
SEM MODELO

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 250,0000	11/02/2026	Não

Id da Compra
98004406000232026

Comprado em
11/02/2026

N° do Item
2

Objeto da Compra
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO, FORNECIMENTO E ENTREGA, DE FORMA CONTÍNUA RECARGA DE GÁS DE 13 KG, BOTIJA DE GÁS DE 13 KG, RECARGA DE ÁGUA MINERAL DE 20L, GALÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20L E ÁGUA MINERAL EM COPO DE 200ML.

Esfera
Municipal

UASG
980044

Forma
SISPP

Modalidade
Dispensa

Fornecedor
G S COLARES DISTRIBUIDORA LTDA

Marca/modelo
outros

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
PA/Belterra	Belterra	68143000	20

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15831405900042025	10/02/2026	31	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	158314	SISRP	Pregão

Fornecedor	Marca/modelo
MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	LIQUIGAS

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15831405900042025	10/02/2026	30	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	158314	SISRP	Pregão

Fornecedor	Marca/modelo
MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	LIQUIGAS

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

29

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 221,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

28

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

27

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Sim

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

26

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Sim

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

25

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 205,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

24

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

F J DA SILVA DISTRIBUIDORA DE GLP

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	6	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Sim

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

23

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

22

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 225,0000	10/02/2026	Não

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

21

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	23	Unidade	R$ 222,9000	10/02/2026	Não

Id da Compra

15831405900042025

Comprado em

10/02/2026

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÁguaMineral e Gás GLP para atendimento das necessidades do Campus do IFCE Limoeiro do Norte e demais órgãos participantes.

Esfera

Federal

UASG

158314

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA

Marca/modelo

LIQUIGAS

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 250,0000	09/02/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15812406005772026	09/02/2026	5	Fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de água mineral sem gás (garrafões de 20 L e garrafas de 500 ml) e gás liquefeito de petróleo (GLP) em botijão P13, para atendimento das necessidades do IF Goiano – Campus Campos Belos. Novo lançamento em decorrência do procedimento fracassado da Dispensa Eletrônica nº 561/2026 (Execução da Contratação: 158124 - 561/2026).

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	158124	SISPP	Dispensa

Fornecedor	Marca/modelo
AGUA DOCE LTDA	Botijão de gás vazio

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
GO/Campos Belos	Rodovia GO-118, Quadra 1-A, Lote 1, Setor Novo Horizonte	73840000	4

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	40	Unidade	R$ 135,0000	09/02/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
17010006001152026	09/02/2026	1	Aquisição de 40 unidades de botijas de gás - GLP - uso doméstico, 13kg para abastecer o serviço de copeiragem do Edifício Sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Espírito Santo e demais órgãos jurisdicionados

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	170100	SISPP	Dispensa

Fornecedor	Marca/modelo
G & E COMERCIO DE GAS LTDA	gas

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
ES/Vitória	Rua Pietrângelo de Biase	29010190	40

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	2810	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

29

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	8433	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

27

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	1368	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

25

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	4104	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

23

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	1313	Unidade	R$ 132,6600	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

21

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	3942	Unidade	R$ 131,6700	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

19

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

p13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	1341	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

18

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	4023	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

17

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	2064	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

16

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	6192	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

15

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	1050	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

14

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	3150	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

13

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	984	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	2952	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	2400	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	7200	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	2228	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

8

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	6688	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	1464	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

6

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	4392	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

5

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
48	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	1050	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

4

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
49	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	3150	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra

92615005908362025

Comprado em

09/02/2026

N° do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera

Estadual

UASG

926150

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA

Marca/modelo

P13

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	2243	Unidade	R$ 134,9000	09/02/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92615005908362025	09/02/2026	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento contínuo de Gás de Cozinha - GLP, com cessão em regime de comodato, dos botijões de gás (vasilhames), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	926150	SISRP	Pregão

Fornecedor	Marca/modelo
G4 COMERCIO DE GAS - TORORO LTDA	P13

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

1. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**
    1. Aquisição de gás de cozinha (botijões de 13 kg) com entrega parceladas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATSER*	*UNIDADE DE MEDIDA*	*QUANTIDADE TOTAL*	*VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)*	*VALOR TOTAL (se não for sigiloso)*
01	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*20*	*R$ 140,00*	*R$ 2.800,00*

	revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297 /2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.					

1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
3. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, contados da data de assinatura do termo de contrato, improrrogável, na forma dos artigos 106 e 107, caput, VIII, da Lei n° 14.133, de 2021.
4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

Relatório emitido em 27/02/2026 08:39

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 2481-2025-01ACR - Livro 09 - Folhas nº 7085 a 7087

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6372/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 65.348/2025

1º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 2481-2025, QUE TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA GÁS DE COZINHA GLP ENVASADO EM BOTIJÕES DE 5 kg, 13 kg e 45 kg, AOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARAPOR UM PERÍODO DE 12 (MESES) PODENDO SER PRORROGADO, ADITADO OU SUPRIMIDO NA FORMA DA LEI, CONFORME TERMO DE REFEERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS QUE FICAM FAZENDO PARTE INEGRANTE DESTE EDITAL.

O **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 45.276.128/0001-10, com sede à Rua São Bento, n.º 840, centro, CEP. 14801-901, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento Sr. **ROBERTO PEREIRA**, brasileiro, portador do RG n.º 18.194.112 SSP/SP, CPF/MF n.º 105.530.468-10, devidamente designado pela Portaria nº 29.757 de 01 de janeiro de 2025, de lavra do Exmo. Prefeito Municipal e pela Secretária de Desenvolvimento Social, Sra. **LUCIMEIRE DE FÁTIMA LAURINDO**, brasileira, portadora do RG n.º 40.457.645-X SSP/SP, CPF/MF n.º 316.612.838-70, denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a **MARLI VALERIA GONÇALVES EPP**, inscrita no CNPJ sob Nº 09.174.569/0001-48, com contrato registrado na JUNTA COMERCIAL sob o n.º 383.617/17-0 em 25 de setembro de 2017, estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 2579, Quitandinha, CEP 14800-006, Araraquara/SP, telefone (16) 3322-9620, neste ato representada pela sócia proprietária **Sra. MARLI VALERIA GONÇALVES**, portadora da cédula de identidade RG nº 26.526.346-3 SSP/SP e CPF nº 167.060.978-29, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam em celebrar o presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/21 e mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **ACRÉSCIMO NA ORDEM DE 13,67%** do Contrato nº 2481/2025, cujo termo final se dará em 13/08/2025.
1.2. Com o presente aditamento, os acréscimos contratuais representam adição de 13,67% sobre o valor atualizado do contrato original.
1.3. As partes reconhecem que não haverá prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou qualquer outro dano aos contratantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO E DO VALOR DO TERMO ADITIVO
2.1. A importância ora estabelecida corresponde ao valor anual de **R$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)** referente a 75 (setenta e cinco) unidade de Gás de cozinha GLP 13kg ao valor unitário de R$ 126,00 (doze reais e vinte e três centavos) a ser fornecido as seguintes unidades descentralizadas da Secretaria de Esporte e Lazer:

SETOR	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO	QTDE.
Parque Pinheirinho	Av. Francisco Vaz Filho, s/n Jd. Pinheiros	Botijões de gás P13	5
Sede da Secretaria de Esportes	Av. La Salle, s/n Gigantão – Fonte Luminosa	Botijões de gás P13	6
Complexo aquático da Fonte	Rua Mauro Pinheiro, 150 – Vila Ferroviária	Botijões de gás P13	6
Ginásio da Pista "Guilherme Fragoso Ferrão"	Rua Expedicionários do Brasil, s/n – São Geraldo	Botijões de gás P13	5
Estádio Municipal Candido de Barros (Botânico)	Rua Genaro Granata, s/n – Jd Botanico	Botijões de gás P13	3
Alojamento da Equipe de Vôlei Masculino	Rua Tupy, 862 – Santa Angelina	Botijões de gás P13	8
Alojamento da Equipe de Vôlei Feminino	Av. Jorge Biller Teixeira, 384 – Vila Ferroviária	Botijões de gás P13	8
Alojamento da Equipe de Handebol Feminino	Av. Feijo, 1100 - Centro	Botijões de gás P13	8
Alojamento da Equipe de Handebol Masculino	Av. Walter Medeiros Mauro, 348 – Vila Harmonia	Botijões de gás P13	8
Alojamento da Equipe de Futsal Feminino	Rua Rolando Lupo, 278 – Vila Harmonia	Botijões de gás P13	6
Alojamento da Equipe de Futsal Masculino	Rua São Bento, 2460 – Jd. Primavera	Botijões de gás P13	6
Alojamento da Equipe de Basquete Masculino	Rua Henrique Lupo, 1546 – Vila Harmonia	Botijões de gás P13	6

Assinado por 5 pessoas: DANIELA DE FATIMA PETRONIO MARIANO, MARLI VALERIA GONCALVES, LUCIMEIRE DE FATIMA LAURINDO, ARIANE SOARES DE SOUZA e ROBERTO PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/2867-81A7-19EB-DD8F e informe o código 2867-81A7-19EB-DD8F

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.2. O valor do presente contrato passará de R$ 69.148,00 (sessenta e nove mil e quarenta oito reais) para R$ 78.598,00 (setenta e oito mil, quinhentos e noventa oito reais, **conforme discriminado abaixo:**

LOTE ÚNICO				
Item	**Descrição/Especificação**	**Quantidade (Unidade)**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
1	**BOTIJÃO GLP 13:** COMPOSIÇÃO BÁSICA PROPANO E BUTANO, PESANDO 13 KGS, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A (PORTARIAS: **47, DE 24/03/99 ANP),(NBR- 14024 DA ABNT), (NBR 7460, NBR8460 DA ABNT).** **MARCA:**	**408**	**R$ 126,00**	**R$ 51.408,00**
2	**BOTIJÃO GLP 45:** COMPOSIÇÃO BÁSICA PROPANO E BUTANO, PESANDO 45 KGS, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, SUAS ONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE CORDO COM A (PORTARIAS: **47, DE 24/03/99 ANP),(NBR- 14024 DA ABNT), (NBR 7460, NBR8460 DA ABNT).** **MARCA:**	**55**	**R$ 458,00**	**R$ 25.190,00**
3	**BOTIJÃO GLP 5:** COMPOSIÇÃO BÁSICA PROPANO E BUTANO, PESANDO 5 KGS, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A (PORTARIAS: **47, DE 24/03/99 ANP),(NBR-14024 DA ABNT), (NBR 7460, NBR8460 DA ABNT).** **MARCA:**	**25**	**R$ 80,00**	**R$ 2.000,00**
VALOR TOTAL				**R$ 78.598,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA DECORRENTE

3.1. A despesa decorrente do presente Termo Aditivo está estimada em R$ 7.938,00 (sete mil, novecentos e trinta oito reais) e ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, para atender o presente exercício, sob a classificação orçamentária abaixo: 2605-13.07.3.3.90.30.27.122.0030.2.001.01.1100000.

3.2 Para cobertura da despesa no valor de R$ 1.512,00 (um mil, quinhentos e doze reais), foi emitido o empenho nº 23755/2025

3.3 Para cobrir as despesas dos exercícios subsequentes na ordem de R$ 6.426,00 (seis mil, quatrocentos e vinte seis reais), serão emitidas Notas de Empenho, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesa de mesma natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO ENDOSSO DA GARANTIA

4.1. Para garantir o fiel cumprimento do Contrato, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no ato da assinatura deste Termo Aditivo de Acréscimo, comprovante de garantia contratual no valor de **R$ 472,50 (quatrocentos e setenta dois reais e cinquenta centavos**) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor a ser aditado, em uma das modalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21, devendo abranger um período de **3 (três) meses após o término da vigência contratual (13/08/2025 até 13/08/2026)** e assegurará a cobertura de todos os eventos ocorridos durante sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado após expirado o prazo de vigência da contratação ou de validade da garantia.

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1. O presente termo aditivo decorre de autorização da Secretaria de Fazenda e Planejamento, exarada no Despacho n° 14 do Processo Administrativo Digital nº 65.348/2025 e encontra amparo legal quanto ao acréscimo no art. 124, inciso I, alínea “b” e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e cláusula 14 do referido contrato.

Assinado por 5 pessoas: DANIELA DE FATIMA PETRONIO MARIANO, MARLI VALERIA GONCALVES, LUCIMEIRE DE FATIMA LAURINDO, ARIANE SOARES DE SOUZA e ROBERTO PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/2867-81A7-19EB-DD8F e informe o código 2867-81A7-19EB-DD8F

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO
6.1. O presente Aditivo será publicado na forma e prazo determinados pelo art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO
7.1. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais Cláusulas e condições previstas no Contrato nº 2478/2024, que não conflitarem com as disposições constantes do presente Termo.

E, para firmeza e validade do que aqui é pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 12 de novembro de 2025. Este documento será firmado com assinatura eletrônica avançada, nos termos do art. 4, inciso II, da Lei Federal nº 14.063 de 23 de setembro de 2020, mediante utilização de processo de certificação disponibilizado pela plataforma de Processo Digital da Prefeitura Municipal de Araraquara, disponível em https://araraquara.1doc.com.br, nos termos do Decreto Municipal nº 13.518 de 03 de abril de 2024, e produzirá todos os seus efeitos com relação aos signatários.
Araraquara, na data da última assinatura digital aposta.

Araraquara, na data da última assinatura digital aposta**.**

_____
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
LUCIMEIRE DE FÁTIMA LAURINDO

_____
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ROBERTO PEREIRA

_____
MARLI VALÉRIA GONÇALVES - EPP
MARLI VALÉRIA GONÇALVES

TESTEMUNHAS:

1) - _____
DANIELA DE F. PETRONIO MARIANO
Rg nº. 42.279.080-1 SSP/SP
CPF/MF nº. 306.811.778-02

2) _____
ARIANE SOARES DE SOUZA
Rg nº. 41.593.546-5 SSP/SP
CPF/MF nº. 362.511.588-32

Assinado por 5 pessoas: DANIELA DE FATIMA PETRONIO MARIANO, MARLI VALERIA GONCALVES, LUCIMEIRE DE FATIMA LAURINDO, ARIANE SOARES DE SOUZA e ROBERTO PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/2867-81A7-19EB-DD8F e informe o código 2867-81A7-19EB-DD8F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2867-81A7-19EB-DD8F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- DANIELA DE FATIMA PETRONIO MARIANO (CPF 306.XXX.XXX-02) em 12/12/2025 17:00:28 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- MARLI VALERIA GONCALVES (CPF 167.XXX.XXX-29) em 14/12/2025 08:57:03 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUCIMEIRE DE FATIMA LAURINDO (CPF 316.XXX.XXX-70) em 15/12/2025 08:53:58 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ARIANE SOARES DE SOUZA (CPF 362.XXX.XXX-32) em 15/12/2025 09:26:47 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ROBERTO PEREIRA (CPF 105.XXX.XXX-10) em 15/12/2025 10:51:00 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/2867-81A7-19EB-DD8F

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
CONTRATADA: MARLI VALÉRIA GONÇALVES - EPP
CONTRATO (INICIAL) N.º 2481-2025 LIVRO 09 fls. 6803 a 6812
CONTRATO (ADITIVO) N.º 2481-2025-01PRO - LIVRO 09 - fls. 7085 a 7086
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA GÁS DE COZINHA GLP ENVASADO EM BOTIJÕES DE 5 kg, 13 kg e 45 kg, AOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARAPOR UM PERÍODO DE 12 (MESES) PODENDO SER PRORROGADO, ADITADO OU SUPRIMIDO NA FORMA DA LEI, CONFORME TERMO DE REFEERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS QUE FICAM FAZENDO PARTE INEGRANTE DESTE EDITAL.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de .1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratantes interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contrato manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Araraquara, 14 de setembro de 2.023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: Luis Claudio Lapena Barreto
Cargo: Prefeito Municipal
CPF/MF n.º: 074.527.818-30

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Roberto Pereira
Cargo: Secretário de Fazenda e Planejamento
CPF/MF n.º: 105.530.468-10

Assinatura: _____

Nome: Lucimeire de Fátima Laurindo
Cargo: Secretária de Desenvolvimento Social
CPF/MF n.º: 293.168.368-08

Assinatura: _____

Assinado por 6 pessoas: MARLI VALERIA GONCALVES, JOÃO HENRIQUE SILVESTRE, LUCAS MENDES GUIRELLI, LUCIMEIRE DE FATIMA LAURINDO, ROBERTO PEREIRA e APRIGIO TADEU RELO DE MATTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/1B64-2311-1E31-D03B e informe o código 1B64-2311-1E31-D03B

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: Roberto Pereira
Cargo: Secretário de Fazenda e Planejamento
CPF/MF n.º: 105.530.468-10

Assinatura: _____

Nome: Lucimeire de Fátima Laurindo
Cargo: Secretária de Desenvolvimento Social
CPF/MF n.º: 293.168.368-08

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: Marli Valeria Gonçalves
Cargo: Proprietária
CPF/MF n.º: 167.060.978-29

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: João Henrique Silvestre
Cargo: Secretário Municipal de Esporte.
CPF/MF n.º: 074.210.138-06

Assinatura: _____

GESTOR (ES) DO CONTRATO:

Nome: Lucas Mendes Guirelli
Cargo: Assistente Administrativo
CPF: 499.819.088-19

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*): Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal/Acompanhamento

Nome: Aprígio Tadeu Relo de Mattos
Cargo: Chefe de Unidade
CPF/MF n.º: 098.752.528-08

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).

Assinado por 6 pessoas: MARLI VALERIA GONCALVES, JOÃO HENRIQUE SILVESTRE, LUCAS MENDES GUIRELLI, LUCIMEIRE DE FATIMA LAURINDO, ROBERTO PEREIRA e APRIGIO TADEU RELO DE MATTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/1B64-2311-1E31-D03B e informe o código 1B64-2311-1E31-D03B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1B64-2311-1E31-D03B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- MARLI VALERIA GONCALVES (CPF 167.XXX.XXX-29) em 14/12/2025 09:21:17 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- JOÃO HENRIQUE SILVESTRE (CPF 074.XXX.XXX-06) em 14/12/2025 10:38:59 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUCAS MENDES GUIRELLI (CPF 499.XXX.XXX-19) em 15/12/2025 08:08:32 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUCIMEIRE DE FATIMA LAURINDO (CPF 316.XXX.XXX-70) em 15/12/2025 08:54:10 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ROBERTO PEREIRA (CPF 105.XXX.XXX-10) em 15/12/2025 10:51:18 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- APRIGIO TADEU RELO DE MATTOS (CPF 098.XXX.XXX-08) em 15/12/2025 16:13:11 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/1B64-2311-1E31-D03B

CONTRATO Nº 006/2025

PROCESSO INTERNO Nº 001/2025
DISPENSA ELETRÔNICA 001/2025

O presente instrumento rege-se fundamentalmente pela Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que instituem normas para licitações e contratos administrativos, estando vinculado a Dispensa Licitação n° 001/2025, Processo Administrativo n° 001/2025, de acordo com a deliberação do Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Franco da Rocha exarado naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.661.527/0001-20, com sede Praça da Liberdade, n° 10, Centro – Franco da Rocha/SP, neste ato representado(a) pelo(a) seu Presidente **THIAGO ROBERTO ATHADEMOS SEIXAS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 35.361.155-4 expedida pelo SSP/SP , e inscrito no CPF/MF sob o nº 223.424.028-05 doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a **AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 74.261.652/0001-16, sediado(a) na rua João Angelo Ponchio, nº 710, Loteamento Caparroz - São José do Rio Preto/SP, CEP 15.050-400, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **VITORIA LO MUSTAFA ASSEM,** brasileira, solteira, Empresária, portadora da célula de identidade nº 39.184.187, inscrita no CPF/MF sob o nº 474.598.418-97 conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 001/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 001/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em fornecimento sob demanda, de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha),

Pesquisa de Preço (0099152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 58

acondicionado em botijões de 13 kg, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Franco da Rocha, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Único	01	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), botijões de 13 kg.	Unidade	24	R$ 122,95	R$ 2.950,80
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R$ 2.950,80	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Aviso de Contratação Direta;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de **28/02/2025 a 28/02/2026**, prorrogável por igual período, na forma da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$ 2.950,80 (dois mil novecentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-

se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato, e sofrerão reajuste, nos termos da Lei, após 12 (doze) meses da apresentação da proposta.

7.2. Após o interregno de um ano, e após o pedido por escrito do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação Conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando

Pesquisa de Preço (00999152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 61

do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, quando for o caso;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer

dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do

menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.23. O Fiscal do Contrato será: Marinalva Monteiro de Souza – Matrícula 0 253
Fiscal Substituto: Agnes Bollier - Matrícula 0269

9.24. O Gestor do Contrato será: Renata Alves Soares – Matrícula 0011
Gestor Substituto: Renato Venicius da Silva – Matricula 0188

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Pesquisa de Preço (0099152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 65

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. Der causa à inexecução parcial do contrato;
b. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. Der causa à inexecução total do contrato;
d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d. **Multa:**

I. Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
II. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Pesquisa de Preço (00999152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 66

III. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

IV. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

V. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.

VI. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

VII. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

Pesquisa de Preço (00999152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 67

orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021). A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto:

13.7.1. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.7.2. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13.7.3.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento na 01.031.0101.2201 – Material de Consumo.

Pesquisa de Preço (00999152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 69

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no

respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Franco da Rocha, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Franco da Rocha, 27 de fevereiro de 2025.

THIAGO ROBERTO ATHADEMOS SEIXAS:22342402805
Assinado de forma digital por THIAGO ROBERTO ATHADEMOS SEIXAS:22342402805
Dados: 2025.02.27 15:58:00 -03'00'

THIAGO ROBERTO ATHADEMOS SEIXAS
Presidente

gov.br
Documento assinado digitalmente
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Data: 27/02/2025 15:27:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Empresária

TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) PARA VASILHAMES DE 13 KG (P-13) E CILINDROS DE 45 KG PELO PERIODO DE 12 MESES, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE INDAIATUBA - *SAAE* E SOROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA, REALIZADO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 14.133/21.

CONTRATADA	**:**	Sorogás Comércio de Gás Ltda
CONTRATO Nº	**:**	22/2025
DISPENSA Nº	**:**	11/2025
PROCESSO Nº	**:**	54/2025
VALOR	**:**	R$ 9.530,00 (nove mil, quinhentos e trinta reais)
PRAZO	**:**	12 (doze) meses, contados da data do presente termo.
DATA	**:**	30/04/2025

Pelo presente termo de contrato, na melhor forma de direito, de um lado:

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS - *SAAE*, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia municipal, com sede na Rua Bernardino de Campos, nº 799, CEP: 13330-260, Centro, Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 46.251.021/0001-80, neste ato representada por seus representantes legais que ao final assinam e, de outro lado;

SOROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA, estabelecida na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Artur Bernardes, nº 1179, Bairro Vila Gabriel, CEP: 18081-000, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 40.377.379/0001-78, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m);

têm entre si justo e contratado o que se segue, e que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente avença o fornecimento pela **CONTRATADA**, de gás de cozinha liquefeito de petróleo (GLP) para vasilhames de 13 kg (P-13) e cilindros de 45 kg pelo período de 12 meses, em conformidade com o **ANEXO I – Termo de Referência**, que faz parte integrante deste contrato e obedecerá integralmente aos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável.

Pesquisa de Preço (0099152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 72

Item	Código	Descritivo	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	25.0028	Gás de cozinha; composição básica propano e butano; altamente toxico e inflamável; cilindro P 45; a granel; fornecido em cilindro com 45 kg; e suas condições deverão estar de acordo com a (port,47, de 24/03/99 anp), (nbr-14024 da ABNT).	Liquigas	un.	5	370,00	1.850,00
2	25.0029	Gás de cozinha; composição básica propano e butano; altamente toxico e inflamável; botijão P13; a granel; fornecido em botijão com 13kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a (port,47, de 24/03/99 anp), (nbr-14024 da ABNT).	Liquigas	un.	80	96,00	7.680,00
							9.530,00

1.2. O objeto do presente contrato, deverá ser entregue em perfeitas condições, pela **CONTRATADA**, cabendo ao gestor do contrato recusar o recebimento do equipamento que estiver em desacordo, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

1.3. O item será considerado recebido após a conferência e aprovação da pessoa responsável pela fiscalização, acompanhamento e recebimento do objeto do presente contrato.

1.4. O(A) gestor(a) do contrato será: Adriano Santana Ribeiro Lustosa, da Diretoria de Gestão de Materiais e Apoio à Frota, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto do contrato, assim como, pela conferência da nota fiscal emitidas pela **CONTRATADA**.

1.4.1. Quando da substituição do(s) gestor(es), o(a) Diretor(a) da pasta assumirá essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração.

1.5. O fiscal do contrato será José Hildo de Campos, da Diretoria de Gestão de Materiais e Apoio à Frota, portador da cédula de identidade RG nº 23.328.496-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 127.036.608-47, sendo responsável pelo acompanhamento da entrega dos lotes, eventuais registros de ocorrências relacionadas à atividade contratual, bem como adoção das medidas convenientes, em tempo hábil, à situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. Se constatado irregularidades, o(a) gestor(a) do contrato deverá notificar a empresa para regularizar o ocorrido em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas contados da efetiva notificação.

1.7. O preposto da **EMPRESA** será o Sr. **RANSLEY VEIGA SENA**, portador da cédula de identidade RG nº 32.977.083-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 331.262.028-70, o qual deverá fiscalizar a

execução do presente contrato, devendo ainda, prestar toda a assistência e orientação que se fizerem necessárias, conforme art. 118 da Lei Federal nº 14.133/21, e alterações posteriores.

CLÁUSULA 2ª - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Compete ao **CONTRATANTE** encaminhar todas as informações e elementos técnicos necessários ao perfeito adimplemento do negócio.

2.2. Compete à **CONTRATADA** efetuar a entrega obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos e instruções técnicas inerentes ao objeto deste pacto e indicados pelo **CONTRATANTE**, além de, atender todas as especificações contidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, cabendo-lhes, em especial:

2.2.1. Providenciar e selecionar a seu exclusivo critério e contratar, em seu nome, a mão de obra necessária ao atendimento do objeto deste certame;

2.2.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, sem prejuízo de sua responsabilidade, eventuais anormalidades apuradas no transcurso das entregas que possam comprometer sua qualidade e/ou integridade;

2.2.3. Facultar ao **CONTRATANTE** exercer verificação dos fornecimentos em execução;

2.2.4. Executar todas as entregas com as devidas precauções, objetivando evitar danos a terceiros;

2.2.5. Realizar a entrega em conformidade com o determinado pelo **CONTRATANTE,** devendo comunicar antecipadamente eventuais problemas técnicos que porventura possam comprometer a qualidade do resultado final.

2.2.6. Qualquer falha de execução, caso a entrega esteja em desacordo com as normas e especificações técnicas, a **CONTRATADA** será notificada para que as regularize, sob pena de ser declarada inidônea para futuras licitações, sem prejuízo de outras penalidades.

2.3. A **CONTRATADA** será responsável pela fiscalização do fornecimento, bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros.

2.4. A **CONTRATADA** obriga-se, ainda, a permitir a fiscalização da entrega pelo pessoal designado pelo **CONTRATANTE**, assim como atender às exigências de substituição dos mesmos.

2.5. Obriga-se a **CONTRATADA** a entregar o objeto deste contrato, obedecendo ao prazo pré-estabelecido de entrega e a quantidade estipulada pelo gestor do contrato e, ainda, a substituir o material que apresentar quaisquer irregularidades no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.6. São de responsabilidade da **CONTRATADA** os encargos trabalhistas e tributários incidentes sobre o fornecimento desta avença, bem como todos os emolumentos e despesas legais decorrentes da entrega do objeto, isentando o **CONTRATANTE** de quaisquer responsabilidades.

2.7. O **CONTRATANTE** obriga-se a:

2.7.1. Acompanhar direta ou indiretamente a qualidade do objeto fornecido, verificando o atendimento às especificações e demais normas técnicas pertinentes;

2.7.2. Promover o apontamento e aprovar a nota fiscal do item entregue;

2.7.3. Efetuar, pontualmente, o pagamento referente ao fornecimento do objeto, pela **CONTRATADA**, após a aprovação da nota fiscal pelo gestor do contrato, no prazo e condição estabelecida neste instrumento;

2.7.4. Compete ao **CONTRATANTE** o fornecimento de todos os elementos técnicos necessários ao perfeito cumprimento do objeto do contrato.

CLÁUSULA 3ª - DA VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses, contados a partir da data indicada no presente termo, podendo ser prorrogado, respeitadas as determinações da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O objeto do presente contrato deverá ser entregue dentro do prazo estipulado no Anexo I, em perfeitas condições, pela **CONTRATADA**, e deverá ser realizada nos locais e prazos descritos no Anexo I – Termo de Referência.

3.3. O gestor deste contrato fará a devida conferência do mesmo, no ato do recebimento e, se constatadas irregularidades, a empresa será notificada, e terá um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar o problema.

3.4. A **CONTRATADA** deverá desempenhar os fornecimentos com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses do **CONTRATANTE**, sem prejuízo da dignidade e independência profissional, sujeitando-se ainda, às normas pertinentes ao objeto deste certame.

3.5. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por todos os prepostos que atuarem nas entregas ora contratados (as), indenizando o **CONTRATANTE**, sem prejuízo de sua responsabilidade, em eventuais

anormalidades apuradas no transcurso das entregas que possam comprometer sua qualidade e/ou integridade.

3.6. O contrato poderá ser alterado, nas hipóteses legais, a critério e interesse desta Autarquia com as devidas justificativas.

CLÁUSULA 4ª - DO SUPORTE LEGAL E ORÇAMENTÁRIO

4.1. O valor total do presente avença é de R$ 9.530,00 (nove mil, quinhentos e trinta reais), e as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta de recursos orçamentários próprios do ***SAAE***, oriundo da verba codificada sob o nº 03.01.01.17.512.0023.2001.3.3.90.30.04.

4.2. O presente contrato é firmado através do procedimento licitatório em epígrafe, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, alterações posteriores, Leis Complementares nºs 123 de 14 de dezembro de 2006 e 147 de 07 de agosto de 2014, pelas quais se regerá, com aplicação subsidiária do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras disposições normativas aplicadas à espécie, onde os anexos e as especificações técnicas para contratação, ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA 5ª - DA REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelo fornecimento do objeto do certame, o valor total de R$ 9.530,00 (nove mil, quinhentos e trinta reais), após o devido recebimento pelo gestor do contrato.

5.2. Nos valores definidos nesta cláusula, estão inclusos, além dos lucros, todas as despesas legais e emolumentos incidentes sobre a presente contratação, todos os custos e benefícios decorrentes dos materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, seguros, cargas, encargos sociais e trabalhistas, custos e benefícios, tributos e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com o fornecimento do objeto, inclusive as decorrentes de transporte, carga, descarga e mobilização, alusiva ao objeto do contrato ou quaisquer despesas necessárias para a realização do objeto do contrato, isentando o **CONTRATANTE** de quaisquer outros pagamentos.

5.3. O prazo para a efetivação do pagamento é de até 28 (vinte e oito) dias, contados da apresentação e conferência da respectiva Nota Fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo gestor do contrato, sendo a forma de pagamento por meio de depósito em conta bancária.

5.3.1. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à **CONTRATADA**, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.3.2. Quando da emissão da Nota Fiscal, a **CONTRATADA** deverá fazer constar no seu corpo o número deste **CONTRATO**, preferencialmente em destaque, sendo que na sua ausência a mesma será recusada.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em sua aceitação em desacordo com o previsto neste Contrato e **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

5.6. O pagamento em atraso ensejará a incidência de correção monetária ***"pro rata"*** pela variação do INPC/IBGE, juros, também ***"pro rata die"*** de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) após o 10º (décimo) dia.

5.7. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção de equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

5.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.9. Na hipótese da **CONTRATADA** solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, apresentar planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos e/ou matérias-primas, etc.;

CLÁUSULA 6ª - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços contratuais poderão ser reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, com base na variação mensal acumulada do índice escolhido ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência, sendo realizado por simples apostilamento.

6.2. Neste procedimento, data-base: 25/04/2025; (data do mapa de preços).

6.3. O índice de reajuste será o IPCA do mês da data-base indicada no item 6.2.

6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA 7ª - DAS PENALIDADES, ALTERAÇÃO E RESCISÃO

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste termo, garantida a prévia defesa, o fornecedor incorrerá em penalidades, estipuladas da seguinte forma:

a) Advertência, na hipótese do descumprimento de obrigação que não afete o prazo, ou qualidade/especificações do objeto licitado e que não cause prejuízo para a autarquia;

b) Multa de 2% (dois inteiros por cento) por dia de atraso na entrega, sobre o valor total da obrigação não cumprida, constante no contrato, até o 10º (décimo) dia consecutivo;

c) A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso na entrega, multa de até 15% (quinze inteiros por cento) sobre o valor total da obrigação não, constante no contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso;

d) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia estará caracterizado a inexecução total ou parcial da

obrigação assumida, aplicando-se o previsto na alínea ‘f’, cumulado com a alínea ‘g’, conforme o caso.

e) Multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor do contrato ou valor total do lote não cumprido, por entrega em desconformidade com as especificações estabelecidas ou em condições impróprias para a utilização, sem prejuízo da obrigação de substituí-los;

f) Nos demais casos de inadimplemento, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, constante no contrato;

g) Cancelamento do contrato e suspensão temporária ao direito de licitar com o ***SAAE*** de Indaiatuba, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 12 (doze) meses, na hipótese de descumprimento integral do contrato;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja providenciada sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ou instrumento equivalente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alinea anterior.

7.2. A aplicação de multas que ultrapassem o equivalente a 30% (trinta inteiros por cento) do valor do contrato, será causa de anulação do mesmo, unilateralmente pela Autarquia;

7.3. As multas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

7.4. O valor da multa aplicada será cobrado por meio de boleto bancário, devendo ser recolhido no prazo constante do vencimento do boleto. Se o valor da multa devida não for recolhido dentro do prazo de vencimento, será automaticamente inscrito em Dívida Ativa e executado judicialmente.

7.5. As penalidades previstas neste contrato têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora do da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao ***SAAE***.

7.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à **CONTRATADA**, e publicado na Imprensa Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado (excluída as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição,

informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente, inclusive junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA 8ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A tolerância das partes não implica em novação das obrigações assumidas no presente contrato.

8.2. Fazem parte integrante deste instrumento, o **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, os termos os termos da **Dispensa n° 11/2025**, que deu origem à presente avença, bem como as demais condições da proposta apresentada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**.

8.3. Elegem as partes o Foro da Comarca de Indaiatuba, Estado de São Paulo, como competente para apreciar todas as dúvidas ou questões decorrentes do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo fim.

Indaiatuba, 30 de abril de 2025.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS - *SAAE*

_____

Nome: ENGº SANDRO DE A. LOPES CORAL
Cargo: Superintendente
CPF: 255.464.478-00
RG: 25.519.713 SSP/SP

_____

Gestor: ADRIANO SANTANA RIBEIRO LUSTOSA
Cargo: Agente de suprimentos
CPF: 059.095.405-99
RG: 69.358.608-4 SSP/SP.

CONTRATADA

_____

Nome: RANSLEY VEIGA SENA
Cargo: Representante Comercial / Procurador
CPF: 331.262.028-70
RG: 32.977.083-4 SSP/SP

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE INDAIATUBA - SAAE

CONTRATANTE	**:**	Serviço Autônomo de Água e Esgotos - ***SAAE***
CONTRATADA	**:**	Sorogás Comércio de Gás Ltda
CONTRATO Nº	**:**	22/2025
OBJETO	**:**	Fornecimento de gás de cozinha liquefeito de petróleo (GLP) para vasilhames de 13 kg (P-13) e cilindros de 45 kg pelo período de 12 meses, em conformidade com o ANEXO I – Termo de Referência.
ADVOGADO(S) / Nº OAB/e-mail: (*)	**:**	
DISPENSA Nº	**:**	11/2025
PROCESSO Nº	**:**	54/2025

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

Pesquisa de Preço (0099152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 81

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Indaiatuba, 30 de abril 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE; RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Sandro de A. Lopes Coral
Cargo: Superintendente
CPF: 255.464.478-00
ASSINATURA: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Gestor do contrato: Adriano Santana Ribeiro Lustosa
Cargo: Agente de suprimentos
CPF: 059.095.405-99
ASSINATURA: _____

Pela contratada:

Nome: Ransley Veiga Sena
Cargo: Representante Comercial / Procurador
CPF: 331.262.028-70
ASSINATURA: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

Outlook

Orçamento de gás de cozinha

De URE PIRASSUNUNGA SECOMSE <prs.secomse@educacao.sp.gov.br>
Data Qui, 12/02/2026 16:18
Para mag.gas@outlook.com <mag.gas@outlook.com>
Cco RONALDO MELO <opcaogaspirassununga@gmail.com>; neto-gas@hotmail.com <neto-gas@hotmail.com>; liquigas.pirassununga02@hormail.com <liquigas.pirassununga02@hormail.com>; liquigas.pirassununga@hotmail.com <liquigas.pirassununga@hotmail.com>; GUAÇUGAS COMERCIO <guacugas@hotmail.com.br>; comercioana@gmail.com <comercioana@gmail.com>; LIMA GAS <limagasitaquera@gmail.com>

1 anexo (55 KB)
Planilha de Proposta.docx;

Prezados(as), boa tarde.

Solicitamos orçamento de 18 botijões de gás de cozinha G.L.P. 13 kg, com entrega parcelada durante o ano de 2026.

Enviar proposta conforme modelo em anexo neste e-mail até do dia 20/02/2026.

Certos de contar com sua colaboração, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Educação

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Ensino Região de Pirassununga
Núcleo de Compras e Serviços (NCS)
deprsncs@educacao.sp.gov.br | 19 3565 9000
Av. Prudente de Moraes, 2900 - centro - Pirassununga - SP - CEP 13630-075
/governosp

Pesquisa de Preço (00991528882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 83

Outlook

Re: Orçamento de gás de cozinha

De RONALDO MELO <opcaogaspirassununga@gmail.com>
Data Sex, 13/02/2026 08:55
Para URE PIRASSUNUNGA SECOMSE <prs.secomse@educacao.sp.gov.br>

1 anexo (284 KB)
orçamento secretaria educacao.pdf;

bom dia!

Segue anexo o orçamento solicitado.
Qualquer dúvida estou a disposição.

Att,
Mariana
Opção Gás e água
(19) 3055-0032/3562-3819.

RONALDO MELO <opcaogaspirassununga@gmail.com> escreveu (quinta, 12/02/2026 à(s) 17:36):

> boa tarde!
>
> Já vou providenciar orçamento.
> obrigada
>
> URE PIRASSUNUNGA SECOMSE <prs.secomse@educacao.sp.gov.br> escreveu (quinta, 12/02/2026 à(s) 16:18):
>
> > Prezados(as), boa tarde.
> >
> > Solicitamos orçamento de 18 botijões de gás de cozinha G.L.P. 13 kg, com entrega parcelada durante o ano de 2026.
> >
> > Enviar proposta conforme modelo em anexo neste e-mail até do dia 20/02/2026.
> >
> > Certos de contar com sua colaboração, desde já agradecemos.
> >
> > Atenciosamente,

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Educação

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Ensino Região de Pirassununga
Núcleo de Compras e Serviços (NCS)
deprsncs@educacao.sp.gov.br | 19 3565 9000
Av. Prudente de Moraes, 2900 - centro - Pirassununga - SP - CEP 13630-075
/governosp

Pesquisa de Preço (00099152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 84

Outlook

Re: Orçamento de gás de cozinha

De LIMA GAS <limagasitaquera@gmail.com>
Data Sex, 13/02/2026 12:25
Para URE PIRASSUNUNGA SECOMSE <prs.secomse@educacao.sp.gov.br>

1 anexo (179 KB)
COTACAO LIMA SECOMSE PIRA.pdf;

LIMA GÁS DISTRIBUIDORA EIRELLI
Rua Renato Katsuya Sato, 837 - Parque Cruzeiro do Sul - São Paulo - SP
CEP 08070-310 / CNPJ: 01.231.358/0001-98

FONES: (11) 2037-1505 / 3496-7505 / 98452-3370 - whatsupp E-MAIL: limagasitaquera@gmail.com

Em qui., 12 de fev. de 2026 às 16:18, URE PIRASSUNUNGA SECOMSE <prs.secomse@educacao.sp.gov.br> escreveu:

> Prezados(as), boa tarde.
>
> Solicitamos orçamento de 18 botijões de gás de cozinha G.L.P. 13 kg, com entrega parcelada durante o ano de 2026.
>
> Enviar proposta conforme modelo em anexo neste e-mail até do dia 20/02/2026.
>
> Certos de contar com sua colaboração, desde já agradecemos.
>
> Atenciosamente,

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Educação

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Ensino Região de Pirassununga
Núcleo de Compras e Serviços (NCS)
deprsncs@educacao.sp.gov.br | 19 3565 9000
Av. Prudente de Moraes, 2900 - centro - Pirassununga - SP - CEP 13630-075
/governosp

Pesquisa de Preço (00099152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 85

Outlook

Re: Orçamento gás de cozinha

De Ultragaz Pirassununga <pirassununga ultragaz@gmail.com>
Data Sex, 13/02/2026 11:10
Para URE PIRASSUNUNGA SECOMSE <prs.secomse@educacao.sp.gov.br>

1 anexo (192 KB)
Planilha de Proposta.pdf;

Bom dia,

Segue em anexo orçamento solicitado.

Atenciosamente.

Mary Ellem Catice
(19) 3561 6111

Em qui., 12 de fev. de 2026 às 16:22, URE PIRASSUNUNGA SECOMSE <prs.secomse@educacao.sp.gov.br> escreveu:

> Prezados(as), boa tarde.
>
> Solicitamos orçamento de 18 botijões de gás de cozinha G.L.P. 13 kg, com entrega parcelada durante o ano de 2026.
>
> Enviar proposta conforme modelo em anexo neste e-mail até do dia 20/02/2026.
>
> Certos de contar com sua colaboração, desde já agradecemos.
>
> Atenciosamente,

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Educação

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Ensino Região de Pirassununga
Núcleo de Compras e Serviços (NCS)
deprsncs@educacao.sp.gov.br | 19 3565 9000
Av. Prudente de Moraes, 2900 - centro - Pirassununga - SP - CEP 13630-075
/governosp

Pesquisa de Preço (0099152882) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 86

Empresa: G D Teixeira Comércio de Gás e Transporte Ltda

CNPJ: 33.722.222/0001-77

Endereço: Avenida Painguás, 1545 - Vila Guimarães

e-mail: pirassunungaultragaz@gmail.com

Telefone: (19) 3561 6111 – (19) 3565 2312 – (19) 99123 0201

Agência/Conta Santander: Banco 033 – Ag 0026 - C/C 13003704-0

EM	***ESPECIFICAÇÃO***	***CATMAT***	***UNIDADE DE MEDIDA***	***QUANTIDADE TOTAL***	***VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)***	***VALOR TOTAL (se não for sigiloso)***
1	Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.	461652	Botijão de 13kg	*18*	R$ 115,50	R$ 2.079,00

Proposta válida por 30 dias.

Pirassununga, 13 de fevereiro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
G D TEIXEIRA COMERCIO DE GAS E TRANSPORTE LT
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Carimbo e Assinatura

LIMA GAS DISTRIBUIDORA EIRELLI
RUA RENATO KATSUYA SATO, 837
PQ. CRUZEIRO DO SUL – SÃO PAULO – SP CEP 08070-310
CNPJ: 01.231.358/0001-98

PROPOSTA COMERCIAL

Á, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

UNIDADE REGIONAL DE ENSINODE PIRASSUNUNGA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIT.	QTD	TOTAL
01	***Recarga para gás***, uso: doméstico, capacidade: cerca de 13 kg, acessórios: com válvula e mecanismo de segurança de acordo com a portaria ANP Nº 51, de 30.11.2016 e botijão de acordo com ABNT NBR 8866; MARCA NACIONAL GAS	R$ 200,00	18	R$ 3.600,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R$ 3.600,00 (TRES MIL E SEISCENTOS REAIS)

Validade do produto / Prazo de Garantia: 12 meses. .

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias corridos, do recebimento da nota de fornecimento,

Condições de pagamento: 30 (trinta) dias corridos após a entrega do material

Frete e impostos inclusos

BANCO DO BRASIL
AG 3027-9
Conta Corrente 25.941-1



Contato: ANDERSON FERREIRA

São Paulo, 13 de Fevereiro de 2026.

E-mail: limagasitaquera@gmail.com Fones: (11) 2747-1904/2747-0527

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE REGIONAL DE ENSINODE PIRASSUNUNGA
Avenida Prudente de Moraes, 2900, Centro, Pirassununga/SP
Cep: 13.630-075 – Telefone: (19) 3565.9000 – e-mail: prs.secomse@educacao.sp.gov.br

Empresa: MARIANA CRISTINA CYPRIANO - ME

CNPJ: 13.030.916/0001-36

Endereço: RUA ODORICO VIEIRA 1264 - JARDIM FERRAREZI PIRASSUNUNGA/SP

e-mail:opcaogaspirassununga@gmail.com

Telefone: (19) 3055-0032/3562-3819

Banco Sicoob 756 Agencia 3188 C/C: 188359-3

EM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATMAT*	*UNIDADE DE MEDIDA*	*QUANTIDADE TOTAL*	*VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)*	*VALOR TOTAL (se não for sigiloso)*
1	Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.	461652	Botijão de 13kg	*18*	R$ 107,00	R$ 1.926,00

Carimbo e Assinatuta

Mariana Cristina Cypriano - ME
CNPJ: 13.030.916/0001-36

Digitalizado com CamScanner

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

INFORMAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS – DECRETO Nº. 67.888/2023

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LIMA GÁS DISTRIBUIDORA EIRELLI (VALOR UNITÁRIO)	VALOR TOTAL POR ITEM	J. R. PINTO & VALIM LTDA (VALOR UNITÁRIO)	VALOR TOTAL POR ITEM	SOU MAQ REFRIGERAÇÃO (VALOR UNITÁRIO)	VALOR TOTAL POR ITEM
1	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	18	Rr 200,00	R$ 3.600,00	R$ 107,00	R 1.926,00	R$ 115,50	R$ 2.079,00
VALOR TOTAL				R$ 3.600,00		R$ 1.926,00		R$ 2.079,00

Pirassununga, 27 de fevereiro de 2026.

Fernando José Bertanholi de Andrade
Chefe de Seção
Seção de Compras e Serviços - SECOMSE

Documento assinado eletronicamente por **Fernando José Bertanholi De Andrade**, **Chefe de Seção**, em 27/02/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099203195** e o código CRC **6669A690**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

INFORMAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

ATENDIMENTO AO ARTIGO 7º DO DECRETO Nº 67.888/2023

Trata-se de aquisição de gás de cozinha (botijão de 13 kg).

Considerando o que preceitua o artigo 75, inciso II , da Lei 14.133/2021, assim como o artigo 7º do Decreto nº 67.888/2023, temos a informar:

a) descrição do objeto a ser contratado:
Aquisição de gás de cozinha, botijão de 13 kg, para a Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga.

b) identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento:
Fernando José Bertanholi de Andrade.

c) caracterização das fontes consultadas:
Empresas especializadas no objeto a ser contratado.

d) série de preços coletados:
Composição de preços pelo portal COMPRAS (parâmetro I), consulta à contratações anteriores similares (parâmetro II) e pesquisa direta com fornecedores (parâmetro IV).

e) método matemático aplicado para a definição do valor estimado:
Escolha do menor preço.

f) justificativa para o método utilizado, se for o caso, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável:
Justifica-se o método utilizado para a desconsideração de valores excessivamente elevados.

g) memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte:
Anexo composição de preços do portal Compras, consulta à contratações anteriores similares, três orçamentos e quadro comparativo de preços.

h) justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do artigo 3°:
Foi realizada uma ampla Pesquisa de Preços e a empresa a ser contratada ofertou o menor preço, o qual está praticado de acordo com os praticados no mercado.

Pirassununga, 27 de fevereiro de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy
Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 27/02/2026, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099227512** e o código CRC **D2D9169A**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTA DE RESERVA - 2026NR00024

Unidade Gestora	080329				
Gestão	00001			**Processo**	20260187642
Data Emissão	01FEV2026	**PTRes**	080103	**Unidade Orçamentária**	08001
Programa Trabalho	12122081561780000			**Fonte Recurso**	150010001
UG Responsável	080010	**Natureza da Despesa**	339030	**Valor**	280,00

Cronograma

Mês	Valor
4	280,00

Observação			
AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (BOTIJÃO DE 13 KG)			
Usuário	ANDREA SOARES DE OLIVEIRA - 08000		
Consultado Em	27/02/2026	**Horário**	14:44

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTA DE RESERVA - 2026NR00025

Unidade Gestora	080329				
Gestão	00001			**Processo**	20260187642
Data Emissão	01MAR2026	**PTRes**	080103	**Unidade Orçamentária**	08001
Programa Trabalho	12122081561780000			**Fonte Recurso**	150010001
UG Responsável	080010	**Natureza da Despesa**	339030	**Valor**	2.240,00

Cronograma

Mês	Valor
5	280,00
6	280,00
7	280,00
8	280,00
9	280,00
10	280,00
11	280,00
12	280,00

Observação			
AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (BOTIJÃO DE 13 KG)			
Usuário	ANDREA SOARES DE OLIVEIRA - 08000		
Consultado Em	02/03/2026	**Horário**	11:02

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

INFORMAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

Cumprindo o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, informamos que a despesa está compatível com a Lei nº 17.898 de 09/04/2024, a qual institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2024 – 2027; com a Lei Orçamentária Anual nº 18.387, de 06/01/2026 que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026 e a Lei nº 18.178, de 16/07/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

A despesa, ora solicitada, deverá onerar a dotação orçamentária conforme abaixo:

Programa de Trabalho – 12122081561780000
Elemento – 33903024
Fonte – 150010001
Valor – R$ 2.520,00

Informa-se que os recursos também onerarão a dotação orçamentária de 2026.

Sendo assim as despesas estão adequadas aos objetivos, prioridades e metas previstas para o período, não infringindo qualquer de suas disposições.

Pirassununga, 27 de fevereiro de 2026.

Andréa Soares de Oliveira
Chefe de Seção
Seção de Finanças - SEFIN

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy
Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Documento assinado eletronicamente por **Andrea Soares De Oliveira**, **Chefe de Seção**, em 05/03/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099281644** e o código CRC **C1843316**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DECLARAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

DECLARAÇÃO

Em que pese o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 que informa:

> *Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:*
> *I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;*
> *II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e*
> *III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.*
> *§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.*
> *§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.*

Em cumprimento aos requisitos previstos no artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.220/2023 e do artigo 7º, incisos I, II e III da Lei federal nº 14.133/2021, atesto que o servidor abaixo relacionado possui atribuições relacionadas às licitações e contratos ou formação/qualificação compatível, e designo-o conforme segue:

Nome	Função	CPF

Fernando José Bertanholi de Andrade	Agente de Contratação	259.559.058-80

Pirassununga, 27 de fevereiro de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy

Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica e com contrato

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 03/03/2026, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099288692** e o código CRC **F87CA213**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

DESPACHO

Trata-se de aquisição de gás de cozinha, botijão de 13 kg e entregas parceladas, com fulcro no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

O valor total da contratação está estimado em **R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)**, conforme Planilha de Pesquisa de Preços, doc. 0099152882, que deverá onerar o Programa de Trabalho 12122081561780000, Elemento de Despesa 33903024 e Fonte de Recursos 150010001.

À vista dos procedimentos necessários em cumprimento à legislação vigente:

1. AUTORIZAÇÃO

Considerando o valor estimado da contratação pretendida e conforme Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência constantes dos autos**, AUTORIZO** a abertura da contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA ELETRÔNICA,** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, a ser realizado por intermédio do sistema **COMPRAS.GOV**, nos seguintes termos:

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação em questão se faz necessária para viabilizar o preparo dos cafés servidos durante as reuniões pedagógicas e orientações técnicas na Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Tal como descrito nos autos, a aquisição de **gás de cozinha, botijão de 13 kg** enquadra-se como "**bem comum**", para os fins artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus "(...) *padrões de desempenho e qualidade"* são aptos a serem "*(...) objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado"*.

4. AS EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os requisitos indicados no Termo de

Referência, anexo do Aviso de Contratação Direta.

As exigências de habilitação, justificam-se por serem indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, estando em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como com o Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

b) A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta.

c) As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

d) O Contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos ou no termo de contrato.

e) A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

O critério de aceitabilidade dos preços será aferido a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Administração.

a) Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

7. REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos).**

8. SUBCONTRATAÇÃO

O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

9. GARANTIA

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o Termo de Referência constante no doc. SEI nº 0099125266, no qual se apresenta todas as especificações técnicas inerentes ao objeto, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021.

ATESTO que o Termo de Referência está alinhado com o Plano de Contratação Anual, já em relação ao Plano de Logística Sustentável e demais instrumentos de planejamento da Administração, a contratada deverá observar o disposto no Decreto Estadual nº 53.336/2008, que institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis e outras práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

Ademais, declaro e atesto que o servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência cumpre os requisitos previstos nos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Estadual nº 68.220/2023 e do artigo 7º, incisos I, II e III e art. 9º da Lei federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se ainda que os responsáveis pela elaboração do Termo de Referência atendem a definição do artigo 2º do Decreto nº 68.185/2023.

11. PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura à CONTRATANTE ou de sua reapresentação, em caso de incorreções.

12. ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DECLARO a Responsabilidade Fiscal, com fulcro no inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, haja vista que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

DESIGNO, como Agente de Contratação, o servidor: Fernando José Bertanholi de Andrade CPF: 259.559.058-80.

JUSTIFICA-SE a não apresentação de Parecer Técnico tendo em vista que o objeto é singelo e comum, sem maiores requisitos técnicos para sua contratação.

Feitas essas considerações e devidamente **AUTORIZADA** a contratação, restituo os autos para publicação do Aviso de Contratação e demais providências.

Pirassununga, 27 de fevereiro de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy

Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 03/03/2026, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099296665** e o código CRC **CD931E76**.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL Nº 7/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026 - NOMEAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO

NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DISPENSA COM LANCE

PROCESSO SEI Nº 015.000159757/2026-88

UGE: 080329

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: FERNANDO JOSÉ BERTANHOLI DE ANDRADE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (BOTIJÃO DE 13 KG) PARA A UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

Este documento pode ser verificado pelo código 2026.02.27.1.3.22.11.79.6.1668204 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Publicação no Diário Oficial - Agente de Contratação (0099375452) SEI 015.000159757/2026-88 / pg. 103

Aviso de Contratação Direta nº 6/2026

Última atualização 04/03/2026

Acessar Processo Eletrônico

Local: Pirassununga/SP **Órgão:** SAO PAULO SECRETARIA DA EDUCACAO

Unidade compradora: 080329 - ESP-DIR.ENS.-REG.PIRASSUNUNGA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 04/03/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 05/03/2026 11:13 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 10/03/2026 11:14 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 46384111000140-1-000163/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de gás de cozinha, botijões de 13kg.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 2.520,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Botijão Para Gás uso: doméstico, capacidade: cerca de 13, acessórios: com válvula e mecanismo de segurança	1	R$ 2.520,00

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Aviso de
CONTRATAÇÃO DIRETA
080329 – 06/2026

CONTRATANTE (UASG)
080329

OBJETO
Contratação de aquisição de gás de cozinha (botijões de 13 kg)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 2.520,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia ***10/03/2026***

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
Das 08:00h *até 14:00h* (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço / por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
Av. Prudente de Moraes, 2900, Centro, Pirassununga-SP
CEP: 13.630-075 – Telefone: (19) 3565-9000 – e-mail:deprs@educacao.sp.gov.br

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 080329 – 06/2026

(Processo Administrativo n.° *015.000159757-2026-88*)

Torna-se público que a Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga, por meio da Seção de Compras e Serviços – SECOMSE, localizada na Avenida Prudente de Moraes, 2900, Centro, Pirassununga/SP, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **menor** preço, na hipótese do art. 75*, caput, inciso II*, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Data da sessão: 10/03/2026
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00
Link: ***https://compras.sp.gov.br***
Critério de Julgamento: *menor preço*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para *aquisição de gás de cozinha em botijões de 13 kg, enquadrando-se como fornecimento com entrega parcelada de bens*, a partir do mês de abril de 2026 e término em dezembro de 2026 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1. Para o item 1, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.1.1.1. 3.3.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5) que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.1.1.2. 3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.1.1.3. 3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea “c” acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos a cooperativas que atenderem ao disposto *no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, observando-se os limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006*.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma dispensa eletrônica, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Aviso), vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.8.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal.

4.8.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item 4.9.1 subsequente.

4.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. Considerando a disponibilização da funcionalidade no sistema, o fornecedor poderá, ao cadastrar sua proposta inicial, parametrizar valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável ([menor preço] / [maior desconto], conforme o critério de julgamento definido no início deste Aviso), obedecendo às regras das subdivisões desta disposição.

4.10.1. Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

4.10.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

4.10.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.10.4. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso para os demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso."

4.11. O fornecedor que for pessoa física não empresária, ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

4.11.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário conforme o critério de julgamento definido no início deste Aviso relativo ao item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior conforme o critério de julgamento definido no início deste Aviso ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, é de *R$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos)*.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance conforme o critério de julgamento definido no início deste Aviso registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Aviso definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.6.1. Na hipótese a que se refere a subdivisão acima, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, considerando que o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.4 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1 Sicaf;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

6.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).; e

6.4.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

6.5. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado que tenha sido definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta ou lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Além das disposições acima, a análise de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

6.10.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, aquele que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe este Aviso), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento da subdivisão acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de inabilitação (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para

atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou pôr os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

> 7.8.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Aviso como Anexo.

> 10.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
>
> 10.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
>
> 10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os

respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.4 deste Aviso.

10.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.1.1.1. 10.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

10.1.1.2. 10.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

10.1.6. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.1.7 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

10.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.1.1. 11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.1.2. 11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.1.3. 11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subdivisões anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

a) Advertência pela falta do item 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 11.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita no subitem 11.1.2, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas nos subitens 11.1.4 a 11.1.6, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para infrações descritas no subitem 11.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(8) Para a infração descrita no subitem 11.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

b.1.) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste instrumento, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº

14.133, de 2021).

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos itens 0 a 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 0 a 0, bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente Aviso com uma nova data;

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” da subdivisão anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” da subdivisão anterior também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: e-mail prs.secomse@educacao.sp.gov.br (setor de licitações).

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico prs.secomse@educacao.sp.gov.br.

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.13.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.13.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

12.13.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

12.13.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

12.13.5. ANEXO V – Planilha orçamentária

Pirassununga, 04 de março de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy

Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

Processo Administrativo nº 015.000159757/2026-88

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gás de cozinha (botijões de 13 kg) com entrega parceladas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATSER*	*UNIDADE DE MEDIDA*	*QUANTIDADE TOTAL*	*VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)*	*VALOR TOTAL (se não for sigiloso)*
1	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*18*	*R$ 140,00*	*R$ 2.520,00*

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da data de assinatura do termo de contrato, improrrogável, na forma dos artigos 106 e 107, caput, VIII, da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos baseia-se primordialmente na necessidade de garantir o fluxo de utilização da cozinha no preparo de cafés para reuniões pedagógicas e orientações técnicas.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-0-000061/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 24/09/2025;

III) Id do item no PCA: 21;

IV) Classe/Grupo: 6830 – GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 9900161545/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos objetos, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá orientar os seus funcionários para que sigam as melhores práticas e diretrizes visando a efetiva sustentabilidade ambiental, em especial nas etapas de descarte de materiais.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Nesta contratação, não será exigida quaisquer marcas ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não será vedada utilização de quaisquer marcas de produtos utilizados nos serviços.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será parcelado conforme necessidade da Contratante, com previsão de entrega a partir do mês de abril de 2026 e término em dezembro de 2026. Caso não sejam utilizadas todas as cotas contratadas, o empenho será parcialmente cancelado não dando direito de indenização ao CONTRATADO.

5.2. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Avenida Prudente de Moraes, 2900, Centro, Pirassununga/SP, Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023, art. 17).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.15. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º)

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do

cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada, sendo duas cotas de botijões 13 kg a partir do mês de abril de 2026 e término em dezembro de 2026. Caso não sejam utilizadas todas as cotas contratadas, o empenho será parcialmente cancelado não dando direito de indenização ao CONTRATADO.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.16. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.18. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.20. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.21. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor se considere isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.33. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.34.1 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.34.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.34.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

*8.34.4 Caso o fornecedor apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo **OU** patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor estimado da contratação.*

8.35. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.36. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.36.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

Outras comprovações

8.37. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.38. Tratando-se de consórcio:

8.38.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela

representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.

8.38.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.38.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.38.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.39. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.39.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.39.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.39.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.39.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 080329;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 12122081561780000;

IV) Elemento de Despesa: 33903024;

V) Plano Interno: 0536.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pirassununga, 26 de fevereiro de 2026.

Fernando José Bertanholi de Andrade

Chefe de Seção

Seção de Compras e Serviços – SECOMSE

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Aquisições – Contratação direta

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

(Processo Administrativo n° *015.000159757-2026-88*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA) UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA E .....

O Estado de São Paulo / Secretaria da Educação, por intermédio da Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 2900, Centro, na cidade de Pirassununga/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.384.111/0102-93, neste ato representada pela Sr.ª Ana Paula Rivera Mazzi Eloy, Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino, nomeada em 09 de fevereiro de 2026, inscrita no CPF sob o nº 253.387.838-35, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 015.000159757-2026-88 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº ...../...., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de gás de cozinha, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATMAT*	*UNIDADE DE MEDIDA*	*QUANTIDADE TOTAL*	*VALOR UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL*

1	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*18*		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa Eletrônica, que componham a documentação da presente contratação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada, a partir de abril de 2026 até dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução

contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ *(DD/MM/AAAA)*.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor – IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês

para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
   i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato:

   iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da

execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade: 00001/080329*

II. *Fonte de Recursos: 150010001*

III. *Programa de Trabalho: 12122081561780000*

IV. *Elemento de Despesa: 33903024*

V. *Plano Interno: 0536*

VI. *Nota de Empenho:*

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via,* que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Pirassununga, ... de ..... de 2026.

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	***ESPECIFICAÇÃO***	***CATMAT***	***UNIDADE DE MEDIDA***	***QUANTIDADE TOTAL***	***VALOR UNITÁRIO***	***VALOR TOTAL***
1	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*18*		

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº ___/___, Processo n° _____/___, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação) , interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 06/2026, Processo n° 015.000159757/2026-88, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
jan/26	R$ 0,00
fev/26	R$ 0,00
mar/26	R$ 0,00
abr/26	R$ 280,00
mai/26	R$ 280,00
jun/26	R$ 280,00
jul/26	R$ 280,00
ago/26	R$ 280,00
set/26	R$ 280,00
out/26	R$ 280,00
nov/26	R$ 280,00
dez/26	R$ 280,00
TOTAL	**R$ 2.520,00**

TOTAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026	**R$ 2.520,00**

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

INFORMAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

Informo que estão devidamente assinados o Aviso de Contratação e seus Anexos, constante nos autos como DOC.SEI: https://sei.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=116108183 - 0099757879

Pirassununga, 4 de março de 2026.

Rodrigo Antonio Ferreira
Nome do elaborador do Aviso de Contratação

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy
Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 04/03/2026, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099788034** e o código CRC **B16E8291**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DECLARAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MINUTAS PADRONIZADAS

DECLARO ter utilizado as minutas padronizadas do Estado de São Paulo, elaboradas em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com a análise técnica da Secretaria de Gestão e Governo Digital, e o exame jurídico da Procuradoria Geral do Estado, disponibilizadas no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo (https://compras.sp.gov.br/), no sítio eletrônico https://www.pge.sp.gov.br/, ou em outro sítio eletrônico oficial do Estado, a seguir especificadas:

a) termo de referência para contratação direta de aquisição de bens, conforme versão atualizada em 12/01/2026;

b) contrato para contratação direta de aquisição de bens, conforme versão atualizada em 07/01/2026;

c) aviso de contratação direta, conforme versão atualizada em 12/01/2026.

DECLARO, ainda, que eventuais alterações do texto padronizado foram destacadas em negrito e sublinhadas para o exame específico pela Procuradoria Geral do Estado, em atendimento ao artigo 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e discriminadas com a correspondente justificativa no anexo que constitui parte integrante desta declaração.

Pirassununga, 4 de março de 2026.

_____ Nome: Fernando J. B. de Andrade Identificação funcional/CPF nº: 259.559.058-80 Servidor(es) responsável(is) pela elaboração dos documentos	_____ Nome: Ana Paula Rivera Mazzi Eloy Identificação funcional/CPF nº: 253.387.838-35 Autoridade competente para autorizar a licitação/contratação

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica e com contrato

Documento assinado eletronicamente por **Fernando José Bertanholi De Andrade**, **Chefe de Seção**, em 05/03/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 06/03/2026, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099799357** e o código CRC **6167E4EE**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

INFORMAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

Trata-se de processo autuado visando a aquisição de gás de cozinha para atender às demandas desta Unidade Regional de Ensino.

1 . O valor estimado importa em R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), sendo demonstrado recurso para a presente despesa, conforme informação junto ao Documento SEI 0099245925.

2. Tendo em vista o valor estimado, a contratação se dará por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 75, inciso II , da Lei nº 14.133/2021, com a empresa **Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás** que apresentou o menor valor, na disputa eletrônica.

3. Diante do exposto, propõe-se o encaminhamento ao(a) Senhor(a) Dirigente Regional de Ensino para, se de acordo, autorizar a despesa e declarar a dispensa do procedimento licitatório.

Pirassununga, 16 de março de 2026.

Débora Bruna Nunes Barbosa Soares
Chefe de Serviço
Serviço de Administração e Finanças – SEAFIN

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica e com contrato

Documento assinado eletronicamente por **Débora Bruna Nunes Barbosa Soares**, **Chefe de Serviço**, em 16/03/2026, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099810351** e o código CRC **DD41DC29**.

ESP-UNID.REGIONAL DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	80329-ESP-UNID.REGIONAL DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA	RODRIGO ANTONIO FERREIRA	05/03/2026 10:51 (v 0.4)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	1545/2026	015.000159757/2026-88

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

Processo Administrativo nº 015.000159757/2026-88

1. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**
    1. Aquisição de gás de cozinha (botijões de 13 kg) com entrega parceladas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATSER*	*UNIDADE DE MEDIDA*	*QUANTIDADE TOTAL*	*VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)*	*VALOR TOTAL (se não for sigiloso)*
	Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá					

01	*ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297 /2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*18*	*R$ 140,00*	*R$ 2.520,00*

1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
3. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da data de assinatura do termo de contrato, improrrogável, na forma dos artigos 106 e 107, caput, VIII, da Lei n° 14.133, de 2021.
4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
    1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos baseia-se primordialmente na necessidade de garantir o fluxo de utilização da cozinha no preparo de cafés para reuniões pedagógicas e orientações técnicas.
    2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-0-000061/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 24/09/2025;

III) Id do item no PCA: 21;

IV) Classe/Grupo: 6830 – GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 9900161545/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**
    1. A descrição da solução como um todo encontra-se neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Sustentabilidade

1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos objetos, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
    1. A Contratada deverá orientar os seus funcionários para que sigam as melhores práticas e diretrizes visando a efetiva sustentabilidade ambiental, em especial nas etapas de descarte de materiais.

Indicação de marcas ou modelos

2. Nesta contratação, não será exigida quaisquer marcas ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

3. Não será vedada utilização de quaisquer marcas de produtos utilizados nos serviços.

Da exigência de carta de solidariedade

4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de ..... dias, contados do(a) ....., em remessa única.*

OU

5.2. *As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:[A1]*

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	*... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]*
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	*... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]*
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	*... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]*
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	*... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]*

5.3. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (...) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.4. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço [...][A2]*

5.4.1. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a ..... (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.*

Garantia, manutenção e assistência técnica[A3]

5.5. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A4]*

OU

5.6. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ___ (____) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.7. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A5]*

5.8. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.9. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.10.*Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.11.. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.12. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **XX** (**xxxxx**) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.*

5.13. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

5.14. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

5.15. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*

5.16. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*
5.17. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A6]*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
    1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
    2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
    3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
    4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
    5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023, art. 17).
8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).
9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).
10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).
11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).
14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).
15. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º)
17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).
18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).
19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).
20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).
21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
    a. der causa à inexecução parcial do contrato;
    b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
    c. der causa à inexecução total do contrato;
    d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
    e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
    f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
    g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

2. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

3. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
5. **Multa:**
    1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
    2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
        i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
    3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
    4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
    5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
    6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
    7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato:

        19. 12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

    2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:
        1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
        2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
        3. Indenizações e multas.
    3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).
    4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

21. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**
    1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
        1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.
        2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
        3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

            22. iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

    3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
    1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
    2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

24. a natureza e a gravidade da infração cometida;
25. as peculiaridades do caso concreto;
26. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
27. os danos que dela provierem para o Contratante;
28. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

38. 1.

Forma de pagamento

19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.
    1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.

Prazo de pagamento

17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.
18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

5.

Liquidação

8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
    1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7. o prazo de validade;
8. a data da emissão;
9. os dados do contrato e do órgão contratante;
10. o período respectivo de execução do contrato;
11. o valor a pagar; e
12. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do

órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

13. **Recebimento**

1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

1. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
    1. O valor estimado total da contratação é de R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
    1. O valor estimado total da contratação é de R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
    1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
    2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

        I) Gestão/Unidade: 080329;

        II) Fonte de Recursos: 150010001;

        III) Programa de Trabalho: 12122081561780000;

        IV) Elemento de Despesa: 33903024;

        V) Plano Interno: 0536.

    3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Pirassununga, 05 de março de 2026.[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Fernando José Bertanholi de Andrade

Chefe de Seção

Seção de Compras e Serviços – SECOMSE

13. ANEXO I

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Aquisições – Contratação direta

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

(Processo Administrativo n° *015.000159757-2026-88*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA) UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA E .....

O Estado de São Paulo / Secretaria da Educação, por intermédio da Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 2900, Centro, na cidade de Pirassununga/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.384.111/0102-93, neste ato representada pela Sr.ª Ana Paula Rivera Mazzi Eloy, Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino, nomeada em 09 de fevereiro de 2026, inscrita no CPF sob o nº 253.387.838-35, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito (a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 015.000159757-2026-88 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº ...../...., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**
    1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de gás de cozinha, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.
    2. Objeto da contratação:
    3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:
        1. O Termo de Referência;
        2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa Eletrônica, que componham a documentação da presente contratação;
        3. A Proposta do Contratado;
        4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
    4. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada, a partir de abril de 2026 até dezembro de 2026.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**
    1. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
        1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
        2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:
            1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
            2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
        3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**
    1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.
4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**
    1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.
5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**
    1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).
    2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
    3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.
6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**
    1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**
    1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ *(DD/MM/AAAA)*.
    2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor – IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
    3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
    4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
    5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
    6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
    7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
    8. O reajuste será realizado por apostilamento.
8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**
    1. São obrigações do Contratante:
        1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
        2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
        3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
        4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
        5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
        6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
        7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
        8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês

para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e /ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
    1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
    2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
    3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
    4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
    5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
    6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
    7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
    8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual /Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
    9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
    10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
    11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;
13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
    1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.
3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
    1. agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
    2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;
    3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**
    1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**
    1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
        a. der causa à inexecução parcial do contrato;
        b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
        c. der causa à inexecução total do contrato;
        d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
        e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
        f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
        g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
        h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
    2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297 /2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*18*		

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
    i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato:

    iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
    1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
    2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
b. as peculiaridades do caso concreto;
c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d. os danos que dela provierem para o Contratante;
e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**
    1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
        1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.
        2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
        3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

        12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

    2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:
        1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
        2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
        3. Indenizações e multas.
    3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**
    1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

    I. *Gestão/Unidade: 00001/080329*
    II. *Fonte de Recursos: 150010001*
    III. *Programa de Trabalho: 12122081561780000*
    IV. *Elemento de Despesa: 33903024*
    V. *Plano Interno: 0536*
    VI. *Nota de Empenho:*

    2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**
    1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**
    1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
    2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
    3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
    4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
    5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**
    1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.
17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**
    1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via,* que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Pirassununga, ... de ..... de 2026.

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº 080329 - 6/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

FERNANDO JOSE BERTANHOLI DE ANDRADE
Agente de contratação

PROCESSO: 015.00262105/2025-49

INTERESSADO: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA

PARECER: **CJ/SEDUC n.º** 17/2025

EMENTA: **PARECER REFERENCIAL.** LICITAÇÃO. Dispensa. Proposta de contratação direta, por dispensa de licitação fundada no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Primeira edição na vigência da lei nº 14.133/2021. Dispensa de licitação em razão do valor com ajuste formalizado através de contrato. Aplicabilidade a casos com identidade de objeto. Caso concreto analisado: aquisição de materiais permanentes (bebedouros elétricos e refrigerador). Observações e recomendações. Viabilidade jurídica desde que atendidas todas as recomendações e observações efetuadas no opinativo. Pela devolução à origem para prosseguimento.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Trata-se de processo administrativo instaurado com o intuito de viabilizar a aquisição de materiais permanentes (bebedouros elétricos e refrigerador), mediante dispensa de licitação fundamentada no art. 75, II, da Lei n° 14.133/2021.

2. Os autos foram instruídos com os documentos listados como válidos no Despacho CENOT n.º 189/2025 (0063271077), abaixo reproduzidos:

- Documento de Formalização de Demanda (doc. 0061013724).
- Despacho que informa que não serão elaborados: Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos (doc. 0061026306).
- Termo de Referência (doc. 0061139719).
- Despacho no qual o Sr.(a) Dirigente Regional de Ensino aprova o Termo de Referência (doc. 0061157195).
- Pesquisa de Preços (doc. 0061192766).
- Quadro Comparativo de Preços – Decreto Estadual nº 67.888/2023 (doc. 0063240204).
- Informação quanto aos documentos de habilitação – habilitação simplificada (doc. 0061150178).

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

- Atendimento ao § 3º do Artigo 3º e ao Artigo 7º do Decreto Estadual nº 67.888/2023 (doc. 0063240737).
- Nota de Reserva (doc. 0061520465).
- Informação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (doc. 0061521021).
- Declaração da Autoridade Competente (Dirigente Regional de Ensino) que atesta que o servidor (agente de contratação) possui atribuições relacionadas às licitações e contratos administrativos (doc. 0063241155).
- Documentação do Agente de Contratação (doc. 0063241785).
- Aviso de Contratação Direta (doc. 0063242075).
- Declaração de Utilização de Minutas Padronizadas (doc. 0062030216).
- Anexo da Declaração de Utilização de Minutas Padronizadas (doc. 0062031683).
- Minuta do Despacho que informa o objeto da contratação, o valor estimado, os recursos orçamentários e que a contratação será por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (doc. 0062033181).
- Artefato Digital – Termo de Referência Digital (docs. 0063265306).
- Minuta do Despacho Autorizador (doc. 0063242390).
- Despacho de Encaminhamento (doc. 0063265638).

3. Assim instruídos, foram os autos encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise e parecer, nos termos do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 (0063271077).

É o breve relatório. Passo a opinar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

4. Inicialmente, ressalto que a manifestação desta Consultoria Jurídica é pontual e cinge-se ao exame da viabilidade jurídica da contratação direta nos termos propostos pela origem e com base nos elementos carreados nos autos, não sendo sua atribuição analisar a conveniência e oportunidade do ato ou verificar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa. Pontua-se que a análise a ser realizada levará em consideração, exclusivamente, os elementos de instrução constantes deste expediente eletrônico (**SEI nº 015.00262105/2025-49**).

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

5. O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, impõe a obrigatoriedade de processo de licitação pública para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, excetuadas as hipóteses previstas em lei.

6. O artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 admite expressamente a dispensa de procedimento licitatório nas hipóteses que especifica, merecendo destaque seus incisos I e II, que tratam da dispensa em razão do valor:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
>
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
>
> (...)
>
> § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
>
> I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
>
> II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.
>
> § 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.
>
> § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.
>
> § 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7. Cumpre recordar que, em atenção ao disposto no artigo 182[1] da NLLC, o Decreto Federal nº 12.343, de 30/12/2024 atualizou os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75 para R**$ 125.451,15** (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e

[1] Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

cinquenta e um reais e quinze centavos) e **R$ 62.725,59** (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), respectivamente.

8. Merece destaque, ainda, a previsão do §1º do artigo 75 da NLLC, de modo que a aferição do limite para a dispensa deve observar (i) o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva **unidade gestora**; e (ii) o somatório da despesa realizada com **objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade. Recorda-se que o artigo 2º, inciso II e parágrafo único, do Decreto Estadual nº 68.304/2024 definiu o que se entende por objetos de mesma natureza:

> Artigo 2° - Para os fins deste decreto, considera-se: (...)
> II - objetos de mesma natureza - bens, serviços e obras relativos a contratações no mesmo ramo de atividade no mercado; (...)
> Parágrafo único - Para os fins do inciso II deste artigo, considera-se ramo de atividade vinculada:
> 1. à classe dos materiais, aquela constante do Sistema de Compras do Governo Federal de Catalogação de Material do Governo federal;
> 2. à descrição dos serviços e de obras, aquela constante do Sistema de Compras do Governo Federal de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo federal.

8.1. Nos termos do inciso I do artigo 2º do Decreto nº 68.304/2024, **unidade gestora** é unidade administrativa, integrante da estrutura dos órgãos da Administração direta e autárquica, incumbida da execução orçamentária e financeira da despesa. Corresponde à Unidade Gestora Executora – UGE, que tem sido adotada em normas para a execução orçamentária e financeira do Estado[2].

8.2. No que se refere **à natureza do objeto**, para determinação do ramo de atividade, há que se verificar a classificação que consta do Sistema de Compras do Governo Federal de Catalogação. Desta forma, cabe à Unidade Gestora Executora adotar um sistema de acompanhamento e controle para que as aquisições ou contratações de objetos de mesma natureza respeitem o limite legal para o exercício financeiro.

9. No caso em análise, considerando que o objeto contratual corresponde à aquisição bebedouros e refrigerador e que o valor orçado para a contratação

[2] Consoante as **Orientações Consolidadas Sub-Cons PGE/SP – Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos** (2025, Versão 1/2025 – 2.1.2025).

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

corresponde a **R$ 9.518,45** (nove mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) (doc. 0058132504), é possível seu enquadramento na hipótese do inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. A unidade de origem, no entanto, deve se assegurar quanto ao atendimento do §1º do artigo 75 da NLLC no caso concreto, o que se recomenda seja providenciado e **certificado** nos autos.

ANÁLISE FORMAL DO PROCEDIMENTO

10. O artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, seja instruído com os seguintes documentos:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
>
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
>
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
>
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
>
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
>
> VI - razão da escolha do contratado;
>
> VII - justificativa de preço;
>
> VIII - autorização da autoridade competente.
>
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

11. No Estado de São Paulo, os procedimentos de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, na forma eletrônica, são disciplinados pelo Decreto Estadual nº 68.304/2024, cujo artigo 6º reproduziu, em linhas gerais, os elementos acima transcritos.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

12. Cumpre salientar que a não observância dessas formalidades pode configurar uma das hipóteses do artigo 73 da Lei Federal nº 14.133/2021[3], acarretando a responsabilidade solidária do contratado e do agente público responsável por eventual dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

13. Vê-se, portanto, que esses dispositivos constituem importante guia para a instrução adequada de procedimentos de contratação direta à luz da nova legislação, de modo que é altamente recomendável que, no despacho que autorizar a dispensa de licitação, a autoridade competente analise criticamente a instrução dos autos, certificando-se de que todos os elementos previstos no artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 foram efetivamente atendidos, bem como indicando onde se encontram nos autos os documentos utilizados para respaldar sua deliberação.

14. Passo agora à análise dos requisitos exigidos pelo Artigo 72 da Lei nº 14.133/21, dividindo-os em tópicos para facilitar a compreensão.

Do art. 72, inciso I da Lei 14.133/21: documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

15. O documento de formalização de demanda (DFD) é definido pelo inciso IV do artigo 2º do Decreto n.º 67.689 de 03 de maio de 2023[4] como "documento que fundamenta o plano de contratações anual, por meio do qual a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação".

16. De acordo com o artigo 7º do citado diploma estadual, o DFD deverá conter as seguintes informações:

---

[3] Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

[4] Regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

> I – justificativa da necessidade da contratação;
> II – descrição sucinta do objeto;
> III – quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;
> IV – estimativa preliminar do valos da contratação, por meio de procedimento simplificado;
> V – indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou entidade;
> VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;
> VII – indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização e demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas;
> VIII – nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.
> **Parágrafo único -** Para cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, os órgãos e as entidades observarão, no mínimo, o nível referente à classe dos materiais ou ao grupo dos serviços e das obras dos Sistemas de Catalogação de Material, de Serviços ou de Obras do Governo federal.

17. A contratação foi justificada no item 3 do DFD nos seguintes termos (0061013724):

> 3.1. A contratação em questão se faz necessária para aquisição de material permanente – Bebedouro Industrial, para atender a demanda da Diretoria de Ensino de Votuporanga, que em dias de Orientações Técnicas recebe muitos servidores o que acarreta em falta de água gelada e também de 1 refrigerador para atender as necessidades dos servidores.

18. Observo que o documento de formalização de demanda foi juntado em doc. 0061013724 e que não compete a esta Consultoria emitir juízo quanto à sua adequação técnica. Entretanto, no que se refere aos requisitos normativos transcritos acima, todos parecem estar contemplados.

19. O DFD juntado aos autos, está apto a atender os requisitos postos pelo artigo 7º do Decreto nº 67.689/2023. Recomendo, contudo, que a Administração certifique o atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 7º, bem como que, oportunamente, providencie as diligências administrativas previstas nos demais dispositivos do Decreto.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

20. Destaco que, nos termos do artigo 8º, inciso II, do Decreto nº 68.017/2023[5], é facultada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a modalidade de contratação em tela. Entretanto, é recomendável que a Administração, como regra, consigne nos autos as justificativas para não realização do ETP, o que foi feito em doc. 0061026306.

21. Por sua vez, a "Análise de Riscos" consiste na etapa do planejamento da contratação voltada ao mapeamento dos eventos futuros e incertos que, caso venham a se concretizar, ocasionem algum prejuízo à regular execução do contrato e, em última análise, ao interesse público, definindo-se seus métodos de gerenciamento, ações preventivas e de contingência. A Administração justificou a ausência da Análise de Riscos em doc. 0061026306.

22. O Termo de Referência (TR) que corresponde ao documento necessário para a contratação de bens e serviços, deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos, consoante o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei 14.133/2021:

> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do ajuste e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> d) requisitos da contratação;
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como a contratação deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

[5] **Artigo 8° -** A elaboração do ETP:
[...]
II - é facultada nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" do artigo 75 da Lei federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

k) especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

l) indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

m) especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso".

23. O Termo de Referência também deverá observar o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023[6] de que prescreve no artigo 3º, § 1º:

"§ 1°. Os processos de contratação direta de que trata o artigo 72 da Lei federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, serão instruídos com o TR, observado, em especial, o disposto nos artigos 5° e 7° deste decreto.

Artigo 5° - O TR será elaborado conjuntamente por agentes públicos da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Artigo 7° - Ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011."

[6] Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR para a aquisição de bens e a contratação de serviços, nos termos da Lei federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

24. O termo de referência tem por escopo o detalhamento do objeto, de modo a permitir a perfeita identificação do que é pretendido pelo órgão contratante e das circunstâncias e da maneira de realização do objeto, permitindo a fiscalização e a avaliação das atividades realizadas pela empresa contratada para que se garanta o controle da eficiência.

25. O Decreto nº 68.185/2023 determina a utilização do Sistema TR Digital, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, com a observância do Manual do Sistema TR Digital, disponível no Portal de Compras do Estado. O TR Digital foi juntado em doc. 0063265306.

26. Ademais, nos termos do artigo 6º, §3º, do mesmo decreto "deverão ser utilizados os modelos de TR instituídos pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico do Estado, que conterão os elementos previstos neste artigo".

27. Mencionado decreto também determina que o TR esteja alinhado com o Plano de contratação Anual, o Plano de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração, o que deverá ser atestado pela autoridade competente.

28. Deverá ser atestado nos autos, ainda, que os responsáveis pela elaboração do TR preenchem os requisitos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 14.133/2021 e atendem a definição do artigo 2º do Decreto nº 68.185/2023, o que deverá ser providenciado.

29. O Termo de Referência foi juntado aos autos sob doc. 0061139719 e está foi assinado pelos responsáveis pela sua elaboração. O TR foi aprovado pela autoridade competente em doc. 0061157195.

30. Em relação ao TR (0061139719) faço as seguintes observações:

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

30.1. O subitem 1.3 indica que contratação será feita pelo prazo de 90 (noventa) dias.

30.2. O subitem 1.5 indica a impossibilidade de subcontratação.

30.3. O subitem 2.2 indica que a contratação está prevista no Plano de contratação Anual (2025).

30.4. Não haverá exigência de garantia (subitem 4.2).

30.5. A entrega será feita de prazo 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única (subitem 5.1).

30.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) (subitem 5.2).

30.7. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item (subitem 8.1).

31. A "Declaração de Utilização – Minutas padronizadas" que atesta a utilização do modelo de TR extraído do sítio eletrônico *compras.sp.gov.br,* está juntada em doc. 0062030216. No que se refere ao anexo (0062031683), consta que não foram realizadas alterações. Sendo assim, este órgão consultivo, **não se responsabiliza** por alterações que não foram informadas para a devida análise.

32. Entendo que o TR parece cumprir os fins a que se destina, estando formalmente adequado.

Do art. 72, inciso II da Lei 14.133/21: estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23[7] da mesma lei.

[7] Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
[...]

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

Do art. 72, inciso VII da Lei 14.133/21: justificativa de preço.

33. Quanto aos valores estimados para contratação, observo que a estimativa dos valores deve ser objeto de análise criteriosa pela área técnica e manifestação da autoridade competente quanto à razoabilidade dos preços.

34. O Decreto nº 67.888/2023, para determinação do melhor preço, permite a utilização dos seguintes parâmetros:

> "**Artigo 3° -** Serão utilizados os seguintes parâmetros para aferição do melhor preço estimado:
> [...] da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
> IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
> [...]
>
> **§ 4° -** A pesquisa de preços realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV deste artigo, observará, cumulativamente, o seguinte:
> 1. o prazo de resposta conferido deverá ser compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;
> 2. as respostas formais obtidas conterão, ao menos:
> a) descrição do objeto, com os valores unitário e total;
> b) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do fornecedor;
> c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
> d) data de emissão;
> e) nome completo e identificação do responsável.
> 3. os fornecedores serão informados sobre as características da contratação contidas no artigo 2° deste decreto, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado;
> 4. registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV deste artigo."
> *Destaques nossos.*

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
[...]

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

35. Alerto a Administração que, para cumprimento do quanto exigido pela legislação, a definição dos parâmetros para aferição dos valores estimados que serão adotados deve considerar a necessidade de que a pesquisa se refira a objetos contratuais com as mesmas especificações que se pretende contratar.

36. Ressalto que cabe à Administração revisar a estimativa de preços constante dos autos para verificar se ela atende a todos os parâmetros legais. Após, deve ocorrer a elaboração de quadro comparativo de preços em que constem todos os preços pesquisados e, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 67.888/2023, o valor estimado definido será formalizado em documento que conterá, ao menos, as seguintes informações:

a) descrição do objeto a ser contratado;
b) identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
c) caracterização das fontes consultadas;
d) série de preços coletados;
e) método matemático aplicado para a definição do valor estimado;
f) justificativa para o método utilizado, se for o caso, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
g) memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;
h) justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do artigo 3°.

37. Acrescente-se que, nos casos de dispensa de licitação em razão do valor, o Decreto nº 67.888/2023 e prevê, no §4º do artigo 10[8], que a estimativa de preços

[8] "Artigo 10 - As contratações diretas decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação estão sujeitas ao disposto neste decreto e às disposições complementares presentes nos parágrafos deste artigo. (...) § 4º - Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do artigo 75 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, mediante solicitação formal de cotações a fornecedores".

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, mediante solicitação formal de cotações a fornecedores.

38. No caso dos autos, consta ter sido feita pesquisa de preços com três fornecedores, sendo que as propostas se encontram sintetizadas no quadro comparativo de preços (doc. 0063240204). O preço referencial foi fixado em R$ 9.518,45 (nove mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos)). Destaco, ainda, a juntada da informação de doc. 0061199414, elaborada nos termos do artigo 7º do Decreto nº 67.888/2023 (acima transcrito), que esclarece que o preço referencial corresponde à média aritmética dos valores pesquisados.

39. Considerando que a presente contratação se operará com disputa, ainda não houve a escolha final do fornecedor. De todo modo, a autoridade competente deverá expor oportunamente, os motivos da escolha da empresa indicada para a contratação.

40. Destaco, ademais, os termos do Despacho Autorizador (doc. 0063671358):

> **1. AUTORIZAÇÃO**
> Considerando o valor estimado da contratação pretendida e conforme Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência constantes dos autos**, AUTORIZO** a abertura da contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA ELETRÔNICA,** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, a ser realizado por intermédio do sistema **COMPRAS.GOV**, nos seguintes termos:
>
> **2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**
> A aquisição de bebedouros e geladeira é justificada pelo interesse público em equipar adequadamente a Diretoria Regional de Ensino, a fim de manter os serviços prestados pela Administração Pública, com equipamentos permanentes que auxiliem na realização de atividades. Nesse contexto, é necessário realizar investimentos constantes na estrutura física dos ambientes de trabalho, visando o bem-estar dos servidores, de forma a proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades, comodidade e acolhimento aos servidores.
>
> **3. DEFINIÇÃO DO OBJETO**
> Tal como descrito nos autos, a aquisição de **bebedouros e geladeira** enquadra-se como "**bem comum**", para os fins artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus "(...) *padrões de desempenho e qualidade"* são aptos a serem "*(...) objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações*

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

usuais no mercado". Mostra-se possível, portanto, o emprego da modalidade "pregão eletrônico" para licitar o objeto pretendido.

[...]
6. ACEITABILIDADE DOS PREÇOS
Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
O critério de aceitabilidade dos preços será aferido a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Administração.
a) Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

41. Além do mais, prevê o Decreto Estadual nº 36.226/92:

Artigo 2.º - Além das normas legais e regulamentares aplicáveis as licitações, deverão ser observadas as seguintes:

[...]

III - nos expedientes em que for proposta a não realização da licitação, por se tratar de caso de dispensa ou de inexigibilidade previsto nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, o órgão proponente deverá manifestar-se, expressa e conclusivamente, sobre a **razoabilidade do preço** indicado para contratação;

42. A exigência tem íntima relação com o disposto no inciso VII do artigo 72 da NLLC, que, por sua vez, exige a **justificativa de preços**, revelando o dever de que a unidade administrativa motive adequadamente o montante indicado para a contratação, verificando e atestando sua economicidade e razoabilidade. Tendo em vista que não consta dos autos a providência acima exigida, também deverá o órgão proponente se manifestar, expressa e conclusivamente, sobre a razoabilidade do preço indicado para contratação, mediante justificativa fundamentada que ampare suas conclusões.

43. Cabe pontuar que a economicidade da contratação constitui fator relevante para a determinação de que a opção escolhida é a que melhor atende ao interesse público, justificando a contratação direta. Acerca do tema, ressalto que o Tribunal de Contas

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

do Estado de São Paulo tem sido exigente quanto à demonstração da economicidade no caso das contratações sem licitação[9].

Do art. 72, inciso III da Lei 14.133/21: parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

44. A NLLC também exige, para a instrução da contratação direta, a apresentação de parecer jurídico – o que se ora se faz – para controle prévio da legalidade e de parecer técnico – quando o caso – para verificação do atendimento às características do objeto contratual de demais requisitos exigidos para adequada instrução dos autos. A esse respeito, observo que o Despacho Autorizador justificou a desnecessidade da elaboração de parecer técnico por ser o objeto "singelo e comum" (doc. 0063671358).

Do art. 72, inciso IV da Lei 14.133/21: demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

45. No que tange à demonstração da existência de recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas previstas para ocorrer no presente exercício, destaco ser essencial a juntada de reserva e empenho prévio à assinatura do contrato, demonstrando a existência de recursos orçamentários suficiente para a cobertura das despesas contratuais, o que recomendo seja observado.

46. Destaco a juntada de Nota de Reserva n.º 2025NR00045 no valor de R$ 9.518,45, que corresponde ao valor estimado da contratação (0061520465). Relembro que a contratação somente poderá ser celebrada validamente se comprovada a existência de recursos suficientes para a cobertura das despesas dele decorrentes, motivo pelo qual o **empenho** dos valores deve ser antecedente ou concomitante à contratação. A

[9] Cf. os julgados TC-000027/002/10 e TC-001734/003/06.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

inobservância desse procedimento acarretará a nulidade dos atos e responsabilidade do servidor que lhe tenha dado causa.

47. A informação sobre a devida compatibilidade também com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal é imprescindível à presente contratação. Nesse sentido, destaco a juntada da Informação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (doc. 0061521021) e do Despacho autorizando a despesa e a dispensa de licitação (doc. 0063671358).

48. Lembro que, na hipótese de a contratação ultrapassar o presente exercício financeiro, será necessária previsão no plano plurianual ou, até aprovação do plano plurianual, na proposta de plano plurianual, por força do art. 105 da Lei federal nº 14.133/2021 e da orientação firmada nos Pareceres Subg. Cons. nº 173/2006 e PA nº 257/2007.

Do art. 72, inciso V da Lei 14.133/21: comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

49. Os documentos de habilitação exigidos do futuro contratado estão limitados aos previstos no rol dos artigos 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021[10], mas a Administração deve usar de razoabilidade para estabelecer quais serão exigidos para cada contratação a ser realizada.

50. De toda sorte, cabe à origem verificar se o caso se enquadra na hipótese do inciso II do artigo 18 do Decreto Estadual 68.304/2024, o qual estabelece que "(...) Nos termos do inciso III do artigo 70 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

[10] Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:
I - jurídica;
II - técnica;
III - fiscal, social e trabalhista;
IV - econômico-financeira.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

somente se exigirá, para fins de habilitação, a comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual e, adicionalmente, no caso das pessoas jurídicas, junto à Justiça do Trabalho e à Seguridade Social, nas contratações: (...) II - em valores inferiores a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral; (...)". Nesse sentido, consta declaração da autoridade ser este o caso dos autos (0061150178).

51. No que tange à documentação em questão, friso que todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta, inclusive a validade das certidões apresentadas, devem estar presentes por ocasião da formalização do contrato, o que deve ser verificado pela Administração, abrangendo também as providências especificadas no § 4º do artigo 91 da Lei federal nº 14.133/2021:

> "Art. 91, § 4º. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo."

52. Ressalte-se, ainda, a necessidade de inexistência de registros em nome do fornecedor a ser contratado no Cadin Estadual, ou a comprovação de que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 12.799/2008.

53. Tratando-se de procedimento com disputa eletrônica, os documentos da empresa deverão ser providenciados oportunamente. A informação correspondente deverá estar atualizada à data da contratação, sendo que a respectiva documentação deve evidenciar a ausência de circunstância impeditiva da celebração do ajuste.

54. Há que se observar, ainda, os impedimentos constantes do artigo 14 da Lei federal n° 14.133/2021[11].

[11] "Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

55. Lembro que o §1° do artigo 17 do Decreto Estadual n° 68.304/2024 estabelece, para os casos de contratação direta ali tratados, que a verificação dos documentos de habilitação do fornecedor mais bem classificado será realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, devendo esta informação constar expressamente do aviso de contratação direta.

Do art. 72, inciso VI da Lei 14.133/21: razão da escolha do contratado.

56. Considerando que a presente contratação se operará com disputa, ainda não houve a escolha final do fornecedor. De todo modo, tratando-se de procedimento com disputa ou não, a autoridade competente deverá expor em sua deliberação os motivos da escolha da empresa indicada para a contratação.

Do art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/21: autorização da autoridade competente.

57. O artigo 72, inciso VIII, da Lei federal nº 14.133/2021 e artigo 6º, inciso VIII do Decreto nº 68.304/2024 exigem que haja a autorização da autoridade competente para que possa ocorrer a contratação direta.

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista".

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

58. O novo estatuto licitatório deixou de exigir, nas hipóteses de contratação direta, a posterior ratificação do ato de dispensa de licitação pela autoridade superior, como condição para eficácia dos atos.

59. A Autoridade Competente nos termos do artigo 1º do Decreto n.º 31.138 de 9 de janeiro de 1990 é o Sr. Secretário da Educação. Entretanto, nos termos da orientação firmada no despacho da Senhora Subprocuradora Geral da Consultoria Geral que examinou o Parecer CJ/SAP nº 24/2024, é possível que o Secretário da Pasta, em ato prévio, delegue a competência para autorizar a dispensa de licitação

60. No caso concreto em análise, os principais atos do processo vêm sendo realizados pela Dirigente Regional de Ensino. O artigo 92 do Decreto nº 64.187/2019, no inciso II, "a", "1". atribui ao Dirigente Regional de Ensino a competência para dispensar a licitação em relação à "administração de material", o que parece ser o caso dos autos.

61. De qualquer forma, ressalto que cabe à Administração zelar para que os atos da contratação sejam realizados por quem detenha competência para tanto.

Do art. 72, parágrafo único da Lei 14.133/21: o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

62. Aponto que se deverá dar cumprimento às disposições do parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021[12]. Acrescente-se que deve ser utilizado o Sistema de Compras do Governo Federal nos termos do Decreto 68.304/2024 (artigo 1º, § 1º). A utilização desse sistema possibilitará a divulgação da contratação no Portal Nacional

[12] O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

de Compras Públicas (PNCP), que é condição para a eficácia do contrato nos termos do artigo 94 da Lei 14.133/2021.

63. A divulgação no PNCP desobriga o ente de publicar o extrato da contratação direta em Diário Oficial, bem como em jornal de grande circulação, pois os parágrafos 1º e 2º do artigo 54 da NLLC se referem à publicação do "edital de licitação", o que não é o caso dos autos.

64. Sem prejuízo do anteriormente exposto, recomenda-se que o ato que autoriza a contratação direta com fundamento na NLLC seja publicado no Diário Oficial do Estado, de forma resumida, considerando o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei nº 10.177/1998 e no artigo 7º, II, do Decreto nº 67.717/2023.

65. Além disso, nos termos do Decreto Estadual 68.304/2024, "o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora do procedimento*" (*artigo 6º, §3º).

66. Ainda de acordo com o artigo 7º do Decreto Estadual 68.304/2024:

> "**Artigo 7º** - O órgão ou a entidade promotora do procedimento deverá inserir no Sistema de Compras do Governo Federal, no que couber, as seguintes informações para a realização do procedimento de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação:
> I - a especificação do objeto a ser contratado;
> II - as quantidades e o preço estimado de cada item, nos termos do inciso II do artigo 6° deste decreto, observada a respectiva unidade de fornecimento;
> III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;
> IV - declaração de observância às disposições previstas na Lei Complementar federal n° 123, de 14 de dezembro de 2006, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 4° deste decreto;
> V - as condições da contratação e as sanções aplicáveis pela inexecução total ou parcial do ajuste.
> [...]".

67. No mesmo Sistema de Compras do Governo Federal, deverão ser publicados (artigo 23 do Decreto Estadual c/c artigo 6º):

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

> “ I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II - estimativa de despesa;
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI - razão de escolha do contratado;
> VII - justificativa de preço;
> VIII - autorização da autoridade competente.”

68. Ademais, há necessidade de observância do disposto nos atos normativos editados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no que concerne ao envio de informações e/ou de cópia da documentação relativa ao procedimento de contratação.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA ELETRÔNICA

69. O Decreto Estadual nº 68.304/2024, no artigo 8º[13], em atenção ao disposto no artigo 75, §3°, da NLLC[14], prevê que a dispensa de licitação **deve ocorrer com disputa eletrônica** nas hipóteses de contratação direta fundamentadas exclusivamente no valor previstas nos incisos I e II do artigo 4º do decreto. O §1º do mesmo dispositivo admite, excepcionalmente, procedimento sem disputa eletrônica, desde que esteja justificada a vantagem para a Administração.

---

[13] “Artigo 8º - A dispensa de licitação com disputa eletrônica deverá ser empregada nas hipóteses de contratação direta fundamentadas exclusivamente no valor previstas nos incisos I e II do artigo 4º deste decreto. §1º - Nas hipóteses de que trata o “caput” deste artigo, admite-se, excepcionalmente, procedimento sem disputa eletrônica, desde que esteja justificada a vantagem para a Administração. (...)”.

[14] Art. 75. É dispensável a licitação: (...)
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (...)
§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

70. Tratando-se de Parecer Referencial, observo que caso a se opte por realizar o procedimento **sem** disputa eletrônica, deverá ser elaborada **justificativa** demonstrando a vantagem para a Administração.

71. No caso dos autos, a instrução processual indica que a dispensa se operará com disputa, nos termos do aviso de contratação direta, o que está em linha com a regra geral disposta no Decreto e. 68.304/2024.

72. Acrescento, que no caso de utilização da dispensa com disputa eletrônica, nos termos do § 3º do artigo 75 da NLLC, a contratação será preferencialmente precedida da divulgação de **aviso de contratação direta** em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

73. Na elaboração do aviso de contratação direta deve-se utilizar o modelo constante do sítio eletrônico *compras.sp.gov.br*. Sobre o Aviso de contratação direta juntado aos autos (doc. 0063242075) faço as seguintes observações:

73.1. No **subitem 10.1**. consta que a formalização da contratação se dará mediante a assinatura do Termo de Contrato.

74. No que diz respeito aos **campos para preenchimento (destacados em amarelo)**, cabe à Administração se certificar de que refletem as opções colocadas nos documentos técnicos que instruem os autos, a fim de harmonizá-los.

75. A "Declaração de Utilização – Minutas padronizadas" que atesta a utilização do modelo de "aviso de contratação direta" extraído do sítio eletrônico *compras.sp.gov.br,* está juntada em doc. 0062030216. No que se refere ao anexo (0062031683), que indica as alterações realizadas para análise deste órgão consultivo, observo que consta não terem sido feitas alterações. Sendo assim, este órgão consultivo, **não se responsabiliza** por alterações que não foram informadas para a devida análise.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

DO CONTRATO

76. A Lei 14.133/2021 disciplina a formalização dos contratos administrativos nos artigos 89 e seguintes, para os quais faço remissão, em especial ao artigo 92, que enumera as cláusulas essenciais de todo contrato.

77. Muito embora a elaboração de instrumento de contrato seja a regra, a Lei 14.133/2021, em seu artigo 95, prevê a possibilidade de sua substituição por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos casos de dispensa de licitação em razão de valor:

> Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:
>
> I - dispensa de licitação em razão de valor;
>
> II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.
>
> § 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.
>
> § 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais). (Vide Decreto nº 12.343, de 2024).

78. A minuta do contrato foi juntada como anexo do Aviso de Contratação Direta (doc. 0063242075 – fls. 25/36). Consta dos autos a "Declaração de Utilização – Minutas padronizadas" (0033383434), que atesta a utilização do modelo de contrato extraído do sítio eletrônico *compras.sp.gov.br* modelo de "contrato para contratação direta de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme versão atualizada em 05/09/2024".

79. Consta da declaração de utilização das minutas padronizadas o respectivo anexo (0062031683), indicando que não foram feitas alterações no contrato.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

Sendo assim, este órgão consultivo **não se responsabiliza** por alterações que não foram informadas para a devida análise.

79.1. Recomenda-se a adoção da seguinte providência com relação à minuta contratual:

a) **Cláusula Quinta, subitem 5.3:** recomendo a retirada da cláusula., pois não se trata de demanda.

OBSERVAÇÕES FINAIS

80. Conforme disposto no artigo 7º da Lei federal nº 14.133/2021, "caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administração indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução" da nova lei de licitações, observados os seguintes requisitos:

> "I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;
> II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
> III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil."

81. No que se refere o Despacho Autorizador, tratando-se de procedimento com disputa, após a escolha do fornecedor, novo documento deverá ser elaborado, incluindo-se **justificativa de preços** e a **razão da escolha do fornecedor**. Nesse sentido, entendo que a minuta juntada em doc. 0063675653 está adequada e poderá ser utilizada para o fim a que se destina.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

DO PARECER REFERENCIAL

82. Diante da proposta contida no Despacho CENOT nº.189/2025 (0063271077), proponho a adoção desta peça como **Parecer Referencial**, nos termos da Resolução PGE nº 29/2015, conforme solicitado pela Administração.

83. Registro que a Resolução PGE n° 29, publicada em 23 de dezembro de 2015, permitiu a utilização do Parecer Referencial, definido como "a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas" (artigo 1°, parágrafo 1º).

84. Nesse passo, todos os outros expedientes nas mesmas condições e de igual objeto – **contratação direta com dispensa de licitação, no caso de compras, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, em que a contratação for formalizada por instrumento contratual, nos termos do artigo 95 da Lei 14.133/2021** – deverão se valer deste Parecer Referencial, com o aproveitamento do quanto aqui recomendado, prestigiando-se o princípio da eficiência.

85. Relembro que, no âmbito desta Pasta, vigora a Resolução SEDUC 29, DE 26/02/2021, que trata dos fluxos de tramitação e procedimentos internos de contratações da Pasta, o que também deve ser observado, destacando-se que os demais processos de mesmo objeto também deverão atentar para a padronização do termo de referência e modelo padrão em vigor.

86. Novos modelos de minutas vêm sendo paulatinamente divulgados, sendo que cabe à Administração utilizar o modelo mais recente entre os disponíveis. Em procedimentos que não utilizem os modelos disponíveis, incabível a utilização desta peça como Parecer Referencial.

87. Para tanto, a instrução dos demais expedientes com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos deverá conter:

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

a) cópia integral deste Parecer Referencial, com o despacho de aprovação da Chefia desta Consultoria Jurídica (artigo 4º, inciso I, da Resolução PGE nº 29/2015);

b) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas (artigo 4º, inciso II, da Resolução PGE nº 29/2015)

88. Consigno, com base no artigo 2° da Resolução PGE n° 29/2015, que este Parecer Referencial tem prazo de validade de um ano, devendo ser revisto após esse período.

89. Alerto que, em caso de alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica a revisão da orientação jurídica (artigo 2º, parágrafo único, da Resolução PGE nº 29/2015).

90. Reitero que **a utilização do Parecer Referencial fica adstrita e limitada aos casos semelhantes de idêntico objeto**. Assim, constatando-se a ocorrência de qualquer problema durante a instrução dos expedientes ou de eventos que fujam da questão analisada por esta peça jurídica, o processo específico deverá ser submetido a esta Consultoria Jurídica para análise individualizada.

CONCLUSÃO

91. Com estas considerações, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência acerca do ajuste, observo que não vislumbro óbices jurídicos em relação ao prosseguimento da proposta encartada nos autos, desde que observadas integralmente as recomendações constantes deste opinativo. Feitas essas considerações, proponho a devolução dos autos à origem para complementação da instrução nos moldes recomendados e prosseguimento.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

92. Este o Parecer Referencial que submeto à apreciação da Chefia, observando que, nos termos do artigo 7º da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, as Consultorias Jurídicas deverão encaminhar à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral arquivo eletrônico com o Parecer Referencial elaborado, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a aprovação da Chefia.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

Mirna Natalia Amaral da Guia Martins
Procuradora do Estado

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MIRNA NATALIA AMARAL DA GUIA MARTINS em 14/04/2025 às 18:21:22 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PROCESSO: 015.00262105/2025-49
INTERESSADO: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA
ASSUNTO: Aquisição de Bebedouros e Geladeira para Diretoria de Ensino

Por seus próprios e jurídicos fundamentos, aprovo o Parecer Referencial CJ/SEDUC n. 17/2025, cuja **orientação firmada deve ser aplicada única e exclusivamente aos processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, qual seja, de contratação direta com dispensa de licitação, no caso de compras, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em que a contratação for formalizada por instrumento contratual, nos termos do artigo 95 da mesma lei, com aproveitamento do quanto recomendado na peça opinativa, prestigiando-se o princípio da eficiência.**

Nos termos do artigo 4.º da Resolução PGE n.º 29/2015, cada expediente deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) cópia integral do presente Parecer Referencial; (artigo 4º, inciso I, da Resolução PGE nº 29/2015) e

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por CLAUDIA MARA ARANTES DA SILVA em 15/04/2025 às 13:53:43 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto analisado se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas (artigo 4º, inciso II, da Resolução PGE nº 29/2015).

Reforço a orientação retro da alínea "b" no sentido de que, como é conhecimento notório da Pasta, o art. 4º da Resolução PGE nº 29/2015 somente permite que o Parecer Referencial seja utilizado mediante declaração da autoridade competente de que o caso concreto - para o qual se pretender utilizá-lo - se enquadra integralmente ao paradigma analisado por este órgão consultivo órgão consultivo e que serão seguidas todas as orientações nele contidas.

Consequentemente, **se a Administração pretender, por sua conta e risco, alterar alguma previsão ou item em relação ao paradigma analisado após este despacho de aprovação do Parecer Referencial sem submeter o caso à nova análise da CJ/SEDUC, ele perderá sua validade como referencial e não poderá ser utilizado para mais nenhum outro caso**.

Se houver alguma dúvida sobre como aplicar as instruções estabelecidas a determinado caso concreto, inclusive se for constatada a alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, caberá à Consultoria Jurídica dirimi-la.

Aponto, ainda, que as dúvidas em relação ao sentido e alcance do presente Parecer Referencial poderão ser dirimidas pela Administração perante a CJ/SEDUC (artigo 5º, Resolução PGE nº 29/15), e **casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo**.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por CLAUDIA MARA ARANTES DA SILVA em 15/04/2025 às 13:53:43 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

Reforço, também, que, com a edição da Lei federal nº 14.133/2021 foi ampliado o rol de documentos obrigatórios na fase preparatória das licitações, destacando-se a necessidade de constarem dos autos:

(i) o Documento de Formalização de Demanda – DFD, que deve seguir o disposto no art. 12, inc. VII da NLLC; no Decreto nº 67.689/2023 e o modelo disponível no Compras-SP;

(ii) o Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos do art. 6º, inc. XX e art. 18, §§1º e 2º, ambos da NLLC e do Decreto nº 68.017/2023;

(iii) o Termo de Referência, seguindo o disposto no art. 6º, inc. XXIII da NLLC, no Decreto nº 68.185/2023 e o modelo disponível no Compras-SP;

(iv) o Projeto Básico, se o caso, conforme previsto no art. 6º, inc, XXV, da NLLLC;

(v) o Projeto Executivo, se o caso, nos termos do art. 6º, inc., XXVI da NLLC

(iv) as minutas de edital e contrato, que devem seguir os modelos disponibilizados no Compras-SP.

Devem, ainda, ser observadas as formalidades e diretrizes traçadas pela Lei federal nº 14.133/2021 no que tange à aprovação e publicidade de todas as etapas do procedimento licitatório.

Destaque-se que, além da análise feita pela ilustre parecerista acerca dos documentos específicos de instrução, cabe, na forma recomendada na peça jurídica, à Administração fazer a revisão de todos eles e atestar sua conformidade com as minutas oficiais já instituídas pelo Estado de São Paulo ou com os modelos federais aplicáveis por disposição legal em tal sentido, considerando que a conclusão foi no sentido de que há viabilidade

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por CLAUDIA MARA ARANTES DA SILVA em 15/04/2025 às 13:53:43 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

condicionada ao atendimento de todas as recomendações para que possa prosseguir o procedimento licitatório.

Ainda, como bem frisado ao longo da peça jurídica ora aprovada, este órgão consultivo não se responsabiliza por alterações em relação às minutas padronizadas que não foram informadas pelos servidores da Pasta para a devida análise constante da peça referencial.

A presente orientação tem **validade por 1 (um) ano**, a partir desta data, nos termos do artigo 2° da Resolução PGE n° 29/2015.

Por fim, oriento a Administração que, quando solicitar a emissão de um Parecer Referencial, já indique ao menos a estimativa de quantos processos poderão ser por ele alcançados, ou seja, que estejam em situações fáticas e jurídicas idênticas ao paradigma analisado. Com efeito, considerando que o Parecer Referencial é uma medida de gestão, sua eficiência e eficácia precisam ser acompanhadas, a fim de que a orientação jurídica atinja sua finalidade, solicito à Pasta que, mensalmente, informe em quantos e quais processos efetivamente o Parecer Referencial foi utilizado em casos que se amoldaram ao paradigma.

Nos termos do artigo 7º da Resolução PGE nº 29/2015, o expediente desta Consultoria Jurídica deverá encaminhar arquivo eletrônico com cópia deste Parecer Referencial à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Após, encaminhe-se o expediente eletrônico respectivo, instruído com este opinativo, para ciência da presente orientação à D. Chefia de Gabinete, bem como ao D. Secretário Executivo, com proposta de divulgação do Parecer Referencial no âmbito da Secretaria de Estado da Educação.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por CLAUDIA MARA ARANTES DA SILVA em 15/04/2025 às 13:53:43 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em seguida, retorne à origem, para as devidas providências quanto ao caso concreto e adoção das orientações traçadas aos casos idênticos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

Cláudia Mara Arantes da Silva

Procuradora do Estado Chefe
Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por CLAUDIA MARA ARANTES DA SILVA em 15/04/2025 às 13:53:43 BRT. A conferência pode ser realizada em https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/9D8C1D25-5899-46C8

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

DESPACHO AUTORIZADOR

Trata-se de contratação para a aquisição de gás de cozinha (botijão de 13 kg) para a Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga com fulcro no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

AUTORIZO A DESPESA no valor total de R$ 2.506,86 (dois mil quinhentos e seis reais e oitenta e seis centavos) no período de **01/04/2026 – 31/03/2026**, junto à empresa **Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás,** inscrita no CNPJ 74.261.652/0001-16, conforme estabelece o Decreto 64.187/2019, art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações posteriores, de acordo com a reserva de recursos, doc. 0099245925.

À vista dos procedimentos necessários em cumprimento à legislação vigente:

1. DECLARO a **DISPENSA** de licitação por atender aos preceitos fundamentados no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, estando, também, demonstrada a compatibilidade de preço ofertado com os valores de mercado.

2. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Fundamenta-se a escolha da empresa **Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás** tendo em vista que a mesma atende os requisitos indicados no Termo de Referência no que diz respeito a natureza do objeto e que foi a vencedora da disputa eletrônica, com o menor preço ofertado.

3. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Justifica-se tendo em vista que o valor da contratação está dentro do limite permitido indicado pelo art. 75 da Lei Federal 14.133/2021 e atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024.

4. RAZOABILIDADE E JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

DEMONSTRO E APRESENTO, **em atendimento aos incisos VI e VII do artigo 72 da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores**, através das pesquisas, que os preços junto ao doc. SEI 0099152882 são compatíveis com os praticados no mercado, no que diz respeito a natureza do objeto, razão pela qual a empresa **Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás** foi classificada para a fornecimento dos bens pretendidos.

5 . DECLARAÇÃO DE QUE A CONTRATADA PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Declaro que a contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação, sendo que os documentos comprobatórios encontram-se nos docs. SEI nº 0101071447.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Por fim, **CERTIFICO** de que todos os elementos previstos no artigo 72 da Lei federal nº 14.133/2021 foram efetivamente atendidos, conforme segue:

I - documento de formalização de demanda (doc. 0098957156) e, se for o caso, termo de referência (doc. 0099125266);

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; (Consta neste Despacho Autorizador)

III - parecer jurídico e/ou Resolução PGE nº 55/2023 (0099912048);

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (doc. 0099245925);

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (Consta neste Despacho Autorizador);

VI - razão da escolha do contratado (Consta neste Despacho Autorizador);

VII - justificativa de preço (Consta neste Despacho Autorizador);

VIII - autorização da autoridade competente (Consta neste Despacho Autorizador).

Pirassununga, 16 de março de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy

Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica e com contrato

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 16/03/2026, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099916060** e o código CRC **D6E5189E**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

DECLARAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA

DECLARO que foram atendidas as orientações jurídicas emanadas pela Consultoria Jurídica da Pasta, consubstanciadas no Parecer Referencial CJ/SE nº 17/2025, voltadas à correta instrução do expediente e formalização adequada da contratação pretendida por esta Unidade, em especial os itens abaixo:

Item 1: Gás de cozinha (botijão de 13 kg)

Considerando o Parecer Referencial CJ/SE Nº 17/2025, e em cumprimento ao artigo 4º, inciso II, da Resolução PGE nº 29/2015, **DECLARO** que o processo em questão se enquadra nos parâmetros e pressupostos do referido parecer e que foram seguidas às orientações nele contidas.

Pirassununga, 16 de março de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy
Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 16/03/2026, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099929122** e o código CRC **B6E20B2A**.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

INFORMAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 015.000159757/2026-88
INTERESSADO: UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA A URE DE PIRASSUNUNGA

Trata-se de procedimento instaurado para contratação de empresa de forma direta, por meio de dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, visando a aquisição de gás de cozinha, destinado a atender as necessidade da Unidade Regional de Ensino - Região de Pirassununga.

Constam dos autos:

Documento de Formalização de Demanda	Doc. Sei nº 0098985490
Despacho da Autoridade justificando a ausência do ETP e Matriz de Riscos	Doc. Sei nº 0098986593
Termo de Referência	Doc. Sei nº 0099125266
Aprovação do Termo de Referência pela Autoridade Competente	Doc. Sei nº 0099137288
Pesquisa de Preços/Orçamentos	Doc. Sei nº 0099152882
Quadro Comparativo	Doc. Sei nº 0099203195
Atendimento ao Decreto nº 67.888/2023	Doc. Sei nº 0099227512
Nota de Reserva	Doc. Sei nº 0099245925
Informação sobre a Lei de Responsabilidade fiscal	Doc. Sei nº 0099281644
Declaração da Autoridade Competente	Doc. Sei nº 0099288692
Despacho da Autoridade Competente	Doc. Sei nº 0099296665
Nomeação do Agente de Contratação	Doc. Sei nº 0099375452
Aviso de Contratação Direta	Doc. Sei nº 0099757879
Declaração de utilização de minutas padronizadas	Doc. Sei nº 0099799357
Despacho do SEAFIN solicitando à Autoridade Competente a autorização da despesa	Doc. Sei nº 0099810351
Termo de Referência dos Artefatos Digitais	Doc. Sei nº 0099911597
Despacho da Autoridade Competente autorizando a despesa e declarando a dispensa de licitação	Doc. Sei nº 0099916060
Declaração de Atendimento ao Parecer Jurídico	Doc. Sei nº 0099929122

Atesto que a instrução processual está de acordo com a formalização atual **SEDUC V.02/2026 – 19.01.20265**, disponibilizada pela Diretoria de Processamento de Licitações (DIPLIC) junto à Secretaria Escolar

Digital (SED).

Encaminhe- se para prosseguimento.

Pirassununga, 16 de março de 2026.

Ana Paula Rivera Mazzi Eloy

Coordenadora – Dirigente Regional de Ensino

Objeto: Aquisição de gás de cozinha – v.2-2026 – 19-01-2026 – Com disputa eletrônica e com contrato

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rivera Mazzi**, **Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 16/03/2026, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099967932** e o código CRC **9C6232CE**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO

RELATÓRIO DA DISPENSA

UASG 80329 - ESP-UNID.REGIONAL DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA

DISPENSA 6/2026

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	SP
Objeto da compra:	Aquisição de gás de cozinha, botijões de 13kg.		
Entrega de propostas:	De 05/03/2026 às 11:13 até 10/03/2026 às 11:13		
Abertura da sessão pública:	Dia 10/03/2026 às 11:14 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/03/2026 às 11:14:00	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 17:14. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/03/2026 às 17:14:46	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	10/03/2026 às 17:36:03	Senhor fornecedor, em função do horário, estaremos interrompendo a etapa de julgamento e retornaremos amanhã, dia 11/03/2026 às 14:00h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
10/03/2026 às 11:14:00	Abertura da sessão pública
10/03/2026 às 17:14:46	Início da etapa de julgamento de propostas

Relatório da Dispensa (0100973364) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 218

Item 1 - Botijão Para Gás

uso: doméstico, capacidade: cerca de 13, acessórios: com válvula e mecanismo de segurança

Quantidade:	1	Valor estimado:	R$ 2.520,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 2.520,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 12,6000	Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito e Habilitado por CPF ***.559.***-*0 - FERNANDO JOSE BERTANHOLI DE ANDRADE para AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16, melhor lance: R$ 2.507,0000 (unitário) / R$ 2.507,0000 (total), valor negociado: R$ 2.506,8600 (unitário) / R$ 2.506,8600 (total)

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
74.261.652/0001-16 - AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA. UF endereço: SP	Sim	R$ 2.520,0000	Proposta adjudicada
Marca/Fabricante: SUPERGASBRAS Modelo/versão: BOTIJÃO 13KG Valor negociado: R$ 2.506,8600			
17.691.782/0001-55 - FENIX GAS E AGUA LTDA UF endereço: SP	Sim	R$ 2.520,0000	
38.537.869/0001-42 - SBR ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA UF endereço: DF	Sim	R$ 2.520,0000	

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
10/03/2026 às 17:13:55	74.261.652/0001-16	R$ 2.507,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/03/2026 às 17:14:01	O item 1 teve empate real para o valor 2.520,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	10/03/2026 às 17:14:01	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	10/03/2026 às 17:16:16	Senhor fornecedor, esse é o seu menor proposta?
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	10/03/2026 às 17:35:37	Senhor fornecedor, em função do horário, estaremos interrompendo a etapa de julgamento e retornaremos amanhã, dia 11/03/2026 às 14:00h.
Pelo participante 74.261.652/0001-16	10/03/2026 às 17:40:28	Boa tarde Sr.Pregoeiro, já estamos em nosso melhor valor

Relatório da Dispensa (0100973364) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 219

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:02:05	Boa tarde fornecedores. Vamos dar continuidade ao julgamento.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:12:09	Senhor fornecedor, precisa adequar o valor da proposta, já de de acordo com a quantidade de cotas que estamos comprando, o resultado dá uma dízima periódica.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:12:41	Terá dificuldade em acertar o valor na planilha de proposta.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:22:56	Senhor fornecedor, estamos aguardando sua resposta.
Pelo participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:26:36	Boa tarde Sr.Pregoeiro, estamos ajustando o valor
Pelo participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:26:46	Só precisamos de alguns minutos, por gentileza
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:28:13	Vamos liberar a negociação para poderem ajustar o valor.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:29:10	Sr. Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Adequação de valor para acerto da planilha de proposta. .
Pelo participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:36:26	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16, tendo informado R$ 2.506,8600.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:37:25	Senhor fornecedor, favor enviar sua planilha de proposta.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 14:38:09	Sr. Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:38:00 do dia 11/03/2026. Justificativa: Envio da planilha de proposta. .
Pelo participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:26:13	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:26:13 de 11/03/2026. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:28:48	Um momento, vamos analisar a planilha de proposta.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:39:12	Senhor fornecedor, proposta aceita. Vamos para a Habilitação. Favor enviar a documentação de Habilitação.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:40:11	Sr. Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:40:00 do dia 11/03/2026. Justificativa: Envio dos documentos de Habilitação conforme Aviso de Contratação. .
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:49:31	Senhor fornecedor, por um descuido nosso, não vimos que já havia enviado a documentação para Habilitação. Mas como já solicitamos o anexo, poderia encaminha-los novamente, Obrigado,
Pelo participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:51:56	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:51:56 de 11/03/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16.

Relatório da Dispensa (0100973364) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 220

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:52:45	Sr.Pregoeiro, como já havia anexado anteriormente, o sistema não permite o envio do mesmo arquivo novamente, por isso enviei outro
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:56:03	Documentação conferida de acordo com o Aviso de Contratação.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:57:18	A partir deste momento, inicia-se o prazo de 24h para manifestação de recursos que podem ser enviados através do e-mail prs.secomse@educacao.sp.gov.br
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:58:13	Retornamos amanhã dia 12/03/2026 14:00h para dar continuidade ao processo.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	11/03/2026 às 15:59:16	Corrigindo o horário de retomada ás 16:00h.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	12/03/2026 às 16:03:20	Boa tarde fornecedores. Estamos retornando a disputa.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	12/03/2026 às 16:05:19	Não houve intensão de recursos.
Sistema para o participante 74.261.652/0001-16	12/03/2026 às 16:11:27	Proposta habilitada e em breve será homologada.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
10/03/2026 às 17:14:01	Item com etapa aberta encerrada.
10/03/2026 às 17:14:01	Item teve empate real para o valor 2.520,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
10/03/2026 às 17:14:01	Item encerrado para lances.
11/03/2026 às 14:29:10	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 convocado para negociação de valor.
11/03/2026 às 14:36:26	Negociação encerrada. Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 informou R$ 2.506,8600.
11/03/2026 às 14:38:09	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:38:00 do dia 11/03/2026. Justificativa: Envio da planilha de proposta. .
11/03/2026 às 15:26:13	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 finalizou o envio de anexo.
11/03/2026 às 15:35:01	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 2.507,0000, valor negociado: R$ 2.506,8600. Motivo: Proposta de acordo com o Aviso de Contratação. .
11/03/2026 às 15:40:11	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:40:00 do dia 11/03/2026. Justificativa: Envio dos documentos de Habilitação conforme Aviso de Contratação. .
11/03/2026 às 15:51:56	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 finalizou o envio de anexo.

Relatório da Dispensa (0100973364) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 221

Data/Hora	Descrição
12/03/2026 às 16:06:42	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 foi habilitado.
12/03/2026 às 18:00:22	Fornecedor AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., CNPJ 74.261.652/0001-16 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 2.507,0000, valor negociado: R$ 2.506,8600.
12/03/2026 às 18:00:22	Item homologado.

Relatório da Dispensa (0100973364) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 222

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
74.261.652/0001-16 - AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA. Porte Empresa: ME ou EPP	09/03/2026 09:38	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
17.691.782/0001-55 - FENIX GAS E AGUA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	05/03/2026 19:15	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
38.537.869/0001-42 - SBR ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	10/03/2026 01:33	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim

(2) Declaração referente ao art. 3ª da lei complementar nª 123/2006

Copyright Compras.gov.br

AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS
CNPJ 74.261.652/0001-16

PROPOSTA COMERCIAL

Dispensa Eletrônica N° 6/2026 (Lei 14.133/2021)

UASG 80329 - ESP-UNID.REGIONAL DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA

Fornecedor:
CNPJ: 74.261.652/0001-16
Endereço: Rua João Angelo Ponchio, 710
CEP: 15.050-400
Estado:São Paulo
Telefone: (11)2297-1452
Celular: (11) 98452-3370
E-mail: comercioama@gmail.com

Inscrição Estadual: 124.110.650.119
Bairro: Jd. Caparroz
Cidade: São José do Rio Preto

Dados Bancário: BANCO DO BRASIL – AGENCIA : 3027-9 – CONTA CORRENTE : 26168-8

Pelo presente formulamos proposta comercial para fornecimento de gás liquefeito de petróleo/GLP (gás de cozinha), de acordo com as condições do Edital que rege a presente licitação, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01	**Carga de Gás liquefeito de petróleo, acondicio-**nada em cilindros de 13KG	UN	18	SUPERGASBRAS	139,27	2.506,86

Valor total da Proposta: R$ 2.506,86 (DOIS MIL QUINHENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

No valor acima estão incluídas todas as despesas originárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Validade da Proposta: de acordo com o edital.

São José do Rio Preto, 11 de março de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Data: 11/03/2026 15:25:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Vitoria Lo Mustafa Assem - Proprietária
RG: 39.184.187-7 - CPF: 474.598.418-97

GÁS GLP P13



MARCA: SUPERGASBRAS
TIPO DE GÁS: GLP
ALTURA: 476MM
DIÂMETRO: 360MM

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais
CADIN Estadual

Informações Cadastrais

CNPJ/CPF: 74.261.652/0001-16

Não foram encontradas pendências no Cadastro de Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL.

Pesquisa realizada em: 13/03/2026 às 14:35:58

Se você recebeu o comunicado CADIN regularize sua situação em 90 (noventa) dias contados a partir da data de expedição do mesmo.

Este documento não tem validade de Certidão Negativa.
Em conformidade com a Lei Estadual nº 12.799/2008 a inexistência de registro no CADIN Estadual:
- Não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos. (artigo 7º)
- Não impede a consulta prévia pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta ao sistema CADIN Estadual. (artigo 6º)
- Aos registros incluídos após a emissão da declaração cabe a aplicação do parágrafo 1º do artigo 6º.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, endereço: https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx

Código da Declaração: 9F027A1D.2402166B.BC832101.346BCCC6

EMISSÃO GRATUITA

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SP + Digital

/governosp

Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes Fale Conosco

Mural	Legislação	Minutas Edital	Fornecedores	Catálogo	Comunicação	Manuais

Pesquisa Sanções por Fornecedor

Razão Social

CNPJ/CPF 74261652000116

Ordenar Por

Buscar Exibir Todos Imprimir Guia Selecionada

Data e Hora da Consulta:
sexta-feira, 13 de março de 2026 às 14:37
Não foram encontradas sanções para CNPJ/CPF: 74.261.652/0001-16 E RAZÃO SOCIAL/NOME: AMA COMERCIO E SERVIÇOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA

Clique aqui para consultar a declaração de inidoneidade para licitar e contratar no portal da transparência do cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas(CEIS)(www.portaltransparencia.gov.br).

Voltar

Ouvidoria Transparência SIC



DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 13/03/2026 14:38:33

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS CNEP

CPF / CNPJ sancionado: 74261652000116

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDAD
Nenhum registro encontrado									

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

BRUNO CÉSAR ROZA , SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS.

Atesta para os devidos fins que a empresa, **AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA,**localizada na Rua João Ângelo Ponchio nº 710 - Jardim Caparroz, São José do Rio Preto - SP - CEP 15050-400, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 74.261.652/0001-16-45 encontra-se cadastrada na Prefeitura Municipal de Araras para fornecimento dos seguintes itens.

Pregão Presencial nº. 040/2023
Termo de Registro de Preço nº. 118/2023
Autorizações de Fornecimento nº. 1616/2023 e 430/2024

Gás P 13 :
Quantidade Entregue: 60 unidades

Gás P45 :
Quantidade entregue: 530 unidades

Atesta finalmente que a empresa efetuou as entregas no prazo exigido, nada constando em nossos arquivos que possa desaboná-la até a presente data.

Araras, 20 de maio de 2025.

Tânia Cristina Vitorino Sardinha
Aux. Administrativo - E

Tânia Cristina Vitorino Sardinha
Auxiliar administrativo E (fiscal contrato)

Bruno César Roza
Secretário Municipal de Educação

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 230

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que AMÃ COMERCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GAS LTDA, empresa estabelecida na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com sede na Rua João Angelo Ponchio, n° 710, Jardim Santos Caparroz, inscrita no CNPJ sob nº 74.261.652/0001-16, forneceu produtos compatíveis com o objeto do Pregão Nº 020/2021 – Processo Nº 243/2021 e Pregão Nº 024/2022 – Processo Nº 392/2022, Gás Liquefeito de petróleo engarrafado tipo butano (para cozinha) acondicionado em botijões, conforme itens e quantidades adjudicados:

Descrição Pregão 020/2021	UN	Quantidade
GÁS P13	UNI	2
GÁS P45	UNI	64
Descrição Pregão 024/2022	UN	Quantidade
GÁS P13	UNI	20
GÁS P45	UNI	220

Registramos ainda que as entregas dos produtos acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Divinolândia, 01 de janeiro de 2025.

Cristiane de Paiva Trevisan
Superintende do Conderg
CPF nº 276.212.938-96

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
| Secretaria da Administração Penitenciária

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GÁS**, estabelecida na RUA JOÃO ÂNGELO PONCHIO, 710, Estado de São Paulo, CNPJ n.º **74.261.652/0001-16**, JARDIM CAPARROZ - SAO JOSE DO RIO PRETO - SP no período de janeiro a dezembro de 2020 nos forneceu:

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Gás P-13	10	69,00	690,00
Gás P-45	08	495,00	3.960,00
Gás P-13	15	77,40	1.161,00
Gás P-45	16	284,40	4.550,40
	VALOR TOTAL R$ 10.361,40		

Atestamos ainda, que cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados ou produtos entregues, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto licitado, nada tendo que a desabone.

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado

PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO

Estrada Municipal VPS 012/VPS 351 – Km 02 – Fone/Fax: (18) 3401-2200 – CEP: 16.880-000 – Valparaíso/SP
C.N.P.J. 96.291.141/0053-00 – E-mail: pevalparaiso@pvalp.sap.sp.gov.br

Por ser verdade, firmamos a presente.

Valparaíso/SP, 20 de janeiro de 2021.

GLAUCE MARTINELLI QUEIRÓZ BONATTO
Diretor II do Centro Administrativo

YVONE TARTALIONI PINHO
Diretor I Núcleo de Finanças e Suprimentos

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
PENITENCIÁRIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO - NÚCLEO ADMINISTRATIVO

Atestado de recebimento de material

Assunto: ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PENITENCIÁRIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO

CNPJ: 96.291.141/0113-86

RUA ALFREDO CONDEIXA Nº 1666 - PQ. RIBEIRÃO PRETO - RIBEIRÃO PRETO/SP

(16) 3637-4914

Declaramos para os devidos fins e a quem possa interessar que a empresa AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GÁS, estabelecida à Rua João Ângelo Ponchio, 710, na cidade de São José do Rio Preto, inscrita perante CNPJ 74.261.652/0001-16, forneceu a mercadoria "GLP P-45 ACONDICIONADOS EM CILINDROS TRANSPORTÁVEIS COM ENTREGA PARCELADA", abaixo discriminado, não havendo irregularidades em aspectos físicos ou de fornecimento dos materiais que possam vir a desaboná-la.

OBJETO: GÁS DE COZINHA, COMPOSIÇÃO BÁSICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, FORNECIDO EM BOTIJÃO, CUJA FORMA DE FORNECIMENTO DEVERÁ SER COM TROCA DE CILINDRO VAZIO, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A REVENDEDOR DE ACORDO COM A PORTARIA ANP 297/03 E BOTIJÃO DE ACORDO COM ABNT NBR 8866.

UNIDADE DE FORNECIMENTO: CILINDRO P-45

QUANTIDADE FORNECIDA: 216 CILINDROS

EMPENHO: 2021NE00007

Ribeirão Preto, 14 de setembro de 2021.

Miriam de Souza Gondim
DIRETOR DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO

Classif. documental	004.03.03.001

SAPATE202110179A

Assinado com senha por MIRIAM DE SOUZA GONDIM - 14/09/2021 às 16:59:20.
Documento Nº: 24524718-3865 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=24524718-3865

Documentos de Habilitação (01610714447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 234

SIGA

PENITENCIÁRIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO - NÚCLEO ADMINISTRATIVO

SAPATE202110179A

Assinado com senha por MIRIAM DE SOUZA GONDIM - 14/09/2021 às 16:59:20.
Documento Nº: 24524718-3865 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=24524718-3865
Documentos de Habilitação (01601071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 235

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pessoa: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ 46.612.032/0001-49

PREGÃO N°048/2020 PROCESSO 89/2020

PERIODO DE FORNECIMENTO: de 21 de Agosto de 2020 a 21 de Agosto de 2021

PONTOS DE ENTREGA SEMANAL: 21 unidades escolares

Atestamos para os devidos fins, que a empresa AMA COMERCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS CNPJ 74.261.652/0001-16 com sede a Rua João Ângelo Ponchio, 710 - Jd. Caparroz - São José do Rio Preto - SP forneceu os produtos abaixo relacionados.

Produto	Quantidade
GLP – P13KG	73 UNIDADES
GLP – P45 KG	72 UNIDADES

NOME: Nilcéa Ferreira da Costa Trevisan

CARGO: Nutricionista CRN-3ºRegião Nº4344

ASS:

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 654064

O CORPO DE BOMBEIROS EXPEDE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 156813/3549805/2023
Endereço: RUA JOAO ÂNGELO PONCHIO **Nº:** 710
Complemento: **Bairro:**JARDIM CAPARROZ
Município: SAO JOSE DO RIO PRETO
Ocupação: COMERCIO VAREJISTA DE GLP CLASSE IV
Proprietário: AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.
Responsável pelo Uso: AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.
Responsável Técnico: DANILO DE MELO GOMES DA SILVA
CREA/CAU: 506300414sp **ART/RRT:** 28027230231196477
Área Total (m²): 67,00 **Área Aprovada (m²):**67,00
Validade: 09/08/2026
Vistoriador: 2. SGT PM CASSIO VENDRAMINI FLORES
Homologação: CAP PM IBRAHIM NAGIB KARAM JUNIOR
OBSERVAÇÕES: CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: CLASSE IV ATÉ 12480 KG DE GLP OU 960 P-13, CONFORME DECRETO ESTADUAL 63.911/2018 E IT 28/19.PARA MELHOR CONTROLE DA SAÚDE PÚBLICA, RECOMENDA-SE OBSERVAR O CONTIDO NO DECRETO N° 64.862 DE 13 DE MARÇO DE 2020.

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independente das responsabilidades civis e criminais.

Sao Jose Do Rio Preto, 10 de Agosto de 2023

Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpodebombeiros.sp.gov.br , ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
NIRE	35212018484
CNPJ	74.261.652/0001-16
Número de Ordem	5
Natureza do Livro	DIÁRIO
Município	SAO JOSE DO RIO PRETO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/12/1993
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1466

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Natureza do Livro	DIÁRIO
Número de ordem	5
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1466
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Março de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 619.891,59	R$ 637.096,22
CIRCULANTE		R$ 599.671,59	R$ 616.876,22
DISPONIVEL		R$ 459.901,64	R$ 466.065,89
BENS NUMERARIOS		R$ 459.901,64	R$ 466.065,89
CAIXA		R$ 459.901,64	R$ 466.065,89
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 137.275,60	R$ 148.315,98
ESTOQUES		R$ 137.275,60	R$ 148.315,98
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 137.275,60	R$ 148.315,98
PERMANENTE		R$ 20.220,00	R$ 20.220,00
IMOBILIZADO		R$ 20.220,00	R$ 20.220,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 20.220,00	R$ 20.220,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 20.220,00	R$ 20.220,00
PASSIVO		R$ 619.891,59	R$ 637.096,22
CIRCULANTE		R$ 39.763,28	R$ 39.208,22
CIRCULANTE		R$ 39.763,28	R$ 39.208,22
FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 37.036,64
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 37.036,64
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 2.726,64	R$ 2.171,58
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 2.107,67	R$ 1.653,53
IRPJ A RECOLHER		R$ 208,81	R$ 107,89
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 580.128,31	R$ 597.888,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 380.128,31	R$ 380.128,31
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 17.759,69
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 17.759,69
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 17.759,69

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 239

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5
Período Selecionado:	01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 637.096,22	R$ 652.775,93
CIRCULANTE		R$ 616.876,22	R$ 626.305,93
DISPONIVEL		R$ 466.065,89	R$ 450.494,86
BENS NUMERARIOS		R$ 466.065,89	R$ 450.494,86
CAIXA		R$ 466.065,89	R$ 450.494,86
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 148.315,98	R$ 173.316,72
ESTOQUES		R$ 148.315,98	R$ 173.316,72
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 148.315,98	R$ 173.316,72
PERMANENTE		R$ 20.220,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 20.220,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 20.220,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 20.220,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 637.096,22	R$ 652.775,93
CIRCULANTE		R$ 39.208,22	R$ 39.095,00
CIRCULANTE		R$ 39.208,22	R$ 39.095,00
FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 37.036,64
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 37.036,64
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 2.171,58	R$ 2.058,36
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.653,53	R$ 1.560,90
IRPJ A RECOLHER		R$ 107,89	R$ 87,30
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 597.888,00	R$ 613.680,93
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 380.128,31	R$ 380.128,31
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 17.759,69	R$ 33.552,62
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 17.759,69	R$ 33.552,62
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 17.759,69	R$ 33.552,62

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 240

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5
Período Selecionado:	01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 652.775,93	R$ 650.332,23
CIRCULANTE		R$ 626.305,93	R$ 623.862,23
DISPONIVEL		R$ 450.494,86	R$ 453.653,10
BENS NUMERARIOS		R$ 450.494,86	R$ 453.653,10
CAIXA		R$ 450.494,86	R$ 453.653,10
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 173.316,72	R$ 167.714,78
ESTOQUES		R$ 173.316,72	R$ 167.714,78
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 173.316,72	R$ 167.714,78
PERMANENTE		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 652.775,93	R$ 650.332,23
CIRCULANTE		R$ 39.095,00	R$ 38.793,92
CIRCULANTE		R$ 39.095,00	R$ 38.793,92
FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 37.036,64
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 37.036,64
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 2.058,36	R$ 1.757,28
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.560,90	R$ 1.314,65
IRPJ A RECOLHER		R$ 87,30	R$ 32,47
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 613.680,93	R$ 611.538,31
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 380.128,31	R$ 380.128,31
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 33.552,62	R$ 31.410,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 33.552,62	R$ 31.410,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 33.552,62	R$ 33.552,62
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ (2.142,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 241

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 650.332,23	R$ 664.003,09
CIRCULANTE		R$ 623.862,23	R$ 637.533,09
DISPONIVEL		R$ 453.653,10	R$ 504.626,98
BENS NUMERARIOS		R$ 453.653,10	R$ 504.626,98
CAIXA		R$ 453.653,10	R$ 504.626,98
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 167.714,78	R$ 130.411,76
ESTOQUES		R$ 167.714,78	R$ 130.411,76
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 167.714,78	R$ 130.411,76
PERMANENTE		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 650.332,23	R$ 664.003,09
CIRCULANTE		R$ 38.793,92	R$ 17.072,53
CIRCULANTE		R$ 38.793,92	R$ 17.072,53
FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 14.509,14
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 14.509,14
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 1.757,28	R$ 2.563,39
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.314,65	R$ 1.974,19
IRPJ A RECOLHER		R$ 32,47	R$ 179,04
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 611.538,31	R$ 646.930,56
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 380.128,31	R$ 380.128,31
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 31.410,00	R$ 66.802,25
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 31.410,00	R$ 66.802,25
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 33.552,62	R$ 68.944,87
(-) (-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.142,62)	R$ (2.142,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Março de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 85.862,18	R$ 44.368,35
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R$ 85.862,18	R$ 44.368,35
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 87.010,69	R$ 44.961,80
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO		R$ 87.010,69	R$ 44.961,80
MERCADO NACIONAL		R$ 87.010,69	R$ 44.961,80
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (1.148,51)	R$ (593,45)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (1.148,51)	R$ (593,45)
(-) IRPJ		R$ (208,81)	R$ (107,89)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (939,70)	R$ (485,56)
(-) CUSTOS E DESPESAS		R$ (52.674,53)	R$ (26.608,66)
(-) CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV PRESTADO		R$ (43.505,34)	R$ (22.480,90)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (43.505,34)	R$ (22.480,90)
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (43.505,34)	R$ (22.480,90)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (43.505,34)	R$ (22.480,90)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (9.169,19)	R$ (4.127,76)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (9.169,19)	R$ (4.127,76)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (9.169,19)	R$ (4.127,76)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ (888,00)	R$ (600,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (8.281,19)	R$ (3.527,76)
(=) TOTAL DO LUCRO DO PERÍODO		R$ 33.187,65	R$ 17.759,69

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 243

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5		
Período Selecionado:	01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023		

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 44.368,35	R$ 35.904,12
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R$ 44.368,35	R$ 35.904,12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 44.961,80	R$ 36.384,36
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO		R$ 44.961,80	R$ 36.384,36
MERCADO NACIONAL		R$ 44.961,80	R$ 36.384,36
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (593,45)	R$ (480,24)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (593,45)	R$ (480,24)
(-) IRPJ		R$ (107,89)	R$ (87,30)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (485,56)	R$ (392,94)
(-) CUSTOS E DESPESAS		R$ (26.608,66)	R$ (20.111,19)
(-) CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV PRESTADO		R$ (22.480,90)	R$ (18.192,18)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (22.480,90)	R$ (18.192,18)
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (22.480,90)	R$ (18.192,18)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (22.480,90)	R$ (18.192,18)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (4.127,76)	R$ (1.919,01)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (4.127,76)	R$ (1.919,01)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (4.127,76)	R$ (1.919,01)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ (600,00)	R$ (600,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (3.527,76)	R$ (1.319,01)
(=) TOTAL DO LUCRO DO PERÍODO		R$ 17.759,69	R$ 15.792,93

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 244

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5
Período Selecionado:	01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 35.904,12	R$ 13.358,38
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R$ 35.904,12	R$ 13.358,38
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 36.384,36	R$ 13.537,04
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO		R$ 36.384,36	R$ 13.537,04
MERCADO NACIONAL		R$ 36.384,36	R$ 13.537,04
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (480,24)	R$ (178,66)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (480,24)	R$ (178,66)
(-) IRPJ		R$ (87,30)	R$ (32,47)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (392,94)	R$ (146,19)
(-) CUSTOS E DESPESAS		R$ (20.111,19)	R$ (15.501,00)
(-) CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV PRESTADO		R$ (18.192,18)	R$ (6.768,52)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (18.192,18)	R$ (6.768,52)
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (18.192,18)	R$ (6.768,52)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (18.192,18)	R$ (6.768,52)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (1.919,01)	R$ (8.732,48)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.919,01)	R$ (8.732,48)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.919,01)	R$ (8.732,48)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ (600,00)	R$ (600,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (1.319,01)	R$ (8.132,48)
(-) (=) TOTAL DO PREJUÍZO DO PERÍODO		R$ 15.792,93	R$ (2.142,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 245

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	5
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 650.332,23	R$ 664.003,09
CIRCULANTE		R$ 623.862,23	R$ 637.533,09
DISPONIVEL		R$ 453.653,10	R$ 504.626,98
BENS NUMERARIOS		R$ 453.653,10	R$ 504.626,98
CAIXA		R$ 453.653,10	R$ 504.626,98
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 167.714,78	R$ 130.411,76
ESTOQUES		R$ 167.714,78	R$ 130.411,76
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 167.714,78	R$ 130.411,76
PERMANENTE		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 650.332,23	R$ 664.003,09
CIRCULANTE		R$ 38.793,92	R$ 17.072,53
CIRCULANTE		R$ 38.793,92	R$ 17.072,53
FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 14.509,14
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 37.036,64	R$ 14.509,14
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 1.757,28	R$ 2.563,39
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.314,65	R$ 1.974,19
IRPJ A RECOLHER		R$ 32,47	R$ 179,04
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 611.538,31	R$ 646.930,56
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 380.128,31	R$ 380.128,31
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 2.282,34
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 31.410,00	R$ 66.802,25
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 31.410,00	R$ 66.802,25
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 33.552,62	R$ 68.944,87
(-) (-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.142,62)	R$ (2.142,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 246

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA				
CNPJ:	74.261.652/0001-16	Nire:	35212018484	Scp:	
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)				
Natureza do Livro:	DIÁRIO				
Identificação do arquivo(hash):	8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-				

Consulta Realizada em: 12/09/2024 16:14:23

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35212018484	74.261.652/0001-16	

NOME EMPRESARIAL
AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
DIÁRIO	5

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	21446980820	LUIS JACQUES FRANCO JUNIOR:21446980820	792669717271987509 7	05/08/2024 a 05/08/2025	Não
Administrador	16498819839	ROSANA FERREIRA LO MUSTAFA ASSEM:16498819839	706737761418778069 1	12/03/2024 a 12/03/2025	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

8F.40.D1.4F.AA.57.3A.BE.9E.6D.83.85.
EF.85.D2.3F.94.2F.47.FA-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 12/09/2024 às 19:06:02

B7.EB.EB.D3.FF.D1.B4.9A
89.4D.25.6F.08.A1.3A.8F

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACAO DE GAS LTDA. – EPP
Rua Miguel Angelo Ponchio, 710 – Jardim Caparroz – CEP 15050-400 – São José do Rio Preto – SP.

São Paulo, 20 de Fevereiro de 2025.

ANALISE ECONOMICO – FINANCEIRA DO BALANÇO PATRIMONIAL 2023

ILC=	AC 637.533,09 PC 17.072,53	=	37,34
ILG =	AC 637.533,09 + ANC 0,00 PC 17.072,53 + PNC 0,00	=	37,34
SG =	AT 664.003,09 PC 17.072,53 + PNC 0,00	=	38,89
IE =	PC 17.072,53 + PNC 0,00 AT 664.003,09	=	0,02

SIGLAS:
ILC – Indice de Liquidez Corrente
ILG – Indice de Liquidez Geral
SG – Solvência Geral
IE = Indice de Endividamento

AC – Ativo Circulante
PC – Passivo Circulante
ANC – Ativo Não Circulante
PNC – passivo Não Circulante
AT – Ativo Total

gov.br Documento assinado digitalmente
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Data: 28/05/2025 08:50:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Administrador
CPF 474.598.418-97

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS JACQUES FRANCO JUNIOR
Data: 29/05/2025 14:29:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUIS JACQUES FRANCO JUNIOR
Contabilista
CRC 1SP222562/O-6

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA				
CNPJ:	74.261.652/0001-16	Nire:	35212018484	Scp:	
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)				
Natureza do Livro:	DIÁRIO				
Identificação do arquivo(hash):	F5.AC.F0.6D.56.3F.5E.88.B3.72.D3.45.FD.10.F4.D0.EC.58.C5.58-				

Consulta Realizada em: 13/09/2024 09:56:05

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Código de controle da consulta: af4f57a2-cf02-4e07-89cb-c981bb8897d8

Estabelecimento

IE: 124.110.650.119
CNPJ: 74.261.652/0001-16
Nome Empresarial: AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.
Nome Fantasia: AMA COMERCIO DE GAS
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Endereço

Logradouro: RUA JOAO ANGELO PONCHIO
Nº: 710 **Complemento:**
CEP: 15.050-400 **Bairro:** JARDIM CAPARROZ
Município: SAO JOSE DO RIO PRETO **UF:** SP

Informações Complementares

Situação Cadastral: Ativo **Data da Situação Cadastral:** 12/11/2014
Ocorrência Fiscal: Ativa **Posto Fiscal:** PF-10 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO

Atividades Econômicas:
Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
Instalação e manutenção elétrica
Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
Comércio varejista de materiais de construção em geral
Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
Transporte rodoviário de produtos perigosos
Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
Medição de consumo de energia elétrica, gás e água

Informações NF-e

Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 02/01/2016
Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total
Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/01/2016

Informações CT-e

Data de Credenciamento como emissor de CT-e: 05/10/2024
Modal: Rodoviario
Indicador de Obrigatoriedade de CT-e: Obrigatoriedade Total
Data de Início da Obrigatoriedade de CT-e: 04/10/2024

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 251

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.42.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 252

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
74.261.652/0001-16 **MATRIZ**		**12/01/1994**

NOME EMPRESARIAL
AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AMA COMERCIO DE GAS	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOAO ANGELO PONCHIO	**710**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
15.050-400	**JARDIM CAPARROZ**	**SAO JOSE DO RIO PRETO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
AMADGAS@TERRA.COM.BR	**(11) 2037-1505**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/01/2025** às **18:43:14** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 253

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.		TIPO JURÍDICO LIMITADA UNIPESSOAL (E.P.P.)	
NIRE 35212018484	CNPJ 74.261.652/0001-16	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.006.547/25-3	DATA DO ARQUIVAMENTO 08/01/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 09/01/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 01:57:35	CÓDIGO DE CONTROLE 254574572
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 09/01/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPN2561562202

DADOS CADASTRAIS

ATO(S) **Consolidação da Matriz, Alteração de Capital e QSA**		
NOME EMPRESARIAL **AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.**		PORTE **EPP**
LOGRADOURO **RUA JOAO ANGELO PONCHIO**		NÚMERO **710**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO **JARDIM CAPARROZ**	CEP **15050400**
MUNICÍPIO **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**		UF **SP**
E-MAIL **FISCAL@LERCONTABILIDADE.COM.BR**		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) **SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR**	CNPJ - SEDE **74261652000116**	NIRE - SEDE **35212018484**
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: **VITORIA LO MUSTAFA ASSEM - Sócio-Administrador** DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE **R$ 211,01** DARF **Isento**

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
JUCESP E.R. 111 - SIMPI SÃO PAULO 07 JAN 2025 17:26 PROTOCOLO	

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

Página 1/2 - Documento assinado no Assinador KTech. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinador.kryptonlech.com.br/ktech/verificar e informe o login: 0384719 e senha: RT05119

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A KTech garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:

Confira através da internet:
Passo 1 - Acesse o site:
https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar
Passo 2 - Digite o login: 0384719
Passo 3 - Digite a senha: RfT05i19

Vitoria Lo Mustafa Assem

474.598.418-97
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
07/01/2025 às 10:18

2cb8ce1f4d5bb541d4dc6045698eb898 - Assinado Eletronicamente

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALAÇÕES DE GAS LTDA.

CNPJ 74.261.652/0001-16

NIRE 35.212.018.484

ROSANA FERREIRA LO MUSTAFA ASSEM, maior, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 24.112.049-4 SSP/SP e do CPF nº 164.988.198-39, residente e domiciliada à Rua Mario Rodrigues Fon, nº 142 – Apto. 112 – São Miguel Paulista – CEP 08011-280 – São Paulo – SP.

Única sócia da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob a denominação de **"AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALAÇÕES DE GAS LTDA."**, com sede à Rua João Angelo Ponchio, 710 – Jardim Caparroz – CEP 15050-400 – São José do Rio Preto – SP., registrada na JUCESP sob NIRE nº 35212018484 em sessão de 20/12/1993, inscrita no CNPJ sob nº 74.261.652/0001-16, resolvem **alterar seu contrato social**, conforme condições a seguir:

1ª – SAÍDA E ADMISSÃO DE SÓCIO QUOTISTA

Neste ato, retira-se da sociedade **ROSANA FERREIRA LO MUSTAFA ASSEM**, já devidamente qualificada no preâmbulo deste instrumento, cedendo e transferindo suas 200.000 (Duzentos Mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalizando o valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), à sócia ora admitida **VITORIA LO MUSTAFA ASSEM**, maior, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 39.184.187 SSP/SP e do CPF nº 474.598.418-97, residente e domiciliada à Rua Teixeira da Silva, nº 66 – Apto. 4B – Bela Vista – CEP 04002-030 – São Paulo – SP., que neste ato torna-se possuidora da totalidade do Capital Social. A sociedade limitada permanece denominada UNIPESSOAL, nos moldes da Lei 10406/2002, parágrafo Único do Art. 1052 do Código Civil, incluído pela Lei 13.874/2019.
O sócio retirante dá plena, raza e irrevogável quitação à sócia admitida.
O Capital Social permanece inalterado, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), divididos em 200.000 (Duzentos Mil Quotas) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, e assim distribuído:

VITORIA LO MUSTAFA ASSEM	200.000 quotas	R$ 200.000,00
TOTAL	200.000 quotas	R$ 200.000,00

PARÁGRAFO UNICO: - RESPONSABILIDADE SOCIETÁRIA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

2ª – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida por **VITORIA LO MUSTAFA ASSEM,** isoladamente, que deverá assinar todo e qualquer compromisso, bem como representá-la pública e judicialmente. O sócio administrará os recursos financeiros da sociedade, sendo o único a poder assinar cheques, endossar cobranças, assinar contratos de créditos e outros documentos pertinentes a administração financeira da sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sociedade poderá constituir procurador ou procuradores, com poderes específicos para a prática de atos necessários ou convenientes à administração da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos do sócio, procuradores ou funcionários, que envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou qualquer outra garantia em favor de terceiros.

Página 1/5 - Documento assinado no Assinador KTech. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar e informe o login: 0384724 e senha: Hfd23a5l

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

CONSOLIDAÇÃO

Considerando-se as diversas alterações introduzidas no presente CONTRATO SOCIAL, reproduz-se a seguir, com texto integral já modificado a Consolidação do Contrato Social, que passa a vigorar com as seguintes cláusulas:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALAÇÕES DE GAS LTDA.
CNPJ 74.261.652/0001-16
NIRE 35.212.018.484

QUADRO SOCIETÁRIO

VITORIA LO MUSTAFA ASSEM, maior, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 39.184.187 SSP/SP e do CPF nº 474.598.418-97, residente e domiciliada à Rua Teixeira da Silva, nº 66 – Apto. 4B – Bela Vista – CEP 04002-030 – São Paulo – SP.

DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO LEGAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – O tipo jurídico da sociedade, regida pela Lei nº 10406/2002 e distingue-se nesta praça pela denominação social de **"AMA COMERCIO E SERVICOS INSTALAÇÕES DE GAS LTDA."**, com sede à Rua João Angelo Ponchio, 710 – Jardim Caparroz – CEP 15050-400 – São José do Rio Preto – SP.

OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – O sociedade explorará o ramo de:
COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES PARA INSTALACOES DE GAS E HIDRAULICAS AQUECEDORES DE AGUA FOGOES GELADEIRAS ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA INDUSTRIAL REGULADORES DE GAS E MANGUEIRAS FELXIVEIS MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL E A PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACOES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS PARA USO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO SERVICOS DE MEDICAO DE CONSUMO INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA INSTALACAO DE SISTEMAS DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO PERICIA TECNICA DE SEGURANCA DO TRABALHO SERVICOS DE FACILITIES PARA EMPRESAS E TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIOGOSOS.

INÍCIO E DURAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA – O Capital Social é de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), divididos em 200.000 (Duzentos Mil Quotas) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, e assim distribuído:

VITORIA LO MUSTAFA ASSEM	200.000 quotas	R$ 200.000,00
TOTAL	200.000 quotas	R$ 200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: - RESPONSABILIDADE SOCIETÁRIA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Página 2/5 - Documento assinado no Assinador KTech. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar e informe o login: 0384724 e senha: Hfd23a5f

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

LIQUIDAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – No caso de liquidação da sociedade, aplicar-se-ão as normas constantes na legislação vigente, devendo ficar como liquidante os sócios indicados na Cláusula Quarta. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão aplicados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios na proporção do número de quotas de cada um.

EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS

CLÁUSULA SEXTA – O exercício social coincidirá com o ano civil, ou seja, 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e correspondente ao mesmo, será levantado o balanço geral e preparada a conta de LUCROS E PERDAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os sócios, de comum acordo, poderão determinar o levantamento de balanços intermediários, quando o desenvolvimento de negócios ou necessidades assim exigir.
PARÁGRAFO SEGUNDO – Os lucros líquidos anualmente obtidos, terão a destinação que lhes for determinada pelos sócios. Os prejuízos eventualmente verificados serão suportados pelos sócios proporcionalmente às quotas que possui.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – A administração da sociedade será exercida pela sócia **VITORIA LO MUSTAFA ASSEM**, que deverá assinar todo e qualquer compromisso, bem como representá-la pública e judicialmente. A sócia administrará os recursos financeiros da sociedade, sendo o único a poder assinar cheques, endossar cobranças, assinar contratos de créditos e outros documentos pertinentes a administração financeira da sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sociedade poderá constituir procurador ou procuradores, com poderes específicos para a prática de atos necessários ou convenientes à administração da mesma.
PARÁGRAFO SEGUNDO – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos dos sócios, procuradores ou funcionários, que envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou qualquer outra garantia em favor de terceiros.

CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA OITAVA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de transferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
A morte, exclusão, interdição ou insolvência do sócio, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os herdeiros legais. Os haveres do sócio retirante, falecido, excluído, interdito ou insolvente serão calculados com base em Balanço Especial a ser levantado pela sociedade, nos 30 (trinta) dias seguintes da ocorrência do evento e serão pagos a quem de direito, da seguinte forma:
6 (seis) parcelas mensais e consecutivas devidamente corrigidas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o evento que deu causa ao pagamento.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de morte dos sócios, ficam assegurados aos herdeiros, maiores e capazes, o direito de substituí-lo na sociedade, mediante notificação por escrito, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data do óbito, sendo neste caso, as quotas do falecido distribuídas entre os herdeiros e sucessores na forma da partilha do inventário.

Página 3/5 - Documento assinado no Assinador KTech. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar e informe o login: 0384724 e senha: Hfd23a5l

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

ABERTURA DE FILIAIS

CLÁUSULA NONA – A sociedade poderá manter filiais, agências, escritórios, representações, sucursais e depósitos, em qualquer localidade do território nacional, bem como participar de outras sociedades, como quotista ou acionista, podendo em qualquer época transformar sua personalidade jurídica.

RETIRADA PRO-LABORE

CLÁUSULA DÉCIMA – Os sócios retirarão mensalmente à título de Pro-Labore, pela verba de despesas gerais da sociedade, a quantia que convencionarem, respeitados os limites estabelecidos pelas Leis e regulamentos que regem o trabalho, e os dessa natureza.

OMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os casos omissos serão regidos, primeiramente pela Lei nº 10406/2002 e, subsidiariamente pelas disposições da legislação reguladora das sociedades por ações.

DO IMPEDIMENTO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO – Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fica eleito o foro de São José do Rio Preto – SP., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

São Paulo, 17 de Dezembro de 2024.

ROSANA FERREIRA LO MUSTAFA ASSEM

VITORIA LO MUSTAFA ASSEM

Página 4/5 - Documento assinado no Assinador KTech. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar e informe o login: 0384724 e senha: Hfd23a51

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A KTech garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:

Confira através da internet:
Passo 1 - Acesse o site:
https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar
Passo 2 - Digite o login: 0384724
Passo 3 - Digite a senha: Hfd23a5I

Vitoria Lo Mustafa Assem
474.598.418-97
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
07/01/2025 às 10:16
2cb8ce1f4d5bb541d4dc6045698eb898 - Assinado Eletronicamente

Rosana Ferreira Lo Mustafa Assem
164.988.198-39
ROSANA FERREIRA LO MUSTAFA ASSEM
07/01/2025 às 10:31
500d896b9f8dde65497239b6194fe83e - Assinado Eletronicamente

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

À Junta Comercial do Estado de São Paulo

NOME					
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM					
NACIONALIDADE **BRASILEIRO**			ESTADO CIVIL **Solteiro (a)**		
CPF **47459841897**	COR OU RAÇA **Sem Declaração**	IDENTIFICAÇÃO **39184187**	DATA DE EXPEDIÇÃO **27/03/2020**	ÓRGÃO EMISSOR **SSP**	UF **SP**
DOMICILIADO (A) **TEIXEIRA DA SILVA**				NÚMERO **66**	
BAIRRO / DISTRITO **PARAISO**				CEP **04002030**	
COMPLEMENTO **APT 4B**					
MUNICÍPIO **São Paulo**				UF **SP**	

Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIO/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL			
LOCALIDADE	**São Paulo**	DATA	**07/01/2025**
NOME	**VITORIA LO MUSTAFA ASSEM**	ASSINATURA	

Página 1/2 - Documento assinado no Assinador KTech. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar e informe o login: 0384720 e senha: 12O3kOYK

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Documentos de Habilitação (01010711447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 262

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A KTech garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:

Confira através da internet:
Passo 1 - Acesse o site:
https://assinador.kryptontech.com.br/ktech/verificar
Passo 2 - Digite o login: 0384720
Passo 3 - Digite a senha: 12O3kOYK

Vitoria Lo Mustafa Assem

474.598.418-97
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
07/01/2025 às 10:19

2cb8ce1f4d5bb541d4dc6045698eb898 - Assinado Eletronicamente

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

TERMO DE CONFERÊNCIA E DIGITALIZAÇÃO

Certifico e dou fé que conferi a documentação referente ao processo **SPN2561562202** da empresa **AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.** e que as imagens digitalizadas deste processo eletrônico são fiéis aos documentos físicos protocolizados nesta Junta Comercial.

Assina o presente termo de conferência e digitalização, mediante certificado digital, o funcionário/empregado público **Eliane Ferrara**

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 08/01/2025.

Eliane Ferrara, CPF: 08877983817

Este documento foi assinado digitalmente por Eliane Ferrara e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2561562202.

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPN2561562202** de Consolidação da Matriz e Alteração de Capital e QSA da empresa **AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Eliane Ferrara**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 08/01/2025.

Eliane Ferrara, CPF: 08877983817

Este documento foi assinado digitalmente por Eliane Ferrara e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2561562202.

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA. de NIRE 35212018484**, protocolizado sob o número **SPN2561562202** em **08/01/2025**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1006547253**.

Assina o registro a Secretário(a)-Geral **Aloizio Epifanio Soares Junior**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 08/01/2025.

Aloizio Epifanio Soares Junior, CPF: 40689779844

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080

Certifico o registro sob o nº 1.006.547/25-3 em 08/01/2025 da empresa AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA., NIRE nº 35212018484, protocolado sob o nº SPN2561562202. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 254574572. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação e, se houver qualquer divergência, providencie junto à Secretaria Municipal da Fazenda a sua atualização cadastral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CADASTRO MUNICIPAL DE PESSOA JURÍDICA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
05/03/2020	**3709460**	**74.261.652/0001-16**	

NOME EMPRESARIAL
AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
Não informado

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL*
4784-9/00-01: COMÉRCIO VAREJISTA GÁS BUTANO PARA USO DOMÉSTICO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS*

4321-5/00-21: OBRAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
4322-3/01-07: INSTALAÇÃO DE REDES PARA DISTRIBUIÇÃO DE GASES E FLUIDOS
8219-9/99-13: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA TERCEIROS
4930-2/03-04: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE GASES DE TODOS OS TIPOS
8111-7/00-06: SERVIÇOS COMBINADOS DE PORTARIA, LIMPEZA, MANUTENÇÃO
8299-7/01-03: SERVIÇOS DE LEITURA DE MEDIDORES DE GÁS, LUZ E ÁGUA
7119-7/04-02: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO
4759-8/99-32: COMÉRCIO VAREJISTA UTILIDADES DOMESTICAS
4789-0/99-07: COMÉRCIO VAREJISTA EXTINTORES DE INCÊNDIO (EXCETO AUTOMÓVEIS)
4322-3/03-03: INSTALAÇÃO DE ALARME ANTI-FOGO
4322-3/03-04: INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EXTINTORES DE INCÊNDIO
8299-7/01-05: SERVIÇOS DE LEITURA E ENTREGA DE CONTAS
4744-0/99-02: COMÉRCIO VAREJISTA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL (NO MESMO ESTABELECIMENTO)

E-MAIL(S)
amadgas@terra.com.br

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO	
R JOÃO ANGELO PONCHIO	**710**		**SP**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
15.050-400	**LOTEAMENTO CAPARROZ**	**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**	

EXTENSÃO DE INSCRIÇÃO
Não possui ou não se aplica

SITUAÇÃO	DATA DA SITUAÇÃO
ATIVO	**27/03/2020**

* QUANDO CADASTRADO, REGISTRA-SE O NÚMERO DO CNAE (CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔNICAS) OU DO CBO (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES)

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Emitido no dia 05/02/2025 às 10:51:42 (data e hora de Brasília).

Código de controle: 000370.986052.000370.946020.502202.5105415

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ISENTA DE LICENCIAMENTO

N° 14002446
Data 02/06/2020

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.			
CNPJ			Cadastro CETESB 6471043675
Logradouro RUA JOAO ANGELO PONCHIO		N° 710	Complemento
Bairro JARDIM CAPARROZ	CEP 15.050-400	Município SAO JOSE DO RIO PRETO	

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

Atividade que consta(rá) no cartão do CNPJ: Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

Condições do empreendimento declaradas pelo responsável:

Não está localizado em Área de Proteção de Mananciais - APM e nem em Área Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM da Região Metropolitana de São Paulo.

A implantação do empreendimento não implicará em supressão de vegetação nativa ou intervenção em área de preservação permanente.

O interessado prestou a seguinte declaração:

1. No processamento industrial não será realizada a lavagem e/ou desinfecção de material plástico a ser recuperado.
2. Não haverá a utilização de amianto no processo produtivo, conforme Lei Estadual 12.684/07 que proíbe o uso da substância no Estado de São Paulo.
3. No processamento industrial não será realizado tratamento térmico, tratamento superficial (galvanoplastia) ou de fusão (fundição) de metais.
4. Não haverá operações de processamento de chumbo.
5. Não haverá a utilização de gás amônia no processo produtivo e/ou no setor de utilidades.
6. Não haverá operações de preservação de madeira.
7. Não haverá operações de secagem de materiais impressos, em estufa.
8. Não haverá operações de espelhação.
9. Não haverá operações de espumação.
10. Não haverá produção de peças de fibra de vidro.
11. Não haverá operações de jateamento (jato de areia). Conforme estabelecido pela Portaria 99/2004 do Ministério do Trabalho, que proíbe a operação de jateamento com areia.
12. Não haverá emissão de material particulado (MP) em quantidade superior a 100 t/ano.
13. Não haverá emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) em quantidade superior a 40 t/ano.
14. Não haverá emissão de compostos ôrgânicos voláteis, exceto metano (COVs, não CH;) em quantidade superior a 40 t/ano.
15. Não haverá emissão de óxidos de enxofre (SOx) em quantidade superior a 250 t/ano.
16. Não haverá intervenção em área de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa ou corte de árvores nativas isoladas.

RESULTADO

A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 8 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, e com base nas informações prestadas pelo interessado, declara que a atividade desenvolvida pelo empreendimento não está sujeita ao licenciamento ambiental no âmbito desta Companhia.

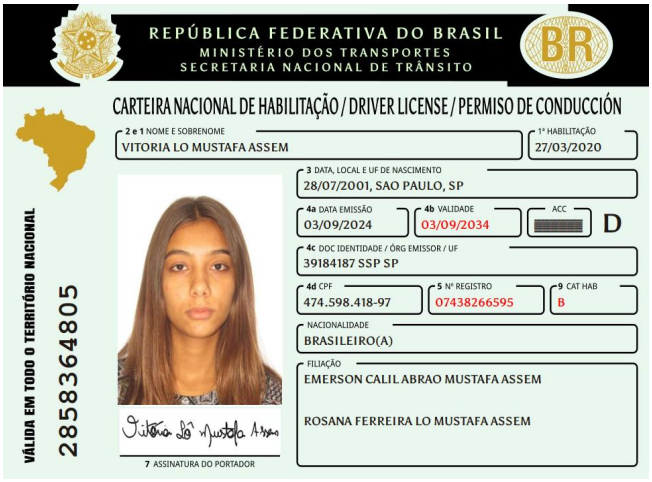
A presente declaração foi concedida com base nas informações declaradas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer outra natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

O presente documento refere-se especificamente à atividade e ao endereço supra citado.

EMITENTE

Local:São Paulo
Esta Declaração de número 14002446 foi certificada por assinatura digital. Para verificação de sua autenticidade consultar o sítio da CETESB na internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 269



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
285836480 5

2 e 1 NOME E SOBRENOME: VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
1ª HABILITAÇÃO: 27/03/2020
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 28/07/2001, SAO PAULO, SP
4a DATA EMISSÃO: 03/09/2024
4b VALIDADE: 03/09/2034
ACC:
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 39184187 SSP SP
4d CPF: 474.598.418-97
5 Nº REGISTRO: 07438266595
9 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO: EMERSON CALIL ABRAO MUSTAFA ASSEM
ROSANA FERREIRA LO MUSTAFA ASSEM
7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		03/09/2034	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
15019012814
SP026502169

LOCAL: SAO PAULO, SP

285836480 5

SÃO PAULO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA074382665<955<<<<<<<<<<<<
0107286F3409039BRA<<<<<<<<<<<6
VITORIA<<LO<MUSTAFA<ASSEM<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
NIRE	35212018484
CNPJ	74.261.652/0001-16
Número de Ordem	6
Natureza do Livro	DIÁRIO
Município	SAO JOSE DO RIO PRETO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/12/1993
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1703

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Natureza do Livro	DIÁRIO
Número de ordem	6
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1703
Data de inicio	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de março de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 664.003,09	R$ 665.100,88
CIRCULANTE		R$ 637.533,09	R$ 638.630,88
DISPONIVEL		R$ 504.626,98	R$ 547.416,07
BENS NUMERARIOS		R$ 504.626,98	R$ 263.773,96
CAIXA		R$ 504.626,98	R$ 263.773,96
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 0,00	R$ 283.642,11
BANCO DO BRASIL SA		R$ 0,00	R$ 283.642,11
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 130.411,76	R$ 88.720,46
ESTOQUES		R$ 130.411,76	R$ 88.720,46
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 130.411,76	R$ 88.720,46
PERMANENTE		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 664.003,09	R$ 665.100,88
CIRCULANTE		R$ 17.072,53	R$ 2.364,78
CIRCULANTE		R$ 17.072,53	R$ 2.364,78
FORNECEDORES		R$ 14.509,14	R$ 0,00
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 14.509,14	R$ 0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 2.563,39	R$ 2.364,78
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.974,19	R$ 1.811,69
IRPJ A RECOLHER		R$ 179,04	R$ 142,93
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 646.930,56	R$ 662.736,10
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 380.128,31	R$ 380.918,58
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 3.072,61
RESERVA LEGAL		R$ 2.282,34	R$ 3.072,61
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 66.802,25	R$ 81.817,52
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 66.802,25	R$ 81.817,52
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 68.944,87	R$ 83.960,14
(-) (-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.142,62)	R$ (2.142,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 272

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de abril de 2024 a 30 de junho de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 665.100,88	R$ 688.763,46
CIRCULANTE		R$ 638.630,88	R$ 662.293,46
DISPONIVEL		R$ 547.416,07	R$ 604.958,86
BENS NUMERARIOS		R$ 263.773,96	R$ 322.102,91
CAIXA		R$ 263.773,96	R$ 322.102,91
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 283.642,11	R$ 282.855,95
BANCO DO BRASIL SA		R$ 283.642,11	R$ 282.855,95
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 88.720,46	R$ 54.840,25
ESTOQUES		R$ 88.720,46	R$ 54.840,25
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 88.720,46	R$ 54.840,25
PERMANENTE		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 665.100,88	R$ 688.763,46
CIRCULANTE		R$ 2.364,78	R$ 2.513,33
CIRCULANTE		R$ 2.364,78	R$ 2.513,33
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 2.364,78	R$ 2.513,33
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.811,69	R$ 1.933,23
IRPJ A RECOLHER		R$ 142,93	R$ 169,94
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 662.736,10	R$ 686.250,13
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 380.918,58	R$ 382.094,28
RESERVA LEGAL		R$ 3.072,61	R$ 4.248,31
RESERVA LEGAL		R$ 3.072,61	R$ 4.248,31
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 81.817,52	R$ 104.155,85
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 81.817,52	R$ 104.155,85
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 83.960,14	R$ 106.298,47
(-) (-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.142,62)	R$ (2.142,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 273

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de julho de 2024 a 30 de setembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 688.763,46	R$ 784.465,48
CIRCULANTE		R$ 662.293,46	R$ 757.995,48
DISPONIVEL		R$ 604.958,86	R$ 659.216,55
BENS NUMERARIOS		R$ 322.102,91	R$ 377.295,31
CAIXA		R$ 322.102,91	R$ 377.295,31
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 282.855,95	R$ 281.921,24
BANCO DO BRASIL SA		R$ 282.855,95	R$ 281.921,24
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 54.840,25	R$ 96.284,58
ESTOQUES		R$ 54.840,25	R$ 96.284,58
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 54.840,25	R$ 96.284,58
PERMANENTE		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 688.763,46	R$ 784.465,48
CIRCULANTE		R$ 2.513,33	R$ 81.148,79
CIRCULANTE		R$ 2.513,33	R$ 81.148,79
FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 78.728,23
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 78.728,23
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 2.513,33	R$ 2.420,56
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.933,23	R$ 1.857,32
IRPJ A RECOLHER		R$ 169,94	R$ 153,08
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 686.250,13	R$ 703.316,69
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 382.094,28	R$ 382.947,61
RESERVA LEGAL		R$ 4.248,31	R$ 5.101,64
RESERVA LEGAL		R$ 4.248,31	R$ 5.101,64
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 377.845,97
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 104.155,85	R$ 120.369,08
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 104.155,85	R$ 120.369,08
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 106.298,47	R$ 122.511,70
(-) (-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.142,62)	R$ (2.142,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 274

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 784.465,48	R$ 790.608,92
CIRCULANTE		R$ 757.995,48	R$ 764.138,92
DISPONIVEL		R$ 659.216,55	R$ 443.247,89
BENS NUMERARIOS		R$ 377.295,31	R$ 162.168,61
CAIXA		R$ 377.295,31	R$ 162.168,61
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 281.921,24	R$ 281.079,28
BANCO DO BRASIL SA		R$ 281.921,24	R$ 281.079,28
CREDITOS		R$ 2.494,35	R$ 2.494,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.908,00	R$ 1.908,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 586,35	R$ 586,35
IR NA FONTE A COMPENSAR		R$ 378,95	R$ 378,95
ICMS A RECUPERAR		R$ 207,40	R$ 207,40
ESTOQUES		R$ 96.284,58	R$ 318.396,68
ESTOQUES		R$ 96.284,58	R$ 318.396,68
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 96.284,58	R$ 318.396,68
PERMANENTE		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
IMOBILIZADO		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 26.470,00	R$ 26.470,00
PASSIVO		R$ 784.465,48	R$ 790.608,92
CIRCULANTE		R$ 81.148,79	R$ 67.273,91
CIRCULANTE		R$ 81.148,79	R$ 67.273,91
FORNECEDORES		R$ 78.728,23	R$ 64.725,83
DUPLICATAS A PAGAR - FORNECEDORES		R$ 78.728,23	R$ 64.725,83
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS A RECOLHER		R$ 2.420,56	R$ 2.548,08
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R$ 410,16	R$ 410,16
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.857,32	R$ 1.961,65
IRPJ A RECOLHER		R$ 153,08	R$ 176,27
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 703.316,69	R$ 723.335,01
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA DE LUCROS		R$ 382.947,61	R$ 523.335,01
RESERVA LEGAL		R$ 5.101,64	R$ 6.102,56
RESERVA LEGAL		R$ 5.101,64	R$ 6.102,56
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		R$ 377.845,97	R$ 517.232,45
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		R$ 377.845,97	R$ 517.232,45
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 120.369,08	R$ 0,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 120.369,08	R$ 0,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 122.511,70	R$ 0,00
(-) (-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.142,62)	R$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 275

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de março de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 73.621,27	R$ 58.772,84
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R$ 73.621,27	R$ 58.772,84
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 74.606,04	R$ 59.559,00
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO		R$ 74.606,04	R$ 59.559,00
MERCADO NACIONAL		R$ 74.606,04	R$ 59.559,00
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (984,77)	R$ (786,16)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (984,77)	R$ (786,16)
(-) IRPJ		R$ (179,04)	R$ (142,93)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (805,73)	R$ (643,23)
(-) CUSTOS E DESPESAS		R$ (38.229,02)	R$ (42.967,30)
(-) CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV PRESTADO		R$ (37.303,02)	R$ (41.691,30)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (37.303,02)	R$ (41.691,30)
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (37.303,02)	R$ (41.691,30)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (37.303,02)	R$ (41.691,30)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (926,00)	R$ (1.276,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (926,00)	R$ (1.276,00)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (926,00)	R$ (1.276,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ (800,00)	R$ (600,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (126,00)	R$ (676,00)
(=) TOTAL DO LUCRO DO PERÍODO		R$ 35.392,25	R$ 15.805,54

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de abril de 2024 a 30 de junho de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 58.772,84	R$ 87.751,31
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R$ 58.772,84	R$ 87.751,31
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 59.559,00	R$ 88.686,02
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO		R$ 59.559,00	R$ 88.686,02
MERCADO NACIONAL		R$ 59.559,00	R$ 88.686,02
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (786,16)	R$ (934,71)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (786,16)	R$ (934,71)
(-) IRPJ		R$ (142,93)	R$ (169,94)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (643,23)	R$ (764,77)
(-) CUSTOS E DESPESAS		R$ (42.967,30)	R$ (64.237,28)
(-) CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV PRESTADO		R$ (41.691,30)	R$ (62.080,21)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (41.691,30)	R$ (62.080,21)
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (41.691,30)	R$ (62.080,21)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (41.691,30)	R$ (62.080,21)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (1.276,00)	R$ (2.157,07)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.276,00)	R$ (2.157,07)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.276,00)	R$ (2.157,07)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ (600,00)	R$ (600,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (676,00)	R$ (1.557,07)
(=) TOTAL DO LUCRO DO PERÍODO		R$ 15.805,54	R$ 23.514,03

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de julho de 2024 a 30 de setembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 87.751,31	R$ 62.943,06
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R$ 87.751,31	R$ 62.943,06
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 88.686,02	R$ 63.785,00
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO		R$ 88.686,02	R$ 63.785,00
MERCADO NACIONAL		R$ 88.686,02	R$ 63.785,00
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (934,71)	R$ (841,94)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (934,71)	R$ (841,94)
(-) IRPJ		R$ (169,94)	R$ (153,08)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (764,77)	R$ (688,86)
(-) CUSTOS E DESPESAS		R$ (64.237,28)	R$ (45.876,50)
(-) CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV PRESTADO		R$ (62.080,21)	R$ (44.649,50)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (62.080,21)	R$ (44.649,50)
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (62.080,21)	R$ (44.649,50)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (62.080,21)	R$ (44.649,50)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (2.157,07)	R$ (1.227,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (2.157,07)	R$ (1.227,00)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (2.157,07)	R$ (1.227,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ (600,00)	R$ (600,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (1.557,07)	R$ (627,00)
(=) TOTAL DO LUCRO DO PERÍODO		R$ 23.514,03	R$ 17.066,56

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 278

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	74.261.652/0001-16
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 62.943,06	R$ 72.476,52
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R$ 62.943,06	R$ 72.476,52
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 63.785,00	R$ 73.446,00
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO		R$ 63.785,00	R$ 73.446,00
MERCADO NACIONAL		R$ 63.785,00	R$ 73.446,00
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (841,94)	R$ (969,48)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (841,94)	R$ (969,48)
(-) IRPJ		R$ (153,08)	R$ (176,27)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (688,86)	R$ (793,21)
(-) CUSTOS E DESPESAS		R$ (45.876,50)	R$ (52.458,20)
(-) CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV PRESTADO		R$ (44.649,50)	R$ (51.412,20)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (44.649,50)	R$ (51.412,20)
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (44.649,50)	R$ (51.412,20)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (44.649,50)	R$ (51.412,20)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (1.227,00)	R$ (1.046,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.227,00)	R$ (1.046,00)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.227,00)	R$ (1.046,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ (600,00)	R$ (600,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (627,00)	R$ (446,00)
(=) TOTAL DO LUCRO DO PERÍODO		R$ 17.066,56	R$ 20.018,32

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F8.CB.33.CC.4F.B9.2D.6D.89.38.AF.A4.37.02.53.1C.3E.C2.D9.D1-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 279

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS LTDA				
CNPJ:	74.261.652/0001-16	Nire:	35212018484	Scp:	
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)				
Natureza do Livro:	DIÁRIO				
Identificação do arquivo(hash):	F5.AC.F0.6D.56.3F.5E.88.B3.72.D3.45.FD.10.F4.D0.EC.58.C5.58-				

Consulta Realizada em: 13/09/2024 09:56:05

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACAO DE GAS LTDA.
Rua Miguel Angelo Ponchio, 710 – Jardim Caparroz – CEP 15050-400 – São José do Rio Preto – SP.

São Paulo, 15 de Julho de 2025.

ANALISE ECONOMICO – FINANCEIRA DO BALANÇO PATRIMONIAL

2024

ILC=	AC 764.138,92 PC 67.273,91	=	11,36
ILG =	AC 764.138,92 + ANC 0,00 PC 67.273,91 + PNC 0,00	=	11,36
SG =	AT 790.608,92 PC 67.273,91 + PNC 0,00	=	11,75
IE =	PC 67.273,91 + PNC 0,00 AT 790.608,92	=	0,08

SIGLAS:
ILC – Indice de Liquidez Corrente
ILG – Indice de Liquidez Geral
SG – Solvência Geral
IE – Indice de Endividamento

AC – Ativo Circulante
PC – Passivo Circulante
ANC – Ativo Não Circulante
PNC – passivo Não Circulante
AT – Ativo Total

VITORIA LO MUSTAFA ASSEM:47459841897
Assinado de forma digital por VITORIA LO MUSTAFA ASSEM:47459841897
Dados: 2025.07.15 18:19:35 -03'00'

VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Administrador
CPF 474.598.418-97

LUIS JACQUES FRANCO JUNIOR:21446980820
Assinado de forma digital por LUIS JACQUES FRANCO JUNIOR:21446980820
Dados: 2025.07.15 18:18:23 -03'00'

LUIS JACQUES FRANCO JUNIOR
Contabilista
CRC 1SP222562/O-6

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

DIRETORIA DE GESTÃO DE CADASTRO

DEPARTAMENTO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº: 2413979/2025

Contribuinte: AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA

CPF ou CNPJ do Solicitante: 742.616.520-00

Endereço: RUA JOÃO ANGELO PONCHIO, 710

Cadastro: 3709460

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever toda e qualquer dívida que porventura vier a ser apurada posteriormente CERTIFICAMOS, na forma da lei, que o cadastro acima discriminado acha-se QUITE perante à Fazenda Municipal, referente a débitos de impostos, taxas, contribuições de melhoria e outros débitos de natureza mobiliária, administrados junto ao CADASTRO MUNICIPAL MOBILIÁRIO.

Esta certidão não abrange a eventual existência de débitos junto à Administração Pública Indireta do Município.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade pela Internet, no portal da Prefeitura de São José do Rio Preto (https://www.riopreto.sp.gov.br).

Esta certidão foi emitida com base no Decreto Municipal nº 14.142, de 08 de julho de 2008.

Verifique se há débito junto ao Cadastro Municipal Imobiliário desta Prefeitura e de tarifa de água/esgoto junto ao SEMAE.

São José do Rio Preto - SP, 08 de Dezembro de 2025.

Emitida às 09:38:03 do dia 08/12/2025

Código de controle da certidão: 000384.061372.000370.946020.812202.5094076

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

*** ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA POR 06 MESES ***

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 74.261.652/0001-16
Certidão nº: 75923463/2025
Expedição: 08/12/2025, às 09:42:18
Validade: 06/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **74.261.652/0001-16**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 283

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.
CNPJ: 74.261.652/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:31:57 do dia 24/10/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/04/2026.
Código de controle da certidão: **AC98.6008.542D.93B8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIFICADO DE REVENDA GLP

Razão Social :	AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.
CNPJ :	74261652000116
Nro. de Autorização :	GLP/SP0241625
Nro. Despacho :	ANP Nº 1.017
Data da Publicação :	06/09/2017
Endereço :	RUA JOAO ANGELO PONCHIO - 710 - - JARDIM CAPARROZ - SAO JOSE DO RIO PRETO - SP

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, certifica que nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, para exercer a atividade de revenda varejista de GLP, nos termos da Resolução ANP nº 958/2023.

Emitido às **12:02:11** horas do dia **19/01/2026** (data e horário de brasília).
Código de controle do certificado: **7E2C0B7A7A484873**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.
Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 285

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 74.261.652/0001-16

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	26011078178-12
Data e hora da emissão	20/01/2026 13:58:12
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 286

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8555535 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 22/02/2026, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS, CNPJ: 74.261.652/0001-16, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

PEDIDO N°: ***0094253094***

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
58145	23/02/2026	23/02/2026	23/05/2026

Dados básicos:

CNPJ : 19.791.896/0007-98
Razão Social : SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA
Nome fantasia : SUPERGASBRAS
Data de abertura : 01/01/2005

Endereço:

logradouro: RUA ALBERTO SOARES SAMPAIO, 1300
N.º: 1300 Complemento:
Bairro: CAPUAVA Município: MAUA
CEP: 09380-000 UF: SP

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
18-1	Transporte de cargas perigosas
18-6	Comércio de combustíveis e derivados de petróleo

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	XYJ4USY3GHRAA5ZG

Documentos de Habilitação (0101071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 288

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 74.261.652/0001-16

Razão Social: AMA COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES DE GAS LTDA.

Endereço: R JOAO ANGELO PONCHIO 710 / JARDIM CAPARROZ / SAO JOSE DO RIO PRETO / SP / 15050-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:14/02/2026 a 15/03/2026

Certificação Número: 2026021403040504521200

Informação obtida em 23/02/2026 11:08:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Documentos de Habilitação (0161071447) SEI 015.00159757/2026-88 / pg. 289

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 74.261.652

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	79363377	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	23/02/2026 11:07:27	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 74.261.652

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	80028199	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	11/03/2026 09:54:15	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE GÁS
CNPJ 74.261.652/0001-16

ANEXO IV
MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)
ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Eu, Vitoria Lo Mustafa Assem, portador do CPF nº 474.598.418-97, na condição de representante legal de Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás (nome empresarial ou denominação) , interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 06/2026, Processo n° 015.000159757/2026-88, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

São José do Rio Preto, 11 de março de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Data: 11/03/2026 13:26:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Vitoria Lo Mustafa Assem – Proprietária
RG: 39.184.187-7 - CPF: 474.598.418-97

Governo do Estado de São Paulo

CONTRATO DE EMPENHO 2026CT00025

No. do Documento	2026CT00025	**Data de Emissão**	16MAR2026	**Evento**	400051 - DESPESAS COM RESERVA
Unidade Gestora	080329 - UNIDADE REG. ENSINO PIRASSUNUNGA				
Gestão	00001				

Fonte	150010001		
Natureza da Despesa	33903024	**PTRES**	080103
UGR	080010		
Favorecido	74261652000116 - AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GÁS		
Data de Entrega Prevista	31DEZ2026		
Modalidade do Empenho	5 - GLOBAL	**Tipo de Aquisição**	2 - MATERIAL
Tipo de Compra/Licitação	05 - DISP. LICIT	**Referência Legal**	LEI 14.133/2021
Origem do Material	1 - NACIONAL	**Número do Processo**	20260187642
Número do Contrato Fornecedor	6/2026	**Plano Interno**	0536
Número do Edital			
Valor a Empenhar	2.506,86		

Local de Entrega	AVENIDA PRUDENTE DE MORAES, 2900
Bairro	CENTRO
Cidade	PIRASSUNUNGA
CEP	13630-075
Informações Adicionais	CT REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA UNIDADE REGIONAL DE ENSI NO - REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

Cronograma

Mês	Valor
01	
02	
03	
04	278,54
05	278,54
06	278,54
07	278,54
08	278,54
09	278,54
10	278,54
11	278,54
12	278,54

Sequência	001	**Item**	00486837-4	**Unid. Forn.**	00178
Quantidade	18,000	**Valor Unitário**	139,27	**Preço Total**	2.506,86

Descrição

GAS DE COZINHA, COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO,ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, FORNECIDO EM BOTIJAO, CUJA FORMA DE FORNECIMENTO DEVERA SER COM TROCA DE CILINDRO VAZIO, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REVENDEDOR DE ACORDO COM A PORTARIA ANP Nº 51, DE 30.11.2016 E BOTIJAO DE ACORDO COM ABNT NBR 8866

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Pirassununga

INFORMAÇÃO

Nº do Processo: 015.00159757/2026-88

Interessado: Unidade Regional de Ensino - Região de Pirassununga

Assunto: Aquisição de gás de cozinha

Comunicamos a necessidade de gerar empenho referente aos Contratos ***2026CT00025*** no valor de ***R$ 2.506,86 (dois mil quinhentos e seis reais e oitenta e seis centavos)*** em nome da empresa **Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás**.

Como o valor total da reserva não foi totalmente utilizado, solicito a devolução de *R$ 13,14 (treze reais e catorze centavos.*

Em seguida devolva-se o processo ao Setor de Compras e Serviços.

Pirassununga, na data da assinatura digital.

Rodrigo Antonio Ferreira
Assistente Técnico
SECOMSE

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Antonio Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 16/03/2026, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0101087063** e o código CRC **575B2E4E**.

Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE00653

UG	080329 - UNIDADE REG. ENSINO PIRASSUNUNGA
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	16MAR2026

CNPJ/CPF/UG	74261652000116 - AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE				
Credor	AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE				
Endereço	RUA JOãO ÂNGELO PONCHIO, 710 JARDIM CAPARROZ				
Cidade	SAO JOSE DO RIO PRETO	**UF**	SP	**CEP**	15050-400

Origem Material	1

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	08001	12122081561780000	150010001	33903024	080010	005.024.0536	080103

No Processo	20260187642	**Acordo**			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	**Ref Dispensa**	LEI 14.133/2021		
Licitação	05 - DISPENSA LICIT.	**Modalidade**	5 - GLOBAL		
Empenho Orig.		**Nº Contrato**	2026CT00025	**Nº OC**	

Valor do Empenho R$	2.506,86 (dois mil e quinhentos e seis reais e oitenta e seis centavos)

Cronograma

Mês	Valor
04	278,54
05	278,54
06	278,54
07	278,54
08	278,54
09	278,54
10	278,54
11	278,54
12	278,54

Sequência	001	**Item**	00486837-4	**Unid. Forn.**	00178
Quantidade	000000018,000	**Valor Unitário**	139,27	**Preço Total**	2.506,86

Descrição

GAS DE COZINHA, COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO,ALTAMENTE TOXICO E INFLAMA VEL, FORNECIDO EM BOTIJAO, CUJA FORMA DE FORNECIMENTO DEVERA SER COM TROCA DE CILINDRO VAZIO, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REVENDEDOR DE ACORDO COM A PORTARIA ANP Nº 51, DE 30.11.2016 E BOTIJAO DE ACORDO COM ABNT NBR 8866

Total ou Valor a Transportar R$	2.506,86
Local de Entrega	AVENIDA PRUDENTE DE MORAES, 2900
Data de Entrega	31DEZ2026

_____

ANA PAULA RIVERA MAZZI ELOY

25338783835

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	DANIEL BUENO - 080329

Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - null

Unidade Gestora	080329				
Gestão	00001			**Processo**	20260187642
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.				
Data Emissão	16MAR2026	**PTRes**	080103	**Unidade Orçamentária**	08001
Programa Trabalho	12122081561780000			**Fonte Recurso**	150010001
UG Responsável	080010	**Natureza da Despesa**	339030	**Valor**	1,46

Cronograma

Mês	Valor
04	1,46

Observação

Cancelamento parcial 2026NL00024. AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (BOTIJÃO DE 13 KG)

Usuário	ANDREA SOARES DE OLIVEIRA - 080329		
Consultado Em	16/03/2026	**Horário**	11:14



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - null

Unidade Gestora	080329				
Gestão	00001			**Processo**	20260187642
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.				
Data Emissão	16MAR2026	**PTRes**	080103	**Unidade Orçamentária**	08001
Programa Trabalho	12122081561780000			**Fonte Recurso**	150010001
UG Responsável	080010	**Natureza da Despesa**	339030	**Valor**	11,68

Cronograma

Mês	Valor
05	1,46
06	1,46
07	1,46
08	1,46
09	1,46
10	1,46
11	1,46
12	1,46

Observação

Cancelamento parcial 2026NL00025. AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (BOTIJÃO DE 13 KG)

Usuário	ANDREA SOARES DE OLIVEIRA - 080329		
Consultado Em	16/03/2026	**Horário**	11:18

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Finanças Pirassununga

INFORMAÇÃO

Nº do Processo: 015.00159757/2026-88

Interessado: Unidade Regional de Ensino de Pirassununga

Assunto: Emissão 2026NE00653, de 16/03/2026 - R$ 2.506,86; em nome da empresa **Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás** - Aquisição de gás de cozinha para Unidade Regional (PRC-20260187642)

Em atenção ao solicitado pela SECOMSE, informo que foi emitido o que segue, referente à Empresa **Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás** - CNPJ: 74.261.652/0001-16 Aquisição de gás de cozinha para Unidade Regional:

NOTA DE EMPENHO (2026NR00024/00025 E 2026CT00025):

· **2026NE00653**, de 16/03/2026: R$ 2.506,86 - Fonte: 150010001.

OBS: As assinaturas das NEs, pelo Ordenador de Despesa, estão sendo efetuadas, a partir de 19/05/2023, conforme estabelecido no Comunicado Externo Conjunto COFI - Subsecretaria/COFI nº 21/2023 (e-mail de 19/05/2023 e de 02/10/2023 - COFI-DEFIN).

Em conformidade ao fluxo de trabalho, restituo o processo à Seção de Compras e Serviços.

Pirassununga-SP, 16 de março de 2026**.**

Daniel Bueno
Assistente Técnico
Seção de Finanças - SEFIN

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Bueno**, **Assistente Técnico**, em 16/03/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0101111521** e o código CRC **954BBC77**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
Av. Prudente de Moraes, 2900, Centro, Pirassununga-SP
CEP: 13.630-075 – Telefone: (19) 3565-9000 – e-mail:deprs@educacao.sp.gov.br

TERMO DE CONTRATO
Aquisições – Contratação direta

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

(Processo Administrativo n° *015.000159757/2026-88*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *705/26*, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA) UNIDADE REGIONAL DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA E AMÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GÁS

O **Estado de São Paulo / Secretaria da Educação**, por intermédio da **Unidade Regional de Ensino – Região de Pirassununga**, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 2900, Centro, na cidade de Pirassununga/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.384.111/0102-93, neste ato representada pela **Sr.ª Ana Paula Rivera Mazzi Eloy, Coordenadora - Dirigente Regional de Ensino**, nomeada em 09 de fevereiro de 2026, inscrita no CPF sob o nº 253.387.838-35, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e a **Amã Comércio de Instalações de Gás**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.261.652/0001-16, sediada na rua João Angelo Ponchio, 710, Jardim Caparroz, São José do Rio Preto/SP, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representada por Vitória Lo Mustafá Assim (proprietária), inscrito(a) no CPF sob o nº 474.598.418-97, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 015.000159757/2026-88 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 6/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de gás de cozinha, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATMAT*	*UNIDADE DE MEDIDA*	*QUANTIDADE TOTAL*	*VALOR UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL*

1	*Gás de Cozinha – composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido em botijão de 13 kg, cuja forma de fornecimento deverá ser com troca de cilindro vazio, e o revendedor deverá estar em conformidade com a Portaria ANP 297/2003 e botijão segundo a ABNT NBR 8866.*	*461517*	*Botijão de 13 kg*	*18*	*R$ 139,27*	*R$ 2.506,86*

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa Eletrônica, que componham a documentação da presente contratação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada, a partir de abril de 2026 até dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ 278,54 (duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), perfazendo o valor total de R$ 2.506,86 (dois mil quinhentos e seis reais e oitenta e seis centavos).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 11*/03/2026*.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor – IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares

aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
   i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato:

   iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse

público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade: 00001/080329*

II. *Fonte de Recursos: 150010001*

III. *Programa de Trabalho: 12122081561780000*

IV. *Elemento de Despesa: 33903024*

V. *Plano Interno: 0536*

VI. *Nota de Empenho: 2026NE00653*

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via,* que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Pirassununga, 16 de março de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
VITORIA LO MUSTAFA ASSEM
Data: 16/03/2026 14:56:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 – Fernando José Bertanholi de Andrade
Chefe de Seção – Seção de Compras e Serviços - SECOMSE

2 – Márcia Regina de Castro
Oficial Administrativa

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 19 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL Nº 6/2026, DE 18 DE MARÇO DE 2026 - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº SEI 015.00091470/2026-43

CONTRATANTE: Unidade Regional de Ensino - Região de Pirassununga

CONTRATADO: Amã Comércio e Serviços de Instalações de Gás

CNPJ: 74.261.652/0001-16

OBJETO: Aquisição de gás de cozinha

Valor Total: R$ 2.506,86

NATUREZA DA DESPESA: 33903024

FONTE DE RECURSO: 150010001

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2026

Este documento pode ser verificado pelo código 2026.03.18.1.3.22.11.79.6.1714221 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

Publicação no Diário Oficial Extrato de Contrato (0101542662) SEI 015.00091470/2026-43 / pg. 312